

Juliana Marília Colli

**“ O FAÇONISMO PELO AVESSO: UM ESTUDO
DAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO
TRABALHO À FAÇÃO NO RAMO DE
TECELAGEM DO PÓLO TÊXTIL DE
AMERICANA-S.P.”**

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Sociologia do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas, sob a orientação do Prof.
Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes.

Este exemplar corresponde
à redação final da tese
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
29/08/97.

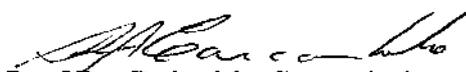
Banca:



Prof.Dr. Márcio Bilharinho Naves

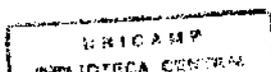


Prof.Dr. Edmundo Fernandes Dias



Prof.Dr. Reinaldo Carcanholo

Agosto/1997



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
UNICAMP	
C69 f	
V.º	
31915	
28319+	
0	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO R\$ 11,00	
DATA 21/10/97	
N.º CPD	

CM-00101374-0

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Colli, Juliana Marília

C 69 f

“O fezonismo pelo avesso : um estudo das novas formas de organização do trabalho à feção no ramo de tecelagem do pólo têxtil de Americana -SP.” / Juliana Marília Colli . - - Campinas, SP : [s.n.], 1997.

Orientador: Ricardo Luiz Coltro Antunes.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Indústria têxtil. 2. Trabalhadores têxteis - Americana(SP).
3. Terceirização. I. Antunes, Ricardo L.C. (Ricardo Luis Coltro), 1953- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

**“O FAÇONISMO PELO AVESSE: UM ESTUDO
DAS NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO
TRABALHO À FAÇÃO NO RAMO DE
TECELAGEM DO PÓLO TÊXTIL DE
AMERICANA-S.P.”**

Candidata: Juliana Marília Colli

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para a obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes.

Agosto/ 1997

"A verdadeira intuição nunca se opõe à Razão. Não é digno que o homem deixe que seus atos sejam governados pelos impulsos emocionais. Pouca gente é capaz de pensar verdadeiramente com clareza. Alguns conseguem pensar claramente e sem paixões, quando não estão cansados, famintos ou emocionalmente perturbados. O objetivo do homem que pretenda dar o passo seguinte na Evolução deverá ser o de aprender a pensar com clareza, desapaixonada e estavelmente, todo o tempo." C.Ch.,1980.

“Ofereço todo este esforço inicial de minha reflexão ao Ser que possibilitou-me compreender a razão de todas as coisas;

In memoriam de meu pai, José Eugênio Colli meu primeiro mestre na arte do aprendizado da vida; à minha mãe Juraci, exemplo de força e persistência em minha existência como base fundamental para meus estudos e a meus irmãos que muito me ajudaram nesse caminho: Ana, Áurea, Paulo e Alexandre”.

AGRADECIMENTOS

A Geraldo, meu fiel amigo. Pelos longos anos de apoio aos meus estudos que nos momentos decisivos deste trabalho, gerou a influência necessária para a escolha e persistência do tema, através das pesquisas de campo, além das constantes discussões sobre o assunto.

Dedico especial agradecimento ao meu orientador Prof.Dr. Ricardo Antunes, por ter me aceito como sua orientanda e pela atenção, carinho e dedicação dispensados durante todo o período de redação da tese, mesmo, no final, estando longe.

Ao Professor Teixeira da Faculdade de Filosofia da Universidade Estadual do Ceará, devo agradecer pelas sugestões da qualificação que permeiam todo este trabalho e pelo constante incentivo e entusiasmo em discutir comigo suas idéias, principalmente durante o final do trabalho.

Ao Professor Reinaldo Carcanholo, da Universidade Federal de Vitória -E.S., pela ajuda inicial apoio que serviu de base para o roteiro da pesquisa.

Ao Professor Márcio Naves, por ter me aceito como co-orientanda na ausência do Prof. Ricardo Antunes e por ter, gentilmente, fornecido suas preciosas considerações para a redação final deste trabalho.

Ao CNPq, por viabilizar esta reflexão, através da concessão da bolsa de estudos.

Aos meus queridos amigos : Ana Cristina (kiki), Édwen, Rosa, Ana Cláudia, pelo fundamental apoio humano e teórico em todas as nossas discussões enriquecedoras durante o curso.

Agradeço ainda a Bel e Reginaldo, pela ajuda na revisão do texto.

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I - O fezonismo - sua origem e evolução	8
1.1 A divisão da cadeia produtiva têxtil	9
1.2 O perfil do setor têxtil no Brasil	12
1.3 Caracterização do pólo têxtil de Americana	13
1.4 O fezonismo no pólo têxtil de Americana, sua origem e evolução.....	16
1.5 Características gerais da organização e do regime de trabalho do antigo sistema de fezonismo no pólo têxtil de Americana	22
1.6 O antigo fezonismo e o desenvolvimento na rede de relações entre as tecelagens	26
1.7 O antigo fezonismo - sua definição	30
Capítulo II - Do antigo “ateliê domiciliar” ao “ateliê moderno” - caracterização do novo fezonismo	34
2.1 Os anos 90 - crise e reestruturação no pólo têxtil de Americana.....	34
2.2 A nova forma de organização do fezonismo - elementos para uma análise.....	54
2.3 Como se caracteriza o fezonista “moderno”.....	62
2.4 Fação e terceirização	64
Capítulo III - O novo fezonismo e a dialética das formas pretéritas e futuras de subordinação do trabalho ao capital.....	70
3.1 O novo fezonismo reorganizado.....	70
3.2 Reinventando o “ateliê domiciliar”.....	84
3.3 O “salário por peça”.....	85
3.4 As relações salariais mistificadas no capitalismo e as formas de subordinações do trabalho na era da Acumulação Flexível.....	93
Capítulo IV - O novo fezonismo, a reposição das determinações essenciais das leis do mercado fundadas na liberdade, igualdade e Propriedade e sua inversão.....	102
4.1 Elementos fundantes das leis da Igualdade, Liberdade e Propriedade....	103
4.2 O velho fezonismo e as bases de sua fundamentação ideológica.....	110
4.3 O fezonismo como terceirização e a ilusão de uma sociedade de produtores independentes.....	114
4.3.1. As determinações do mercado e as bases normativas dos ideários neoliberais que sedimentam o individualismo no fezonismo.....	114
4.3.2. O fezonismo e a relação com o sindicato.....	126
Considerações finais	131
Bibliografia	138

INTRODUÇÃO

As transformações pelas quais passa o modo de produção capitalista caminham na direção de uma intensa “racionalização” do trabalho vivo enquanto fonte produtora de valor. Por isso, a “cientificização” dos processos de produção não dispensa o trabalho vivo como fonte importante da produção de riqueza. Assim, formas externas de trabalho que vão desde o trabalho domiciliar até a terceirização dispensam da empresa a tarefa de manter um grupo de trabalhadores nas funções de supervisão e controle dos trabalhadores na produção, pois os antigos empregados tornam-se “patrões de si mesmos” e, enquanto tais, terão que se desdobrar em suas atividades, de modo a cumprirem com as exigências de produtividade e qualidade requeridas pelos novos padrões de concorrência do mercado.

As novas formas de terceirização prefiguram novas formas de relações salariais, dentre as quais destaca-se o “salário por peça”, ou ainda as formas que individualizam as relações salariais, transformando os ex-trabalhadores em “pequenos proprietários.” No lugar de relações de trabalho estáveis e organizadas coletivamente, surge um conjunto de modalidades de contrato por tempo, parcial, terceirizado, trabalho a domicílio, etc; - em que passa a prevalecer, cada vez mais, regras individualizadas e anônimas de contratação. Até mesmo para aquele segmento de trabalhadores com contrato por tempo indeterminado, arma-se um processo de contratação de trabalho que leva em conta desde os múltiplos aspectos da performance do trabalhador na produção até a sua produtividade individual, resultados estes obtidos pela empresa pelo nível de absenteísmo individual, criatividade no enfrentamento dos problemas cotidianos do processo produtivo, rendimento da equipe de trabalho, etc.

Fala-se então em terceirização como algo totalmente novo, afirmação que pode ser relativizada, se levarmos em consideração que a

terceirização já existia em alguns setores produtivos como é o caso do têxtil no ramo da tecelagem com o façõnismo. Ao mesmo tempo, essa nova forma de contratação da força de trabalho vem atingindo principalmente os setores de ponta que eram extremamente verticalizados. Nosso trabalho vem mostrar uma forma de terceirização antiga, a *fação* ou *façõnismo*, nosso objeto de estudos.

A expressão “fação” é o uso em português de *à façon*, palavra originária do francês.* Derivado da expressão *fação*, o façõnismo é, portanto, um sistema de trabalho correspondente à simples *prestação de serviços*. Este sistema de trabalho foi muito utilizado na França, como também na Itália e remete a vínculos de trabalho que antecederam à industrialização da produção de tecidos e de roupas no século passado.

Ao analisarmos o façõnismo, pudemos perceber que a terceirização não era propriamente uma novidade anunciada pelo modelo de acumulação flexível do capitalismo. A grande novidade colocada pela forma de descentralização produtiva por meio da terceirização reside no fato de que atualmente ela não é mais um resquício de formas “pretéritas de trabalho” condenadas ao desaparecimento. Ao contrário, torna-se parte essencial da estratégia de acumulação do capitalismo contemporâneo onde através do façõnismo entendemos concretamente a dialética da reorganização de suas bases a partir de sua forma antiga que já continha uma forma flexível de trabalho.

A década de 90 indica o momento em que a abertura das importações no país começa a tomar proporções drásticas principalmente para o setor têxtil. Por isso tomamos como marco da reestruturação produtiva, isto é, das mudanças na esfera da produção e organização do trabalho, que começam a ocorrer no pólo têxtil de Americana, o ano de 1990. O conjunto das mudanças no mundo produtivo têxtil a partir de então, acrescenta um novo elemento no façõnismo que implica na

* “*À façon, se dit d’un travail exécuté sans fournir les matériaux.*” A *fação* é um trabalho executado sem fornecimento de material.

utilização constante da feição como forma de acelerar o tempo de rotação do capital fixo, principalmente das grandes e médias empresas, ou seja, como uma forma de terceirização nos padrões da acumulação flexível de capital. Por uma questão metodológica que permita facilitar a análise, podemos então nos referir ao “antigo” e ao “novo” feionismo.

O desenvolvimento das forças produtivas permite hoje, mais do que nunca, que o tecelão possa tecer milhares de metros de tecido em pequenos estabelecimentos ou em sua própria residência, algo que nos remete às origens do feionismo, quando o trabalho era “a domicílio”. Estes tecelões metamorfoseiam-se em vendedores de “trabalho objetivado,” pois não fazem mais parte da estrutura interna da empresa, porque agora a compra e venda da força de trabalho, estão sob o invólucro da compra e venda de mercadorias semi-elaboradas. As novas formas de produção de mercadorias, postas pelo novo padrão de acumulação capitalista flexível, são formas sociais engendradas pelo capital para administrar suas contradições internas, e descobrir essas “novas formas” significa encontrar as novas formas de exploração da mais-valia.

Em um mundo produtivo onde imperam os “pequenos proprietários”, principalmente no caso do feionismo no ramo têxtil da tecelagem, poderíamos afirmar a “liberdade” dos trabalhadores, o fim da exploração e a igualdade de condições entre capitalistas e trabalhadores, já que todos os ex-empregados das tecelagens tornam-se “pequenos feionistas”?

Toda essa reorganização do feionismo sob suas antigas bases, recria também formas arcaicas de contrato no trabalho, como é o caso do “salário por peça”, e com elas torna mais viva a unidade entre mais-valia absoluta e relativa que oculta ainda mais as formas de exploração do trabalho com base na subsunção formal do trabalho pelo capital. Essas novas formas de pagamento de salários, em razão de privilegiarem a esfera da negociação direta, empresa/trabalhadores, e o rendimento

específico do trabalhador, complementam, ao lado dos contratos externos, o movimento de autonomização e individualização das relações de trabalho.

No primeiro capítulo, procuramos apresentar o mundo produtivo têxtil no qual se insere a feição, partindo do mais geral para o particular, isto é, das características mais gerais da cadeia produtiva têxtil até a caracterização do pólo têxtil de Americana para depois apresentar o objeto de estudo propriamente e como ele se origina, o feionismo. Portanto é sobre o que denominamos de “antigo sistema” de feionismo que tratamos nesse capítulo. No segundo capítulo procuramos abordar o que há de novo no feionismo, o elemento que diferencia o antigo sistema do novo. Aqui é necessário encontrar esse novo feionismo através do processo mais geral da crise do capitalismo que resulta em várias mudanças no processo de trabalho e que se dá concretamente por meio da reestruturação produtiva. A reestruturação é uma das respostas possíveis do capital à crise do padrão de acumulação capitalista e significa, concretamente, a necessidade das empresas acelerarem o tempo de rotação do capital. Para isto, as empresas utilizam de várias formas de descentralização produtiva, dentre as quais a terceirização. Deste universo geral seguimos até o pólo têxtil de Americana para entender como esse processo ocorre no ramo da tecelagem que já possui um elemento muito próximo da terceirização, o feionismo.

O feionismo é então reorganizado sob suas antigas bases. Já era uma forma de descentralização produtiva, só que utilizada pontualmente em momentos de pico da demanda por tecidos. Hoje, ela é uma necessidade e parte da estratégia das empresas, assume a forma de terceirização e é utilizada como “unidade produtiva” externa das firmas subcontratantes. O “ateliê domiciliar” é o berço da feição e suas características não foram totalmente eliminadas deste processo produtivo. Trata-se então de uma dialética de formas de trabalho que vai se recolocando ao longo do desenvolvimento do feionismo até chegar à sua

forma atual e que possui peculiaridades dada à forma como se insere no contexto produtivo em geral.

Distinguimos então três formas que dizem respeito a três fases do fezonismo no pólo têxtil de Americana:

1) A primeira refere-se a suas origens - o trabalho domiciliar - o assalariado tecelão trabalha nas horas de folga em alguns teares financiados pela própria empresa em que trabalha a fim de aumentar a sua renda familiar.

2) Na segunda, observamos o desenvolvimento do fezonismo em uma espécie de “empresa domiciliar”. O assalariado deixa de ser tecelão e passa a operar com seus próprios teares. Utiliza do trabalho próprio e da família.

3) O fezonismo se desenvolve em uma estrutura moderna de empresa que contempla, ao mesmo tempo, o trabalho do próprio fezonista na produção e a contratação de outros empregados. Mais recentemente, com a crise da década de 90 no setor têxtil, agravada pela inserção dos tecidos asiáticos no mercado brasileiro, o fezonismo tende a assumir a forma de terceirização, no sentido de significar uma forma de produção externalizada no contexto produtivo têxtil.

Aqui começam as dificuldades e contradições em definir quem é o fezonista. Podemos dizer que a definição do fezonista como um pequeno proprietário capitalista contém uma contradição. O volume de sua produção depende do dispêndio da força de trabalho, assim ele é um capitalista que administra o seu próprio negócio. Mas atenção: sua condição de capitalista, de explorador do trabalho alheio, depende do seu envolvimento direto na produção. A propriedade dos meios de produção não lhe permite exercer a função de um capitalista enquanto tal. E não permite porque, enquanto produtor que fornece mercadorias semi-elaboradas para uma empresa qualquer, não é ele que determina as decisões de sua produção, quem decide é a sua compradora. O fezonista que emprega outros trabalhadores é um explorador de trabalho alheio na

condição de mediador do capital, que deixa a encargo de um grupo de trabalhadores a tarefa de explorar outros trabalhadores. Assim, o próprio real coloca como contradição uma espécie de dupla identidade do fezonista.

A reorganização do novo fezonismo contempla em sua produção as condições objetivas e subjetivas (ideológicas) de trabalho do “antigo fezonismo”, algo que sugere uma forma mais sutil e aparente da liberdade e igualdade entre os pequenos produtores fezonistas que, na essência demonstra um maior desenvolvimento de formas de trabalho que combinam a extração da mais-valia absoluta e relativa.

No terceiro capítulo procuramos analisar o fezonismo enquanto uma forma recriada do “salário por peça”. Algumas de suas características, presentes no fezonismo, ajudam a entender a idéia de recriação de formas pretéritas de trabalho em todos os ramos produtivos, inclusive nos de ponta.

Entender esse novo fezonismo como uma forma de subordinação, refinada, do trabalho ao capital é nosso intento. Assim, desmistificamos o “mundo encantado” da pequena produção, dos trabalhadores autônomos enquanto uma possível alternativa de “livrar”o mundo do fardo do trabalho. Ao contrário, os trabalhadores externos são cada vez mais escravos do capitalismo e trabalham, sem que se façam perceber, sob condições mais precárias, que remetem às formas de trabalhos anteriores à grande indústria, quando o trabalho se encontrava sob a forma de subsunção formal ao capital.

Procuramos analisar esta falácia ideológica mais concretamente na forma de agir e pensar do fezonista, exemplo da individualização que é complemento às políticas neoliberais. Verificar como as leis de igualdade, liberdade e propriedade se repõe neste novo fezonismo é nosso objetivo no último capítulo. A “lei da troca de equivalentes” está ainda mais presente na forma como ocorre a venda e a compra de mercadorias, na esfera do mercado. O “produtor autônomo”, vendedor de

trabalho objetivado, de mercadoria, se coloca na esfera do mercado como igual ao capitalista que subcontrata seu trabalho. Trata-se de uma outra relação, da venda de trabalho objetiva.

Tanto é assim que o feitorista ainda trabalha em sua própria produção. Caracteriza-se como um proprietário que necessita trabalhar e, ao trabalhar em sua produção, se apresenta frente ao subcontratante como vendedor de seu trabalho objetivado, sua mercadoria. Esta relação que nada mais reflete senão a “lei da troca de equivalentes” diversifica as formas de extração de sobretrabalho, lança mão da mais-valia absoluta e torna mais difícil detectar, na essência, a extração da mais-valia.

I- O FAÇONISMO - SUA ORIGEM E EVOLUÇÃO.

Neste capítulo pretendemos focalizar as origens e o desenvolvimento da forma de trabalho à fação do setor têxtil no ramo da tecelagem que se concentra na cidade de Americana e região, no interior do Estado de São Paulo. Assim, quando falamos em **façonismo ou trabalho a fação**, nos referimos aos pequenos proprietários produtores de tecidos que prestam serviços para outras empresas, em geral de grande e médio portes.

A região de Americana-S.P., considerada um dos maiores pólos têxteis do Brasil, representa cerca de 6% da produção física de produtos têxteis do país, mantendo destaque no segmento de tecidos planos artificiais e sintéticos. Ao mesmo tempo, constitui-se em um aglomerado de grandes, pequenas e médias empresas, que envolve todas as fases da cadeia produtiva têxtil, desde a fiação até a confecção, sendo sua comercialização responsável por cerca de 90% da produção brasileira nesse segmento.¹

Sumariando os indicadores de peso do trabalho a fação na indústria têxtil de Americana, algumas pesquisas admitem que a cidade responda por cerca de 10% da produção têxtil do Estado, sendo que o setor façonista local representa uma parcela não desprezível de 5% da produção de tecidos do Estado.² As empresas façonistas assumem uma gama enorme de diversidade e o seu aglomerado de micro e pequenas empresas corresponde a 30% da produção de artefatos têxteis local, representando 50% do total de estabelecimentos em Americana, sem contar com as empresas "mistas", isto é, aquelas que possuem produção própria e prestam serviços à fação.

A história de Americana interfere em algumas das características do antigo façonismo, como o seu caráter mais "familiar", pois a origem dessas pequenas e médias empresas vem do trabalho familiar, muitas vezes domiciliar.

1 Durand, J.C. "Façonismo, produção familiar em tecelagem" in *Revista de Administração de Empresas*, Vol. 25(1), jan/mar, 1985.

2 Idem, ibidem. e Rodrigues, J.A. "Façonismo, um sistema de trabalho da indústria têxtil - o exemplo de Americana" in *Geografia das Indústrias*, n.6, USP, Instituto de Geografia.

A formação da Indústria Têxtil de Americana está portanto relacionada à proliferação de pequenas e médias empresas que estiveram vinculadas a forte difusão das relações de subcontratações, bem como à presença de comerciantes, geralmente vindos da capital, que eram na realidade os responsáveis pela realização da produção têxtil da cidade, transferindo as habilidades verificadas na região para o mercado consumidor.

Porém, antes de abordarmos diretamente o feitorismo, faz-se necessária, a seguir, uma breve apresentação do contexto produtivo no qual se insere.

1. 1. A divisão da cadeia produtiva têxtil

Começamos pela descrição da cadeia produtiva têxtil que apresenta vários ramos de atividades produtivas, os quais por sua vez, formam um complexo industrial, isto é, inúmeras indústrias se especializam na fabricação de produtos que se inserem nas diversas fases produtivas do complexo têxtil, fases estas que vão desde o beneficiamento de fibras (fibras naturais) ou a sua fabricação (fibras químicas) até a produção de seus diversos itens, como fios, cordas, tecidos variados, etc., podendo também aqui ser inserido o setor da confecção.

Os ramos produtivos do setor têxtil podem ser assim apresentados:³

- Produção das fibras artificiais ou químicas. A fabricação de fibras artificiais trata da obtenção das mesmas através de processos químicos.
- Fiação. A fiação transforma as fibras químicas (*staple fibers*) ou naturais ou mesmo suas misturas em fios.

3 As referências abaixo acerca da divisão em ramos do Complexo Têxtil de Produção e suas definições foram retiradas dos seguintes textos: Ribeiro, L. G. *Introdução à tecnologia têxtil*, Vol. I, SENAI/CETIQT, 1984 e CBS (Coleção Básica SENAI), Rio de Janeiro, 1981.

- Tecelagem. Na tecelagem, os fios são entrelaçados, transformando-se em tecidos (tecidos planos). É a tecelagem convencional.

- Acabamento. São diversos os processos que constituem o ramo do acabamento de produtos têxteis - alvejamento, tinturaria, estamparia, etc.-, conferindo a esses produtos a cor desejada, determinado aspecto específico e outras características que estejam em consonância com o mercado a que se destinam.

- Malharia. Na malharia, os fios formam laçadas que se entrelaçam, dando origem ao tecido de malha.

- Passamaria. É a tecelagem que produz tecidos estreitos, conhecidos como fitas e que obedece ao mesmo processo de tecelagem convencional. Um tear pode produzir uma ou mais fitas.

- Rendas. É a tecelagem que produz um tecido de malha diferente da utilizada comumente na malharia, diferenciando-se dela pelo fato de os fios, em determinados momentos, realizarem laçadas completas (nós) que formam a base da amarração.

- Cordoaria. É executada por fábricas que utilizam os fios para produzir cordas, através do retorcimento ou do entrelaçamento de diversos tipos desses mesmos fios.

- Confecção. Na confecção os tecidos são transformados em artigos de uso geral, como roupas, toalhas, tapetes e artigos do gênero.⁴

O fluxo da produção têxtil pode ser visualizado da seguinte forma:

4 Alguns textos técnicos incluem a confecção como um dos ramos existentes no conjunto da Cadeia Produtiva Têxtil. Mas ao longo de nossas entrevistas, encontramos discordâncias quanto a isto; alguns técnicos preferem se reportar ao ramo da confecção como uma atividade separada e distinta do conjunto do processo produtivo têxtil em geral. Essa distinção foi uma solicitação do Sindicato da Confecção do Estado de São Paulo e dos empresários desse ramo à Câmara Setorial Paulista têxtil. Nota-se o efeito puramente político de tal exigência, porquanto existam dois sindicatos do mesmo setor: O sindicato Têxtil e o Sindicato da Confecção. Para os técnicos da FATEC (Faculdade de Tecnologia Têxtil de Americana), tal distinção não possui procedência técnica.

Produção de Matéria Prima → Preparação / Fiação → Preparação / Tecelagem → Acabamento / beneficiamento → Preparação / confecção.

A fiação é um fenômeno que se estende de diversas formas em alguns dos ramos produtivos têxteis, como é o caso da confecção. Nosso estudo, contudo, delimitará a fiação no ramo da tecelagem.

A tecelagem compreende dois setores: a preparação para a tecelagem e a tecelagem propriamente dita. A preparação para a tecelagem é uma fase que exige um grande aparato de máquinas, muitas delas já automatizadas e computadorizadas, como é o caso da urdideira contínua que prepara o rolo para a engomadeira contínua, ou o aparelho de tingir os fios em rolos. Muitas dessas máquinas já substituíram os trabalhos humanos, em geral trabalhos esses que exigiam muita atenção como o exemplo da urditriz que manualmente enrolava os fios no rolo que deve ser conectado ao tear, na urdideira seccional. Geralmente esse trabalho era feito por mulheres pelo fato de exigir muita atenção e delicadeza, atributos estes, segundo os padrões sociais, femininos.

A tecelagem é o processo que transforma o fio em tecido, através da operação de tecimento por meio de teares que podem ser genericamente classificados como: teares manuais, mecânicos, de pinça, bem como alguns mais modernos, a jato de ar e de água.⁵ Fala-se em “tecelagem convencional” quando a inserção da trama é feita por meio de uma ou várias lançadeiras voadoras e em “tecelagem não convencional” quando a inserção da trama é feita por qualquer outro método - pinças, projéteis, jatos fluidos (ar e água), etc. Estes últimos teares são os mais avançados e possuem dispositivos microeletrônicos, quer dizer, dispensam em grande medida a força de trabalho vivo.⁶

A tecelagem é um processo bastante complexo, necessitando de constantes estudos que procuram melhorar as máquinas e a matéria-prima

5 Toda a descrição do processo de tecelagem e dos teares foi retirada do “Manual de Engenharia têxtil,” vol.I, Fundação Calouste Gulbentian, Lisboa, 1984, capítulo 3.

6 Idem, ibidem. p. 328

no sentido de uma obtenção do máximo de eficiência na qualidade do tecido.

1.2. O perfil do setor têxtil no Brasil

O Conselho Nacional da Indústria Têxtil, em 1986, estimou que o setor têxtil no Brasil possuía cerca de 5.000 empresas, excetuando os ramos de malharia e confecção, das quais 11% consideradas de grande porte, 21% de médio e pequeno portes. Já as microempresas atingiam cerca de 68% do total representando a maioria no Setor.⁷ Quanto à propriedade de capital, a pesquisa aponta que o setor têxtil é constituído por empresas de capital nacional, pois 91% delas pertencem a brasileiros e apenas 9% a estrangeiros.⁸ O setor de confecção abrangia cerca de 11.000 empresas em 1986, sendo o maior número delas de pequenas e microempresas que se enquadram no conceito de setor informal.

Quanto a essa caracterização básica do setor têxtil e do setor de confecção, como sendo predominantemente formados por pequenas e microempresas, podemos dizer que a mesma ainda é plenamente válida nos dias de hoje, apesar de toda a crise por que passa o setor a partir de 1991. Trataremos oportunamente desta questão.

7 Justificamos desde já qualquer eventual imprecisão ou defasagem nos dados aqui apresentados. Colocamos aqui a dificuldade encontrada para a obtenção de dados precisos e atualizados principalmente sobre o feçonismo. Dado o momento de crise, não foi possível precisar estatisticamente, nos anos de 1995/96, o número de indústrias e outras eventuais informações sobre o setor. Como nosso objetivo não consiste em uma análise quantitativa, mas sim, qualitativa sobre o que está ocorrendo com o feçonismo nesse momento de reestruturação produtiva, uma grande parte das informações presentes no texto, foram obtidas através de entrevistas e conversas informais, além de visitas a várias fábricas de diversos portes.

8 Estes dados se encontram em documento do SENAI/CETIQT, sobre a atualização tecnológica da Indústria Têxtil e de Confecção, "Estudo para automação, modernização, desenvolvimento tecnológico e ampliação da indústria têxtil brasileira até o ano 2.000", Rio de Janeiro, 1986.

É sempre muito difícil uma avaliação correta sobre a real capacidade do parque industrial têxtil, devido a sua própria estrutura onde predominam as pequenas empresas, pois as grandes firmas no setor são, em geral exceções à regra. Dados atualizados sobre a indústria têxtil,⁹ que excetuam o segmento de confecções demonstram que, no Brasil, até 1990 o setor contava com 5.158 empresas. Este número sofre uma significativa redução a partir de 1991, quando a crise gerada pelos tecidos importados afeta demasiadamente todo o setor. Em que pese uma grande redução quanto ao número de indústrias têxteis no Brasil, a partir de 1990, há o predomínio de pequenas e microempresas nessa área.

Em países como o Brasil, o setor têxtil é menos concentrado se comparado com outros países industriais. Esse setor, que engloba um grande número de pequenas e médias empresas localizadas na mesma região, como é o caso do pólo têxtil de Americana, possui uma visão muito conservadora para arriscar-se, financeiramente, em altos investimentos e em novos métodos de produção.

1.3. Caracterização do Pólo têxtil de Americana

O pólo têxtil de Americana, que agrega as seguintes cidades: Santa Bárbara d'Oeste, Sumaré e Nova Odessa, é considerado o maior parque industrial têxtil da América Latina.

Dados registrados pela Prefeitura de Americana em 1988, apontavam a existência de aproximadamente 500 empresas têxteis de médio e pequeno porte em Americana. Tais empresas empregavam 30 mil trabalhadores, com uma produção - considerando os períodos de pico da demanda - de 30 milhões de metros de tecidos por mês, índice que a colocava como a principal produtora de tecidos planos do país. Se

⁹ Dados fornecidos pela ABIT (Associação Brasileira das Indústrias Têxteis) em abril de 1996.

considerarmos as pequenas tecelagens incluindo as domésticas (“fundo de quintal”), isto é, que operam com no máximo 10 teares, sendo estas na sua maioria façonistas, o número de empresas na cidade chega a 1080 empresas. Estas operam, conforme dados da Associação Comercial de Americana (ACIA), com uma média de 5 funcionários cada uma.¹⁰

A indústria local exportava entre 1989 e 1990, o equivalente a U\$\$ 16,99 milhões para 28 países do mundo, incentivando também as atividades para o amplo comércio de roupas e tecidos que, nesse mesmo período, registrava 416 lojas de roupas e tecidos somente em Americana.

As empresas em Americana podem ser divididas em:

- **empresas autônomas** - nas quais se inserem as grandes indústrias e as de médio porte, com algumas exceções de empresas menores, **com produção própria** para o mercado interno e externo.

- **empresas façonistas ou façonistas** - constituídas, principalmente, por pequenas e microempresas, incluindo algumas domésticas, as quais **não possuem produção própria**, uma vez que são subcontratadas por outras empresas, independentemente de seu tamanho. É comum que sua produção se restrinja ao mercado interno.

- **empresas mistas** - que abrangem as pequenas e médias empresas indistintamente, cujas formas de produção se dividem em: produção própria e subcontratação. Estas podem se voltar tanto para o mercado interno como externo.

O grupo das empresas autônomas é composto por aquelas empresas de grande porte, isto é, com um número grande de trabalhadores e com grande produtividade. Algumas delas pertencem a grandes grupos econômicos, como o Vicunha e o Santista-Alpargatas e possuem em suas

10 Gostaríamos de frisar as dificuldades que tivemos na pesquisa empírica para encontrar dados precisos sobre as empresas façonistas (pequenas e domésticas), até porque estas nem sempre são registradas, contam com uma situação muito irregular de produção. Os dados da ACIA foram obtidos através de notícias de jornais, como aliás boa parte das informações desse item e do anterior. Notadamente observa-se que todos eles possuem alguma defasagem devido ao momento de instabilidade do setor. Muitas empresas fecharam e depois reabriram em um espaço de tempo pequeno, dificultando hoje uma visão precisa do setor na região.

tecelagens, razoável modernização de maquinários. Essas empresas pertencentes a grupos economicamente fortes também se caracterizam por seu alto grau de verticalização, significando a existência de uma concentração de todo o processo produtivo, que vai desde a fiação até a confecção dos tecidos e a comercialização. Em geral, o conjunto de empresas responsáveis por toda a cadeia de produção têxtil está nas mãos desses monopólios.¹¹ Também fazem parte do conjunto de empresas autônomas, aquelas de menor porte que de alguma forma conseguiram fatias do mercado interno, em geral, através de uma produção mais especializada. Tais empresas operam com alguns maquinários modernos, mas que não são de última geração.

As empresas façonistas são de pequeno porte (microempresas e empresas domésticas). Encontram-se, em geral, em situação mais precária: pagam aluguel do prédio onde trabalham (quando são microempresas), possuem poucos teares, mantêm trabalhadores sem registro em carteira, quando não a própria família, e não possuem estrutura para a compra da matéria-prima e a comercialização de sua produção.

As empresas mistas efetuam parte da produção como autônomas, vendendo seus tecidos para clientes específicos, e parte como façonista, subcontratada de outra empresa. Elas recebem o rolo de urdume que deve ser instalado no tear e entregam o tecido pronto, sob encomenda para a empresa que as subcontrata.

As pequenas e médias empresas que constituem uma parcela das autônomas, além das mistas e façonistas, são responsáveis por um número muito expressivo do total da produção. Cerca de 50% da produção da região está nas mãos das mesmas e, excepcionalmente, algumas delas conseguem exportar seus produtos. O restante da produção fica a cargo das grandes

¹¹ Gostaríamos de citar o caso do grupo Vicunha, proprietário da Fibra (a segunda maior fiação do país, que se encontra em Americana), da tecelagem Elizabeth S.A. - que concentra a fase de preparação para a tecelagem (urdimento e engomagem) - e também de tinturarias e acabamento do tecido em outras cidades da região, ao mesmo tempo em que é proprietária da Lee.S.A. além de ser responsável ainda pela comercialização de sua produção.

empresas da região, que possuem considerável índice de produtividade e o monopólio de parcela do mercado interno e parte do mercado externo.¹²

*1.4. O façonismo no pólo têxtil de Americana, sua origem e evolução*¹³

Depois de apresentarmos as dimensões mais gerais do processo produtivo têxtil até chegarmos ao pólo têxtil de Americana, resta-nos a abordagem das origens e desenvolvimento do sistema de trabalho dominante entre os responsáveis pela evolução da rede de tecelagem da cidade de Americana, sistema este que foi e continua ser a importante base do centro têxtil que aí se instalou - o **façonismo**.

A origem do façonismo no Brasil acaba confundindo-se com a história da cidade de Americana, local onde essa particular relação de produção teve muita importância. Assim, o façonismo surge sem seguir nenhum modelo pré-estabelecido.

A origem do façonismo na cidade de Americana, até então Vila Americana, está relacionada com a construção de uma estação ferroviária na Fazenda Machadinho, em 1873, para atender a cidade vizinha de Santa Bárbara. No mesmo ano, iniciou-se também a construção de uma firma de fiação e tecelagem na Fazenda Salto Grande, a fim de que se aproveitasse a boa qualidade do algodão produzido na região, com as técnicas advindas dos Estados Unidos, através dos primeiros imigrantes que lá haviam chegado por conta da Guerra de Secessão. Essa firma veio a se chamar "Carioba" que significa "pano branco" em tupi-guarani.

As duas novas instalações trouxeram um grande desenvolvimento para a região e, ao redor da estação, surge um pequeno povoado, que nos arredores da firma Carioba, forma uma verdadeira "vila industrial." Essa

12 Não temos dados precisos sobre essa questão, mas em entrevistas com especialistas da área (professores do SENAI, FATEC (Faculdade de Tecnologia Têxtil), com trabalhadores e com sindicalistas, a estimativa é a de que realmente 50% da produção fique por conta das médias e pequenas empresas.

13 Os dados sobre a história do façonismo em Americana foram retirados de Rodrigues, J.A. op.cit.

firma cedia o lugar e a infra-estrutura necessária para a moradia de seus trabalhadores, constituindo-se na primeira “escola” para os futuros industriais de Americana e região.

O fezonismo, nasce quando o Sr. Luíz Bertoldo, um vendedor de fios de seda da Brasital que visitava com freqüência a Vila Americana para fazer suas vendas junto a Cia. Leyem - Tecelagem de Seda da Carioba, sabendo da existência de 12 teares praticamente parados da firma Pavezzi, entrou em contato com os irmãos Jones para comprá-los. Deslocando-se para lá com sua família, conseguiu junto à Tecelagem Ítalo-Brasileira, um acordo para trabalhar a matéria-prima da mesma, recebendo pelo serviço prestado, sem necessidade, portanto, de investimento prévio de capital. Durante dois anos trabalharam como fezonistas da Ítalo-Brasileira, até que esta estando às portas da falência foi tomada pelo Banco do Brasil, que imediatamente suspendeu as cotas de feção. Por mais alguns meses a indústria Bertoldo e Cia. ainda trabalhou a feção, agora para um dos técnicos da Ítalo-Brasileira (Sr. Túlio Chaiber) que havia sido dispensado, mas que sabia como adquirir matéria-prima. A partir daí, aquela indústria passou a comprar a matéria-prima, industrializar e comercializar a produção, transformando-se então em indústria autônoma com o nome de **Tecelagem de Seda Santa Maria**.

A tecelagem Bertoldo e Cia., após relativa recuperação financeira, começou a incentivar o fezonismo dando trabalho para alguns teares instalados em residências de operários da Carioba e mesmo de seus próprios empregados. Os empregados da Carioba, incentivados pelo incremento da renda familiar representado pela "feção", passam a alugar ou financiar teares, geralmente sucateados, que eram instalados em suas próprias residências, e movimentados nas horas de folgas desses trabalhadores. Os teares, na maioria das vezes, eram pagos com o próprio trabalho dos fezonistas. A aquisição dos teares era realizada de diferentes formas, sendo o financiamento privado e o recebimento como indenização de maquinário obsoleto as formas mais comuns.

Os primeiros fezonistas de Americana surgiram por volta de 1927. Este dado indica que não foi por influência direta de procedimentos em países estrangeiros que se iniciou este tipo de atividade industrial em Americana.¹⁴

Ao se iniciar a década de 30, a indústria têxtil começou a se multiplicar, pois já eram vários operários (contra-mestres e tecelões) que, tendo a possibilidade de trabalhar em seu próprio tear, adquiriram uma ou duas máquinas, pagando-as a prestação, aproveitando as horas de folga e auxílio da família para tecerem os fios fornecidos pelas poucas indústrias autônomas da cidade ou, o que era mais comum, pelos comerciantes da zona atacadista de São Paulo, rua 25 de Março e ladeira Pôrto Geral.

Assim, essa forma de trabalho propiciou mais facilmente a formação de força de trabalho, pois os filhos dos empresários fezonistas, treinados pelo pai, começavam com pouca idade a trabalhar nos teares instalados em suas respectivas residências, denotando o sistema de “empresa familiar”. Com o desenvolvimento do fezonismo, mais empresas subcontratantes surgiram e os ex-funcionários da Carioba passaram a fundar suas próprias tecelagens, trabalhando em regime de “fação.” Até os dias de hoje, grande parte das tecelagens de Americana, foram herdadas de ex-funcionários da Carioba.

Pelas condições de instalação e dependência de ofertas de serviço, esse sistema de trabalho foi sempre bastante instável, passando suas máquinas, com muita frequência, de um para outro, sendo portanto difícil uma reconstituição da situação nas décadas de 1930-40. Podemos, entretanto, afirmar que a multiplicação desses pequenos estabelecimentos foi muito grande na época.

Os primeiros “estabelecimentos a feção”, segundo Rodrigues,¹⁵ não poderiam receber o nome de “indústria fezonista”, pois se limitavam a um

14 Durand, J.C. op.cit.

15 Para o autor, as primeiras formas de trabalho “a feção”, não poderiam ser tratadas como indústrias propriamente ditas, dadas as próprias condições de seu funcionamento. Insiste pois em separar o que denomina de “empresa familiar fezonista” de uma empresa que funcione nos moldes da racionalidade moderna. O autor incorre em muitas imprecisões

ou dois teares, instalados em cômodos da residência de um operário capacitado (mestre ou contra-mestre) da Indústria de Fiação e Tecelagem da Carioba, ou da Indústria de Seda. Estas máquinas eram movimentadas após o chefe de família ter encerrado o trabalho regular, ou seja, nas primeiras horas da noite. A matéria-prima era fornecida pela própria indústria onde trabalhavam e consistia em um rolo (urdume) pronto e de uma quantidade necessária de espulas já preparadas para servirem de trama. Este material era transportado na maioria das vezes em pequenas carrocinhas, carros de mão e até mesmo nas traseiras de bicicleta, o que nos leva a crer que a produção não deveria ser muito grande. Entretanto, com o passar do tempo, a mulher ou alguns filhos maiores aprendiam a trabalhar no tear, o que permitia ampliar as horas de funcionamento da máquina.

Alguns façonistas, acreditando na possibilidade de conseguir, em casa, rendimento igual ou superior ao que recebia na indústria, deixaram seus empregos e passaram a trabalhar integralmente com suas máquinas, auxiliados pela esposa e filhos, dando início a uma pequena indústria, ainda que em condições de funcionamento bastante precárias.

Os façonistas procuravam adquirir logo uma espuladeira a fim de prepararem, eles mesmos, o material necessário para a trama e numa segunda fase, uma urdideira, máquina que os libertava parcialmente das indústrias autônomas da cidade, pois poderiam agora preparar o urdume e, conseqüentemente, receber pedidos de serviços provenientes de indústrias de fora ou mesmo de comerciantes, que comprando grandes quantidades de fios, produziam os tecidos através dos serviços prestados pelos façonistas.

Numa fase seguinte, passa a existir a possibilidade de ampliar o salão e o número de máquinas através da contratação de alguns empregados, desempenhando o façonista o papel de mestre e contra-mestre, e deixando

terminológicas substanciais para o entendimento do façonismo, como poderemos ver ao longo do trabalho. Neste caso, especificamente, consideramos que o façonismo se origina de uma forma de trabalho subcontratado familiar, ou seja, de pequenas empresas familiares e evolui para empresas de pequeno porte, mesmo que em condições de funcionamento precárias, como acontece com a maioria das pequenas empresas em Americana ainda nos dias de hoje. Ver Rodrigues, J.A. op.cit.

para os familiares e empregados as demais funções (tecelão, espulatriz, urditriz, etc.).

Não podemos deixar de mencionar o advento dos fios artificiais no Brasil (década de 40/50) que possibilitou um grande impulso na indústria têxtil de Americana e, conseqüentemente, a multiplicação dos façõnistas. A facilidade de trabalho com os fios artificiais, mais resistentes que o algodão e menos sujeitos a variações atmosféricas, e a maior procura dos tecidos com eles fabricados, graças ao preço mais baixo do mesmo em relação à seda, fez com que as indústrias imediatamente preferissem esse tipo de matéria-prima e se multiplicassem os estabelecimentos chegando à rede atual, cujo trabalho com fios **artificiais é predominante**.

Alguns dos fatores que favoreceram o desenvolvimento da fação e, conseqüentemente, da Indústria Têxtil em Americana foram:

- 1) a presença da empresa Carioba na formação pioneira de força de trabalho;
- 2) a instalação de algumas firmas autônomas de médio porte, ligadas à industrialização da seda na década de 20, cuja produção industrial era insuficiente para a grande procura da época, deu oportunidade para que as “pequenas empresas familiares façõnistas” encontrassem na própria Vila Americana o serviço do qual necessitavam para mover seus teares. Por outro lado, havia o interesse de alguns comerciantes paulistanos em oferecer serviços para industrialização. Como fortes comerciantes, podiam dispor de um suficiente capital de giro e, utilizando-se de cotas de “indústrias fantasmas”, ou mesmo adquirindo os fios no câmbio negro de indústrias que possuíam cotas superiores ao seu consumo, contratavam os serviços de manufaturação;
- 3) a relativa facilidade de obtenção de máquinas obsoletas oferecidas pelas indústrias pioneiras de fabricação de teares, principalmente na década de 30, quando foram impostas algumas dificuldades para a importação além da entrada de novos teares e instalação de indústrias autônomas que resultavam na ampliação da rede façõnista, com a proporcional ampliação

do mercado de trabalho, pois as máquinas substituídas eram oferecidas com enormes facilidades de pagamento aos pequenos fezonistas ou àqueles que pretendessem nela se iniciar.

4) a existência de firmas de fiação na região, que passaram a alimentar localmente as tecelagens autônomas e que indiretamente beneficiavam as fezonistas;¹⁶

5) a estrutura produtiva fundada no trabalho familiar que permitia a formação de força de trabalho para o setor.

16 Podemos citar a instalação da FIBRA Ltda, criada por um grupo de industriais da cidade, em fins de 1949, que se ligou no ano seguinte a SNIA VISCOSA, com sede na Itália, como marco importante e definitivo para o impulso dado às indústrias em termos de alimentação de matéria-prima, além da Toyobo e Nishibo, que existem desde 1950, ambas de capital misto cuja maior parte de produção se destina às tecelagens de Americana. Graças à SNIA e à FIBRA Ltda., responsáveis pela produção do rayon em filamento, e a boa aceitação dos fios artificiais que produziam novos tipos de tecidos além de serem mais fáceis de serem trabalhados que o algodão, Americana recebe dois títulos dos mais significativos “*a capital do rayon*” e “*princesa tecelã*”.

1.5. Características gerais da organização e do regime de trabalho do antigo sistema de feçonismo no pólo têxtil de Americana¹⁷

Procuremos agora elencar as características básicas do feçonismo desde sua origem até seu desenvolvimento mais atual.

Em Americana, segundo pesquisa efetuada pela Prefeitura em 1993,¹⁸ a feção, as empresas autônomas e mistas são predominantes na cidade desde a década de 70. Isto significa que 40% das indústrias têxteis existentes em Americana foram fundadas a partir do chamado “milagre econômico.” Portanto, mais de 82% das indústrias têxteis de Americana têm mais de 10 anos de existência. Cremos que estes dados de distribuição das indústrias por anos de existência não se alteram muito durante a crise.

O feçonismo está fortemente presente nas empresas mistas e nas propriamente feçonistas. As empresas mistas são empresas que possuem pouca estrutura para o exercício de suas atividades, são de médio e pequeno portes, na sua maioria, possuem prédios próprios, ainda que pequenos. Possuem teares próprios (mecânicos e de pinça, adaptados) e parte da sua produção é própria, e isto significa que existe uma estrutura mínima para a comercialização dos seus tecidos. Uma diferença-chave entre a empresa

17 As informações obtidas através das entrevistas e visitas às empresas feçonistas resumem nosso trabalho de pesquisa em três momentos: 1) As primeiras visitas foram feitas às tecelagens de médio e pequeno portes (feçonistas) das cidades de Americana e Santa Bárbara d'Oeste: precisamente a têxtil Elizabeth que possui várias unidades em Americana e região, Santista e Giullen, nas quais estão inseridas as fases de preparação e acabamento na tecelagem. Com isso objetivamos conhecer o processo produtivo têxtil em toda a sua cadeia produtiva, através de observação e entrevistas feitas com gerentes e trabalhadores das fábricas. Duração: Novembro de 1995; 2) As visitas às pequenas e médias tecelagens feçonistas, objetivaram conhecer a feção através de observações e entrevistas feitas com os feçonistas e alguns de seus clientes. Duração: Março/ Abril de 1996; 3) As entrevistas feitas com técnicos do setor têxtil: SENAI, FATEC (Faculdade de Tecnologia têxtil de Americana) e com sindicalistas de Americana e Santa Bárbara d'Oeste, objetivaram esclarecer pontos e sugerir questões a serem tratadas no trabalho. Duração: Abril/ Junho de 1996 e Março de 1997. 4) A consulta bibliográfica teve como objetivo fornecer dados mais precisos sobre a realidade do setor têxtil e do feçonismo em Americana e região. Foram visitadas ao todo 20 tecelagens de grande, médio e pequeno portes; entrevistados: 15 feçonistas, 2 técnicos do SENAI de Americana e 1 da FATEC (Faculdade de Tecnologia Têxtil de Americana), 3 gerentes de grandes empresas, 2 trabalhadores têxteis ligados à oposição têxtil local e 2 sindicalistas da situação.

18 Pesquisa realizada pela Divisão de Planejamento Sócio-Econômico da Prefeitura de Americana em 1993.

mista e a façonista é que a empresa mista possui estrutura para a compra e a venda do seu produto final, dispondo desta forma de uma estrutura maior para o transporte dos tecidos, enquanto a empresa façonista não dispõe de tal estrutura, dependendo totalmente de seu fornecedor de matéria-prima (empresas subcontratantes).

O regime de subcontratação nas indústrias, e principalmente na indústria têxtil, parece estar relacionado ao elemento da descontinuidade desses processos produtivos. Assim, a origem da subcontratação em qualquer ramo industrial está ligada às rupturas existentes no processo produtivo.¹⁹

Segundo a análise de Garcia,²⁰ o antigo regime de subcontratação no pólo têxtil de Americana parece não possuir tais características, pois ao invés de estimular a “modernização” das máquinas, teve o efeito de freio à modernização. Segundo o autor, a desvantagem tecnológica das empresas façonistas como se originou e se proliferou, em relação às autônomas parece estar no fato de que o modelo de subcontratação na indústria têxtil não teve o efeito de modernizar as pequenas e médias empresas. Cabe especificar os limites apresentados pelo antigo regime de fação.

Um dos limites apresentados pelo antigo regime de fação é o efeito sazonal na demanda que, por sua vez, influi no preço da fação. Em tempos de crise a demanda por “fação” cai bastante, ocorrendo o contrário em

19 “... nas descontinuidades tecnológicas nos processos de produção das grandes empresas é que encontramos a origem estrutural da função complementar da pequena e média empresa industrial na subcontratação.” Pagnani, Éolo. *A subcontratação na pequena e média empresa industrial*, Campinas, Editora da UNICAMP, 1976, p.55.

Convém mencionar que esta análise da subcontratação nas indústrias se limita ao contexto do fordismo/taylorismo, momento em que foi feita. Entretanto, a terceirização e as formas de subcontratações nas indústrias, nestas últimas décadas adquirem novos elementos que se adequam ao novo modelo de acumulação capitalista muito mais flexível. Para Pagnani, a subcontratação está relacionada a uma forma de complementaridade entre pequenas e grandes empresas. Assim ocorre nas indústrias metal-mecânica, por exemplo, onde as grandes empresas subcontratam as pequenas por não possuírem o processo produtivo completo e as pequenas empresas inovam-se tecnologicamente para atender as exigências das empresas subcontratantes.

20 Esta conclusão foi extraída da recente pesquisa de Garcia, Renato de Castro. “Elementos de um novo modelo de subcontratação na indústria têxtil”, texto para discussão n. 18, Depto de Economia, UNESP/Araraquara, 1991.

períodos prósperos onde as empresas subcontratadas se encontram até mesmo numa posição relativamente confortável. Um outro limite refere-se às empresas familiares ou com características “domiciliares” que, ao invés de investir internamente seus ganhos ou lucros, com o fim de aplicá-lo na própria modernização de maquinário, passam a despender tais recursos em outras atividades.²¹

A característica do antigo fezonismo como “empresa domiciliar”, está relacionada as suas origens históricas. Muitos dos fezonistas se originaram do campo, eram pequenos produtores agrícolas que, aplicaram na compra de terras os ganhos da venda ou do arrendo de sua terra; uma minoria era composta pelos tecelões qualificados de grandes empresas de Americana e de sua região²². Algumas empresas fezonistas ainda se encontram situadas nos fundos das residências dos fezonistas, com o predomínio da força de trabalho da família, sendo, entretanto, exceções. Outras ficam longe de suas residências, muitas vezes em prédios alugados cuja constituição da força de trabalho pode ser familiar ou contar com a subcontratação de outros trabalhadores.

O mais interessante a ressaltar é que, no Brasil, esse tipo de trabalho nunca deixou de ser utilizado, mesmo com a adoção de tecnologias modernas, embora de forma muito pontual e específica em algumas regiões do país. Neste caso, destacam-se as indústrias tradicionais como o setor têxtil/confecções e de calçados.

O regime antigo de feção contemplava pois uma forma de prestação de serviços onde as firmas autônomas, com o aumento súbito da demanda, contratavam a feção. Assim, as empresas subcontratadas eram encaradas como uma espécie de “capacidade de reserva” para a produção das firmas subcontratantes autônomas ou até mesmo mistas. Quando as empresas

21 Ao final das fases cíclicas dos períodos de prosperidade, o fezonista sente-se enfraquecido financeiramente dada sua opção de investimento. Muitas vezes o fezonista é obrigado a vender seus bens particulares e a voltar a trabalhar na sua empresa, que ficou estagnada até na fases de prosperidade da economia. Obviamente não são todas as empresas fezonistas que possuem este perfil. Já fizemos menção à grande diversidade de formas de organização das empresas fezonistas e mistas.

22 Durand, J.C. op.cit. e Rodrigues, J.A. op.cit.

contratavam seus fezonistas o ano todo, tinham como política a manutenção de preços constantemente baixos. Assim, a empresa subcontratada era obrigada a se sujeitar aos preços baixos praticados pelos subcontratantes mais “efetivos” ou optar pela insegurança representada pelos subcontratantes “sazonais”.

Este contexto de instabilidade para as empresas fezonistas tornava quase impossível o investimento em maquinários modernos. Por outro lado, tornava-se evidente a perda cada vez maior da qualidade dos tecidos produzidos pelas empresas subcontratadas.

Posteriormente, com o seu desenvolvimento, a feção nos dias de hoje, passa a implicar em uma rede de relações mais diversificada e ampla que envolve, por vezes, empresas de qualquer porte, autônomas, mistas (autônomas e fezonistas ao mesmo tempo) e as propriamente fezonistas. Ainda convém colocar o caso das recentes “**tecelagens sem teares,**” cujo subcontratante é um indivíduo com firma legalizada que subcontrata as empresas fezonistas ou mistas. Neste último caso, a feção se adapta mais ao conceito de terceirização.

Para os fezonistas, a feção consiste na única maneira de obtenção de lucro, através da venda direta de sua produção a outra empresa ou a um intermediário. Já para as empresas mistas, a feção é uma alternativa frente aos momentos de oscilação no mercado. Desta forma, a empresa garante ao menos parte do lucro de sua produção. Para as empresas de grande porte, a feção visa aumentar o **excedente** da produção, e isto é regido pela demanda de determinados artigos no mercado. Como o setor têxtil produz artigos que são utilizados de acordo com as estações do ano e a moda, os estoques são utilizados constantemente, propiciando dessa forma a contratação contínua das feções durante todo o período em que a empresa precisa aumentar seus estoques.²³

Um artigo de inverno é sempre estocado, de acordo com as exigências da moda. Os modelos e cores das roupas chegam ao

23 Garcia, R.C. op.cit.

conhecimento dos empresários do setor (tecelagem e confecção), com cerca de dois anos de antecedência. Esse estoque é garantido através da *fação*, pois com isto *os riscos e os custos* desta produção antecipada são transferidos para as empresas *façonistas*. O papel da indústria da moda na determinação da produção de tecidos é um elemento de fundamental importância para a análise da indústria têxtil no contexto do capitalismo contemporâneo e da flexibilização do trabalho²⁴.

Podemos entender a *fação* como uma forma de terceirização no setor têxtil, no ramo da tecelagem. Trata-se de um processo já muito antigo no setor relacionado, originalmente, à proliferação de pequenas empresas domiciliares *que aos poucos se autonomizaram ou não*.

1.6. O antigo façonismo e o desenvolvimento na rede de relações entre as tecelagens

Como pudemos perceber, desde a sua origem até os dias atuais, o *façonismo* passa por diversas formas de desenvolvimento, adequando-se ao contexto produtivo em geral do capitalismo. Assim, o que chamamos de antigo *façonismo* é apenas uma forma de diferenciarmos esse processo das novas determinações que o *façonismo* sofre a partir da reestruturação produtiva no setor.

O sistema antigo de *fação* no pólo têxtil de Americana pode ser caracterizado da seguinte maneira:

1) Inexistência de relação de parceria entre as tecelagens envolvidas na subcontratação, como por exemplo o auxílio técnico, discussão sobre a forma de se produzir, etc., por parte das empresas com maior estrutura; 2) Na relação, o fornecedor de fios acaba tendo determinação sobre a produção; 3) Isto caracteriza a teia de subcontratações a partir de relações que se estabelecem hierarquicamente; 4) A maioria dos contratos entre as

²⁴ Infelizmente nosso trabalho não comporta nenhum tipo de aprofundamento sobre tal questão, mas achamos importante considerá-la. Durand, J.C. op.cit.

firmas está baseada na informalidade, relações de amizade e confiança entre as partes; 5) Uma das estratégias de sobrevivência por parte das pequenas e médias empresas autônomas, para competir com as indústrias pertencentes a grandes grupos industriais, tem sido a busca da produção de artigos (tecidos) mais difíceis de serem produzidos em escala industrial.

Depois de enumerar algumas das características do antigo fezonismo, é possível que identifiquemos alguns casos onde elas ocorrem:

a) Na relação entre uma tecelagem autônoma subcontratante e uma tecelagem fezonista ou mista. A feção é comumente caracterizada quando a tecelagem subcontratante fornece a matéria-prima (os fios) à fezonista e esta, por sua vez, devolve à subcontratante o tecido pronto, muitas vezes com acabamento, no prazo de entrega e com o preço da metragem do tecido, determinados pela subcontratante.

b) Na dupla função que uma tecelagem mista ou autônoma pode exercer no processo da feção, subcontratando e sendo subcontratada por outra tecelagem, ao mesmo tempo. Assim esta tecelagem “passa” e “recebe a feção.” Obviamente, este caso se refere à forma mais recente do desenvolvimento do fezonismo.

c) Com as micro e pequenas tecelagens fezonistas ocorrem dois casos: o primeiro que envolve duas empresas, onde a **empresa** fornecedora de matéria-prima subcontrata o trabalho de outra empresa com o intuito de aumentar a sua produção; neste caso, as mesmas condições de todas as outras formas de “feções” se aplicam aqui. O segundo caso ocorre quando um **indivíduo** consegue fornecedores de fios em empresas que estão com acúmulo de estoques ou que fecharam e estão “queimando” estoques, e revende os rolos de fios às tecelagens fezonistas, criando assim um vínculo menos formal com as mesmas. Com isto esse indivíduo apenas comercializa diretamente a produção para seus clientes, cumprindo a função de uma espécie de **intermediário** entre as empresas que subcontrata.

O intermediário pode também estar entre duas empresas na relação de subcontratação como fornecedor de matéria-prima e fazendo os arranjos

entre as empresas feçonistas que se subcontratam. Essa forma de trabalho intermediária é muito comum entre as micro e pequenas empresas, envolvendo diretamente as feçonistas.

d) Um outro caso muito peculiar da feção na tecelagem que podemos encontrar em Americana é o arrendamento de teares. Isto acontece i) quando um trabalhador aluga alguns teares de uma empresa feçonista para produzir e vender seus tecidos por conta própria; ou ii) quando arrendando os teares, o trabalhador pode produzir sob encomenda, para outras empresas que contratem seus serviços e também produzir tecidos por conta própria para sua comercialização.

Em geral, as condições de trabalho das empresas mistas e feçonistas no antigo feçonismo são precárias e estiveram presentes desde as suas origens até muito recentemente em algumas empresas feçonistas. Deste modo, a descrição abaixo refere-se a uma espécie de “modelo antigo de feção.”

Listamos as seguintes condições de trabalho no “antigo sistema de feção”: a) É comum a manutenção de trabalhadores sem registro em carteira, em algumas empresas bem estruturadas. Estes são pagos por produção, isto é, pela metragem de tecido que produzem no mês ou na semana; b) não há contratação formal dos trabalhadores, estes são selecionados em épocas de alta na produção. Em muitos casos o trabalho é temporário; c) A jornada de trabalho nessas empresas ultrapassa 10 horas, muitas vezes nos fins de semana e feriados; d) Os proprietários das pequenas empresas feçonistas contam comumente com a ajuda da família, inclusive nos finais de semana, se preciso for, para dar conta do prazo da entrega da encomenda de tecido; e) As condições físicas do ambiente de trabalho em geral são ruins, sem ventilação, e contam com alto grau de insalubridade para o trabalhador. Por exemplo, os teares mecânicos fazem muito barulho e acabam causando a surdez gradativa dos funcionários das fábricas. Estes não utilizam os protetores de ouvido; f) Na maior parte das

pequenas empresas, não há formas de prevenção contra acidentes de trabalho.

Uma outra característica do ramo da tecelagem é a *desqualificação* do trabalho dos operadores de máquinas, sendo este também o caso dos fezonistas. Isto parece permanecer e se acentuar mesmo com a introdução de novas tecnologias na produção têxtil.²⁵ Este trabalho não exige deles nenhuma “qualificação” a não ser a vigilância e os cuidados para com vários teares ao mesmo tempo, fato este que influenciou o modelo japonês,²⁶ baseado na polivalência dos trabalhadores nas fábricas. Esse fato caracteriza e redimensiona o sentido das transferências recentes de algumas plantas industriais têxteis do Estado de São Paulo para outros Estados²⁷.

Os dados fornecidos pela história do fezonismo e seu desenvolvimento no pólo têxtil de Americana traduzem algumas das características do que denominamos de “velho” fezonismo ou sua forma organização antiga. Contudo, este processo de consolidação do fezonismo que vai desde sua origem até culminar com um novo momento de reestruturação de todo o processo produtivo têxtil, que tem como marco a forte crise gerada pela abertura das importações em 1990 – reflete a necessidade de reorganizar e adaptar o fezonismo às novas condições

25 Corder, S.M. *Indústria têxtil: inovações tecnológicas e impactos sobre as qualificações dos trabalhadores*, dissertação de mestrado, Instituto de Geociências da UNICAMP, 1994.

26 Benjamin Coriat. *Pensar pelo avesso*, São Paulo, Editora Revan, 1985, pp. 52/53. O autor aponta como os pilares do modelo japonês a auto-ativação e o *just-in time*. O princípio da autonomia que é um dos princípios da indústria têxtil, visando a execução do trabalho de um só operário com quarenta máquinas ao mesmo tempo. A Toyota era antes da Segunda Guerra Mundial uma fábrica de teares e utilizando-se do princípio da autonomia como sinônimo de desespecialização e polivalência operária, procura aplicar esse mesmo método à indústria automobilística. Esta aplicação resulta na linearização da produção e na concepção da organização do trabalho em torno de postos polivalentes.

27 Uma informação muito importante que obtivemos através de entrevistas com técnicos do SENAI e FATEC é a de que os teares mecânicos do pólo de Americana, estão sendo sucateados e levados, em grande quantidade, para regiões do Nordeste, Minas Gerais, Bahia, etc. As empresas se beneficiam das instalações das tecelagens nesses locais devido aos incentivos fiscais propiciados pelos governos de seus Estados. As regiões onde a força de trabalho é mais barata são chamativas para as empresas em crise, mesmo aquelas de grande porte, como pudemos constatar. Nesses ambientes a procura por força de trabalho barata, desespecializada e de fácil exploração são os elementos que prometem às empresas lucratividade certa.

produtivas exigidas pelo novo padrão de acumulação capitalista, e isto ocorre a partir de uma estrutura básica que já estava pronta e montada.

1.7. O antigo fezonismo - sua definição

Este item procura tratar conceitualmente as categorias “fezonismo” e “fezonista”, a partir das caracterizações de alguns autores que pesquisaram o pólo têxtil de Americana e com os quais iremos dialogar.

Começamos por Durand,²⁸ que entende o fezonismo como **“a contratação de serviços que reúne empresas de tecelagem ou intermediários comerciais que possuem a matéria-prima - o fio - e proprietários de teares que entram com suas máquinas e força de trabalho na transformação dos fios de terceiros. Essa transformação é feita sob encomenda, sendo os preços preestabelecidos e calculados por metro linear de tecidos.”**

Podemos então apreender que o fezonismo é uma forma de prestação de serviço oferecida por empresas ou intermediários comerciais à proprietários de teares. O fezonista é o dono de seus meios de produção.

Contudo, a primeira pesquisa sobre feção em Americana, feita por Rodrigues,²⁹ não trata a questão de forma tão clara. Num primeiro momento, o autor procura definir mais explicitamente o fezonista como o **proprietário de uma indústria têxtil que, não dispondo de suficiente capital de giro, presta serviços de força de trabalho mecanizada a terceiros.** Mas, em outros momentos de sua pesquisa, com base no fato de que o fezonista não dispõe de suficiente capital de giro para uma produção autônoma, define o fezonista como **“... um assalariado com nome de industrial, pois depende do trabalho que lhe é oferecido por grandes indústrias ou comerciantes de grandes centros. Ele possui praticamente as**

28 Durand, J.C. op.cit. p. 6

29 Rodrigues, J.A. op.cit., grifos nossos.

mesmas obrigações de um empregado. Contudo, caem sobre si todos os encargos de um industrial”.

Resta esclarecer, se é suficiente o critério colocado por Rodrigues para definir o fezonista como um “assalariado de si mesmo”, ou “assalariado com nome de industrial”. Ao definir o fezonista como um proprietário de uma indústria têxtil, que não dispõe de capital suficiente para seus empreendimentos, tendo assim que recorrer à prestação de serviços para terceiros, Rodrigues deixa bem claro que o fezonista é o proprietário dos meios de produção e portanto é um “pequeno capitalista”. Mas ao considerar suas condições diferenciadas de vida, acrescenta à sua classificação um outro critério que diferencia o fezonista do restante do conjunto da classe proprietária têxtil de Americana. Este critério reside na **dependência** do fezonista em relação às empresas ou comerciantes subcontratantes e nas próprias **condições objetivas** de vida de muitos fezonistas.

O que podemos questionar nesta definição é o termo “assalariado com nome de industrial,” algo que não nos impede de considerar pelo menos uma visível diferenciação dos fezonistas em relação à classe têxtil dominante. A diversificação entre fezonistas indica que esse regime de trabalho permite uma margem pequena de acumulação. As condições de vida de um fezonista muitas vezes são iguais às de um assalariado tecelão fabril. Deste modo, o fezonismo assume formas diversas no universo das empresas de tecelagem, fazendo realçar as nuances desta relação de subcontratação. De forma geral, a feção nasce como trabalho domiciliar, prestação de serviço individual e familiar, e se desenvolve em pequenas e médias empresas que continuam prestando serviços a terceiros, o que não significa necessariamente que as empresas fezonistas deixem de apresentar algumas das características da antiga feção. Nos dias de hoje, e mais especificamente com as mudanças no padrão produtivo das empresas, a feção adquire novos elementos, tendendo a assumir a forma de uma

terceirização que envolve a relação entre pequenas, médias e grandes empresas.

O fezonista se caracteriza então como o proprietário de alguns poucos teares, operando em casa ou em um barracão alugado e em condições de trabalho muito inferiores às de uma empresa estabelecida. Originalmente utilizava da força de trabalho da família e, ao mesmo tempo, dispunha de sua própria força de trabalho na produção. Com o seu desenvolvimento, a feção adquire características da “empresa moderna”, mantendo como característica do antigo fezonismo, a dependência de outra empresa ou comerciante, além do fato de continuar não dispondo de capital de giro para gerir uma empresa autônoma; e, mais recentemente, constituiu-se como uma forma de terceirização da produção.

Com base no item 1.4., que aborda as origens e o desenvolvimento do fezonismo, podemos distinguir 2 fases no “antigo fezonismo”:

1) No momento em que o fezonismo se origina, o fezonista é ainda um assalariado da empresa Carioba. Assim, sua principal renda é o salário de tecelão. Ao alugar os teares antigos dessa empresa, procura aumentar a sua renda, trabalhando em seus horários de folga. Aos poucos adquire os teares por meio do pagamento com sua própria produção, transformando-se em um verdadeiro “escravo” do pagamento de seus teares. A sua produção tem o objetivo de satisfazer suas necessidades individuais e de sua família. Utiliza-se da prestação de serviços como uma forma de **complementação de sua renda como tecelão**. Trabalha em casa com a ajuda de sua família;

2) Em outro momento do fezonismo, o tecelão deixa a empresa onde trabalhava e passa a trabalhar somente em seus próprios teares com a ajuda da família e de sua própria força de trabalho em sua casa;

Ainda podemos considerar uma última e terceira fase do desenvolvimento do fezonismo, quando este se estabelece como uma pequena empresa. A produção é feita em barracões alugados e o fezonista contrata outros empregados. Podemos perceber claramente que a evolução

do fezonismo vai da “empresa familiar” ao estabelecimento da empresa moderna.

Definir o fezonista, portanto, na primeira fase de sua origem como “proprietário”, não seria de todo correto porque ele ainda é um assalariado da empresa que o subcontrata. Sua produção como fezonista consiste em uma forma de complementar a produção da grande empresa em tempos de pico da demanda. Para este tecelão, a renda da feção é a forma de complementar seu salário como tecelão. A primeira fase do fezonismo pode ser considerada mais em uma “transição” do trabalhador assalariado para o fezonista que presta serviços com a ajuda de sua família.

Já na segunda fase do fezonismo, o tecelão é o proprietário de seus teares e trabalha, com a ajuda de sua família, em casa. Ele é um produtor de “mercadorias” que se utiliza da troca para satisfazer as suas necessidades de sobrevivência. Aqui o produtor imediato é, simultaneamente, um vendedor de sua mercadoria (tecido) e utilizador de seu próprio trabalho na produção. Na segunda fase do fezonismo, o fezonista é um proprietário em condições ainda precárias, mas com alguma expectativa melhor de vida, pois já deixou seu emprego de tecelão na fábrica para tentar gerir seu próprio negócio.

Estas duas fases, podemos dizer, transitórias no desenvolvimento do fezonismo, perduram por muito tempo no pólo têxtil de Americana e ainda hoje podemos encontrar resquícios de suas características originais em algumas empresas fezonistas que operam em situações mais precárias.

Em uma terceira fase, ainda em processo de consolidação nos dias atuais, o fezonista é realmente um pequeno proprietário, opera seus teares fora de sua residência e contrata mais força de trabalho. Mas, é importante perceber que alguns elementos das outras fases do fezonismo se mantêm com o seu desenvolvimento até os dias de hoje tais como: o fezonista, nas três fases, utiliza da força de trabalho própria na produção, além de arcar com as tarefas próprias de um empresário e a maior parte de sua produção é sempre dependente, isto é, assume a forma de prestação de serviços para outra empresa. Isto é o que de fato caracteriza no geral, o fezonismo.

II- DO ANTIGO “ATELIÊ DOMICILIAR” AO “ATELIÊ MODERNO”- CARACTERIZAÇÃO DO NOVO FAÇONISMO

Ao abordarmos as mudanças que o façonismo vem sofrendo nestes últimos anos, não poderíamos deixar de fazer menção à crise pela qual passou o pólo têxtil de Americana entre 1990-95, período em que no Brasil se implantou a política de abertura às importações. Esta crise, aguçada pelo padrão técnico do capitalismo no Brasil, em particular no setor têxtil, reflete em toda a estrutura social da região de Americana, gerando desemprego e uma baixa na produtividade das empresas têxteis. Contudo, é preciso entender a crise do pólo têxtil de Americana como um momento particular de um processo mais geral de transformações do próprio modo de acumulação capitalista.

Portanto, entender a reposição do façonismo, enquanto forma de trabalho subcontratado e “autônomo” no setor têxtil, bem como a ampliação destas formas de trabalho em outros setores produtivos neste momento de crise e reestruturação produtiva, significa considerá-la como uma das várias respostas possíveis do capital perante a crise do seu padrão de acumulação que se revela ao mesmo tempo estrutural e conjuntural.

2.1. Os anos 90 - crise e reestruturação no pólo têxtil de Americana

O modo de produção capitalista vem sofrendo profundas transformações. Assim, torna-se cada vez mais freqüente o uso de termos como “mundialização” e “globalização” do capital, algo que, segundo Chesnais,³⁰ vai além de uma outra etapa no processo de

30 O autor procura vincular a idéia de mundialização a uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados, e só a elas. Assim, a mundialização resulta de dois momentos conjuntos e interligados: 1) O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conhece desde 1914; 2) O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan. Chesnais considera que o período da “idade de ouro do capitalismo”, denominado também de período “fordista”, fase que se constitui das relações políticas (nacionais e internacionais) e das instituições (sindicatos

internacionalização, tal como o conhecemos a partir de 1950. Podemos assim verificar uma nova configuração do capital mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e regulação. A nova configuração do capitalismo mundial sugere a necessidade de relacioná-la ao conjunto das dimensões mais gerais da crise do capital. Dentre elas, vários autores consideram o ano de 1973 um marco histórico, pois então as principais economias capitalistas passaram a conviver com um novo período de crise do capital, seja através da instauração de uma longa “*onda depressiva*” (Mandel-1990), ou de um “*continuum depresso*” (Meszáros-1995) ou ainda, da crise de estratégia de acumulação capitalista (Harvey-1992).

Em Meszáros, encontramos a análise que considera o capital provido de novos elementos para evitar tempestades nas circunstâncias atuais, através da elaboração e do aperfeiçoamento de métodos de “administração das crises”. Isto significa que o novo sistema é então caracterizado pela subutilização institucionalizada tanto de forças produtivas e de produtos, por um lado, quanto, por outro, pela crescente, antes descontínua do que súbita, dissipação ou destruição dos resultados da superprodução, através da redefinição prática da relação oferta/demanda no próprio processo produtivo convenientemente reestruturado. Para o autor é esta importante mudança na relação entre produção e consumo que habilita o capital a afastar, por enquanto, os colapsos espetaculares do passado.³¹

Além da dimensão da crise do capital, apontada por Meszáros, podemos também citar mais alguns elementos que compõem a configuração do atual modo de produção capitalista. Essa trajetória de intensificação do processo de internacionalização do capital pode então ser resumida a partir de alguns elementos: a) acentua-se e consolida-se a liderança econômica de empresas oligopólicas e de grandes bancos, que se

fortes e Estado social), a partir da Segunda Guerra Mundial, sofre novas determinações algo que indica uma outra fase do processo de Acumulação do capital a partir de 1980. Cf. Chesnais, F. *A mundialização do Capital*, São Paulo, Editora Xamã, 1996, p.34.

31 Meszáros, I. *Produção destrutiva e Estado Capitalista*, São Paulo, Editora Ensaio, 1996, p. 140/141.

tornam os principais atores do mercado, em particular do mercado financeiro internacional; b) a revolução tecnológica e as novas políticas de gestão e organização do trabalho determinam uma nova estrutura dos mercados de trabalho, no qual um dos principais resultados - no plano mundial - *desemprego estrutural*; c) as grandes nações capitalistas reafirmam a liderança política e econômica, subordinando e intensificando a dependência das nações periféricas, inclusive de países ex-socialistas; e d) *o ideário neoliberal se torna dominante mundialmente.*³²

Todo esse processo foi acompanhado por um grande desenvolvimento técnico-científico que traz enormes conseqüências para a estruturação de todo o processo produtivo. É pois com a “automação flexível”, possibilitada pelo desenvolvimento da microeletrônica, que a ciência e a tecnologia, enquanto forças produtivas, hoje mais do que nunca, convertem-se como impulsionadores da própria acumulação do capital, aumentando a produtividade do trabalho humano.³³

Para Matoso³⁴ a chamada “Terceira Revolução Industrial,” que se caracteriza principalmente pela influência da microeletrônica, revolucionando as práticas de produção, de comunicação e de organização do trabalho, e da velocidade dessas mudanças neste século, inaugura uma nova etapa cosmopolita, que acirra sobretudo, tendências já encontradas na gênese do capitalismo, como os oligopólios, os bancos, a atuação do capital

32 Faria, Maria da Graça Druck. *Terceirização - (des) fordizando a fábrica - um estudo do complexo Petroquímico da Bahia*, tese de doutorado defendida no IFCH/UNICAMP, 1995, p.18.

33 Oliveira, M.A. de., “A nova problemática do trabalho e a ética” in Teixeira, F.J.S. & Oliveira, (orgs.) *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva - as novas determinações do mundo do trabalho*, São Paulo, Editora Cortez, 1996, notas 11 e 14. O autor entende por “automação flexível,” quando há possibilidades de mudar rapidamente o produto sem mudança de equipamentos, a fim de atender às novas exigências de mercado no sentido de responder às mudanças de hábitos dos consumidores, o que se tornou possível graças à vinculação dos computadores às máquinas, com formas mais flexíveis de controle da produção e a formação de um novo tipo de trabalhador. Também faz questão de salientar se por um lado a transformação da ciência e tecnologia em forças produtivas, faz crescer a produtividade do trabalho humano, ao mesmo tempo exclui indivíduos, grupos e parcelas da população do trabalho e dos bens de serviços da sociedade, criando hoje os “excluídos sociais.”

34 Mattoso, J. L., “Notas sobre a terceira Terceira Revolução Industrial, crise e trabalho no Brasil,” in *Cadernos Cesit*, n. 2, Instituto de Economia /UNICAMP, 1995

financeiro, a liderança das nações desenvolvidas sobre as periféricas e o conteúdo “imperial” dessa dominação. Esse conjunto de mudanças, para Harvey,³⁵ indica que o capitalismo transita do fordismo para uma forma de “acumulação flexível”, constituindo um processo híbrido e transitório que abarca uma diversidade de formas de trabalho, provocando uma reestruturação no mercado de trabalho.

O modelo fordista consolidado no pós-guerra, tinha basicamente como elementos a concentração em torno de determinados setores industriais fundamentais, dominados por grandes monopólios que empregavam uma força de trabalho numerosa e predominantemente masculina; e a produção era dirigida para um mercado anônimo e concentrada na produção de bens em massa para um público consumidor passivo. Havia uma gestão macroeconômica da sociedade por meio de políticas monetárias, fiscais e sociais, sobretudo na área de previdência e assistência social, da educação e habitação, de políticas de renda e de controle de demanda. Também, capitalistas e trabalhadores negociavam a distribuição da riqueza produzida através de acordos, que procuravam combinar o máximo de produtividade e intensidade de trabalho com salários crescentes.³⁶

O modelo de “acumulação flexível”, para Harvey, marca um confronto direto com a rigidez do fordismo, porque se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Ao invés de enormes corporações com milhares de operários, produzindo desde a matéria-prima até os produtos finais, verticalmente estruturadas com suas imensas redes burocratizadas, dá-se a *descentralização do processo produtivo*. Assim, em primeiro lugar, há o núcleo da produção, com tecnologia de ponta, onde atua a nova base social da produção, e uma rede imensa de pequenas e microempresas, espalhadas

35 Harvey, D. *A condição pós-moderna*, São Paulo, Edições Loyola, 1992.

36 Idem, *ibidem*. pp. 166/167.

ao seu redor com a tarefa de fornecer os elementos a serem transformados por aquele núcleo de alta tecnologia.

A descentralização produtiva parece constituir um dos elementos fundantes deste novo modelo de acumulação, em contraposição ao fordismo, assim é que, segundo Fergus Murray,³⁷ que trata do caso da chamada “Terceira Itália”, a emergência das formas de *putting-out*, a transferência de trabalhos outrora desenvolvidos dentro da empresa para uma oficina de artesãos ou domésticos, ou as formas que atravessam as fronteiras nacionais (firmas subcontratadas utilizando a rede de *marketing* para a venda da mercadoria) através da gerência assistida por computador, propiciou uma forma de descentralização produtiva e de produção de uma rede de coleta de informações.

Assim, a “acumulação flexível” envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões até então subdesenvolvidas, tal como é o caso da “Terceira Itália”, acima citado.

A reestruturação do padrão tecnológico produtivo recria formas de exploração como as formas pretéritas de trabalho doméstico, familiar, etc. Este tipo de trabalhador é uma fonte *externa* de alimentação para as grandes corporações com alto grau tecnológico que faz o trabalho vivo evanescente dentro da estrutura produtiva da empresa. Disto resulta a impressão de que a sociedade de hoje é formada por produtores de mercadorias, pois as pessoas se consideram fornecedores de trabalho materializado, uma vez que a compra e a venda de trabalho ocorrem na esfera da circulação, por meio da compra e venda de mercadorias semi-elaboradas.³⁸ Os trabalhadores externos, independentes e autônomos tendem a ocupar a função de produzir a maior parte da produção, antes interna à indústria.

37 Murray, Fergus. “Descentralização da Produção - Declínio do Trabalhador Coletivo de Massa?” in *Capital & Class*, London, Spring, 1983, p. 1.

38 Novamente fazemos menção às reflexões de Teixeira que serão discutidas nas partes finais do trabalho.

Mas, o importante a considerar é que esta forma de produção flexível mantém a lógica destrutiva do capital e opera como resposta, ou ofensiva, à crise de acumulação capitalista. Assim, uma outra dimensão e consequência da “nova crise”³⁹ do capital, que resulta concretamente nas mudanças no processo de trabalho é a tendência histórica particular de debilitar o poder objetivo da classe trabalhadora, através da recomposição do desemprego estrutural para, a partir daí, criar um novo patamar de acumulação capitalista, intitulado de flexível.

Segundo Dedecca,⁴⁰ as firmas realizaram esse processo de flexibilização através da introdução de novas tecnologias e novos métodos organizacionais, e tentando fugir do controle sindical, buscando romper os contratos coletivos. Neste sentido as plantas industriais foram descentralizadas, na tentativa de se criar uma nova relação de trabalho que fugisse do padrão anterior. As consequências mais evidentes deste processo podem ser enumeradas:

1) Crescimento heterogêneo do mercado de trabalho nos países desenvolvidos, marcado pela **precarização, pela polarização e pela informalização do mercado de trabalho.**

2) **O desemprego estrutural** ressurge nessas sociedades que de algum modo já o haviam superado.

3) Como consequência do processo de desemprego e de precarização da força de trabalho, surge o problema da tendência crescente a uma **dessindicalização e desorganização do sindicato**, que era antes estimulada por um processo de reorganização empresarial.

4) Queda nos salários reais e finalmente o reaparecimento e aumento da **miséria e da pobreza** nos países da OCDE.

39 Alves, Giovanni. “Nova Ofensiva do Capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho - o Brasil nos anos noventa” in Teixeira, F.J.S. & Oliveira, M.A. de. *Neoliberalismo e Reestruturação produtiva op.cit.* p. 114.

40 Dedecca, C. “Reestruturação produtiva e mercado de trabalho” in *Cadernos de Pesquisa*, n. 1, Cebrap, junho de 1994.

Neste contexto, uma das respostas encontradas pelas empresas frente a essa situação foi o acirramento da concorrência entre empresas, fato que também explica o impulso tecnológico e os novos métodos organizacionais de produção, que marcam o período de instabilidade e crise que o capitalismo passa a conhecer a partir dos anos 70. Frente ao referido quadro, as empresas assumem uma nova estratégia de produção, através da flexibilização das relações de trabalho.

Essa nova fase de “racionalização da produção” e da transformação dos métodos de trabalho, impõe-se para o capitalismo como uma necessidade de tentar “superar” a crise da etapa fordista do capital. Sua realização, contudo, depende do êxito na adoção de novas formas de gerência e contrato de trabalho, além do enfraquecimento do sindicalismo combativo. Cabe dizer que uma “racionalidade contraditória” convive com formas de trabalho que tendem cada vez mais a se tornarem precárias, através da terceirização e do aumento da informalização, que visam, por sua vez, principalmente as vantagens de custos pelo não-cumprimento das obrigações fiscais e trabalhistas.⁴¹

Desse processo evidencia-se um “novo quadro” de estruturação do mercado de trabalho que se caracteriza pela fragmentação no interior da classe trabalhadora, onde o declínio da parte do trabalho produtivo no emprego total criado, não é contraditório com o crescimento na produção industrial necessário à saída da crise, justamente por que a “revolução informacional” permite criar mais produtos com menos emprego produtivo e mais emprego informal. A fragmentação da *classe que vive do trabalho* afeta a identidade de classe, provocando o “estranhamento”⁴² do trabalhador frente ao seu trabalho.

41 Segundo Ernest Mandel. *A crise do capital*, São Paulo, Editora Ensaio, 1990. parte III, (...) “a “racionalidade” do capital está justamente fundamentada na “racionalidade” das empresas tomadas isoladamente, isto é, uma racionalidade parcial, que tende a desembocar numa irracionalidade global cada vez mais pronunciada”.

42 Antunes, R. *Adeus ao trabalho?*, Campinas, Editora Cortez, 1995. p.128. Segundo o autor: “...mesmo na Volvo, de Uddevalla, na Suécia, citada como exemplo mais avançado de organização do trabalho sob o capitalismo do *welfare state*, também lá o produto continua

Há aqui um processo contraditório de aproximação e diferenciação entre assalariados da produção e assalariados dos serviços e assim, as formas antigas de tendências à “proletarização” como as formas de precarização, subcontratação, desqualificação e má remuneração, que se estendem aos trabalhadores dos anos 80, colocam em questão as antigas clivagens categoriais entre dirigentes e operários, “colarinhos azuis” e “colarinhos brancos”, produtivos e improdutivos. As mudanças estruturais no mercado de trabalho referem-se a uma redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo **parcial, temporário ou subcontratado**.

Assim o resultado destas mudanças pode ser analisado da seguinte forma: o *centro* deste novo quadro é formado por trabalhadores em tempo integral, gozando de maior segurança no emprego, boas perspectivas de promoção, reciclagem, pensão, seguro e outras vantagens. Este grupo deve atender às expectativas de ser adaptável, flexível e, se necessário, geograficamente móvel. Já a *periferia* abrange dois subgrupos bastante distintos; o primeiro é formado por trabalhadores em tempo integral, que possuem qualificações facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e também do trabalho manual menos especializado. Este grupo também sofre um alto grau de rotatividade no trabalho, fato este que contribui para a diminuição das oportunidades de carreira nas empresas.⁴³ No segundo grupo, a flexibilidade numérica é ainda maior, incluindo trabalhadores em tempo parcial, trabalhadores casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, com subcontratação e treinamentos com subsídios público, tendo ainda menos segurança de emprego do que o primeiro grupo periférico.

alheio e estranho aos seus reais produtores.” p. 116 e “...Esse processo de estranhamento do trabalho não se efetiva apenas no resultado - a perda do objeto - mas, abrange também o próprio ato de produção; ele é o efeito da atividade produtiva já estranhada. Se o produto é o resultado da atividade produtiva, resulta que esta é estranha ao trabalhador.” p.125.

43 Harvey, D. op.cit., p. 144.

A “sociedade dual”, como denomina Mandel,⁴⁴ possui a lógica capitalista que se firma no recuo histórico em relação aos salários indiretos socializados. Assim, através da pressão em favor da sociedade dual, do trabalho em tempo parcial, do trabalho precário, do trabalho clandestino, o capital deseja doravante reduzir os salários somente aos salários diretos, que declinarão inevitavelmente em seguida, em função do crescimento massivo do exército de reserva. Tal já é o caso para os trabalhadores “clandestinos” ou para os “empregos precários” que geralmente não se beneficiam mais das vantagens da previdência social. Na dimensão produtiva, surgem os “avanços tecnológicos” junto aos novos padrões de gestão/organização do trabalho, tendo no plano político-ideológico a propagação do neoliberalismo em escala internacional. É pois nesse contexto de transformações no processo produtivo, que os neoliberais encontram força para difundir sua doutrina e seus programas de política econômica.

As políticas neoliberais e as transformações produtivas, caracterizadas por Alves como a *nova ofensiva do capital*, impõe novos desafios para a luta dos trabalhadores assalariados, que, tal como os capitalistas, são levados a inovar estratégias de luta e de organização de classe.⁴⁵ Segundo o autor, é possível apreender o sentido da ofensiva do capital que surge com a crise a partir de duas linhas determinantes do novo “bloco histórico”, que se constituiu a partir da incapacidade do keynesianismo de conter as contradições intrínsecas do desenvolvimento

44 Ao incluir os extratos de trabalhadores em condições precárias nesta nova composição social do trabalho, este processo de flexibilização do processo de trabalho contempla a perda dos direitos sociais e das conquistas trabalhistas presentes nas condições de trabalho da rede de trabalhadores subcontratados, que fazem parceria com os trabalhadores formalmente empregados nas indústrias. Neste sentido, esta lógica da acumulação flexível, mantém a lógica destrutiva do capital e opera como uma das resposta à crise do padrão de acumulação capitalista. Ver Mandel, E. “Marx, a crise atual e o futuro do trabalho humano,” mimeo.

45 Continua o autor: “As políticas neoliberais e as transformações produtivas que caracterizamos como *ofensiva do capital de novo tipo*, são demonstrações da necessidade intrínseca do capital de impor controle do trabalho, de “negar” a sua outra determinação reflexiva contraditória e antagônica, anulando seu potencial de classe, seu projeto histórico de superação do capital. Portanto são expressões da luta de classes, que é intrínseca à própria processualidade capitalista”. (itálicos nossos) - Alves, G. in Teixeira, F. J. S. & Oliveira, M. A. de. *Neoliberalismo e Reestruturação produtiva* op.cit. p. 121.

capitalista manifestadas pela nova crise do capital. Essas linhas caracterizam-se pela dimensão política, através da vigência das *políticas neoliberais*, sob as suas mais diversas modalidades, caracterizadas pelas políticas de privatização, abertura comercial, ajuste monetário e, em sua dimensão estrutural, pelas *transformações produtivas* (inovações tecnológicas e organizacionais) que o autor considera como sendo uma ofensiva do capital na produção.

Essa nova ordem produtiva implica que a centralidade da grande indústria, coordene, planifique e organize a produção de uma rede de unidades periféricas. Trata-se da centralidade piramidal do poder, através da gestão fluida e flexível de uma rede de subcontratações. Neste contexto, o trabalhador passa a ser responsável pela sua produção e o seu salário corresponderá aos itens mínimos de produtividade fixados pela empresa.⁴⁶ Neste sentido, as técnicas de organização do trabalho, como por exemplo o modelo japonês, trazem em si as pré-condições necessárias para uma forma mais propícia de extração da mais-valia. Assim, o modelo japonês que caracteriza-se pela flexibilização da produção, intensificação do trabalho, modelo cooperativo de organização sindical, desverticalização da produção, também cumpre especialmente o papel de enfraquecimento da resistência da classe trabalhadora. As modernas formas de subcontratação (trabalho domiciliar, trabalho em tempo parcial etc), e de gerenciamento de equipes (*just in time*, círculos de controle de qualidade, etc.) da força de trabalho criam novas condições extremamente favoráveis para um maior domínio e controle do trabalho pelo capital.

O *just in time*, no qual a produção é realizada com estoques mínimos, obriga cada trabalhador a ser fiscal não só do seu próprio trabalho, como dos demais membros de sua equipe. Isto indica que essas formas de organização do processo de trabalho só funcionam se os trabalhadores estiverem dispostos a participarem das atividades de grupo e a

46 Bihr, Alain. *Du Grand soir a l'alternative (le mouvement ouvrier européen en crise)*, Paris, Les éditions Ouvrières, 1991, capítulo V.

assumir a responsabilidade e seu próprio trabalho, o que indica que se tratam de formas que visam quebrar a resistência da classe trabalhadora ganhando sua confiança.

A relação entre produtividade e salário nesse processo, traduz-se pela *individualização das relações salariais*, antes marcadas pela presença do sindicato combativo. Agora, as perspectivas de negociações de salários e emprego, ficam condicionadas à flexibilização do mercado de trabalho. Assim é que, segundo Teixeira,⁴⁷ nós estamos diante de uma espécie de reposição de formas antigas de pagamento que foram dominantes nos primórdios do capitalismo e até mesmo na época de apogeu da grande indústria”, pois o que está ocorrendo é uma forma *transfigurada* do “salário por peça” que no século passado tornou possível o prolongamento da jornada de trabalho e o rebaixamento dos salários. Nos dias de hoje, o pagamento dos trabalhadores, tanto dentro como fora da indústria, depende da quantidade de mercadorias que eles fornecem às unidades finais de produção. Portanto o seu salário é determinado a partir da capacidade de produção de unidade de tempo. Este é também o caso do tecelão da indústria têxtil.

Para Marx, o salário por peça, traduz-se como uma fonte especializada de auto-exploração, pois o trabalhador, nestas circunstâncias, tem interesse de aplicar sua força de trabalho o mais intensamente possível e prolongar sua jornada de trabalho, ou seja, trata-se, em última instância, de um processo de potencialização de produção de mais-valia. Assim é que todo o conjunto de técnicas aplicadas na organização e no processo de produção, trazem algumas conseqüências diretas para a classe *que-vive-do-trabalho*⁴⁸ tais como, a *intensificação do trabalho*. Essa intensificação é ocasionada pela tensão da responsabilidade que o trabalhador possui frente a produção e à pressão contínua para o aumento da produtividade, processo

47 Esta reflexão pode ser encontrada em Teixeira, F. J. S. *Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital*, São Paulo, Editora Ensaio, 1995 e “Terceirização: os terceiros serão os últimos,” SINE/CE, Fortaleza, 1993.

48 Noção utilizada por Ricardo Antunes, op. cit. pp.88/89, que inclui tanto os trabalhadores produtivos, quanto os improdutivos, que hoje compõem a classe trabalhadora.

esse que envolve trabalho em equipe. Enfim, tôdas as mudanças no mundo produtivo, envolvem o ser objetivo e subjetivo do trabalhador, possibilitando ao capital restabelecer seu domínio dentro do processo de trabalho e reproduzir, sob novas bases, as condições necessárias para a reprodução da mais-valia.

É preciso ter presente que essa nova forma de regulação do capital, se traduz como tendência, ou seja, um modelo possível de organização e estruturação do processo de trabalho. Contudo, o elemento determinante no atual capitalismo, e que é comum também às suas outras fases, é o fato de que são **prefigurações de novas formas de produção de mais-valia.**⁴⁹ Como explicita Mandel, “a sociedade dual” não passa de um dos mecanismos-chave para se aumentar brutalmente a taxa de mais-valia, a taxa de exploração da classe trabalhadora, e a massa e a taxa de lucro.”⁵⁰ E nisto reside o real objetivo de todo o conjunto de mudanças e transformações no capitalismo contemporâneo.

Cada país possui suas particularidades nessa estratégia de descentralização produtiva que implica na recriação de formas pretéritas de trabalho e na reposição de formas de pagamento da força de trabalho, como o “salário por peça” que se evidencia no amplo contexto da internacionalização e estreitamento dos mercados, num momento de crise e estagnação dos mesmos. As particularidades refletem elementos comuns significando que todo o processo se move mais do que nunca dentro da lógica do capital. Cabe agora tratar, brevemente, deste processo na conjuntura do Brasil.

A partir dos anos 90, a tendência de transformações produtivas no parque industrial e de serviços no Brasil, adquire um novo impulso marcado por esse quadro externo, no interior do qual o país tem sofrido diferentes pressões, de instituições financeiras internacionais como o Fundo

49 Teixeira, F. S. “Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo?” in Teixeira & Oliveira. *Neoliberalismo e Reestruturação...* op.cit. p. 63.

50 Mandel, op. cit. item VIII.

Monetário Internacional e o Banco Mundial, e de segmentos do capital multinacional e de governos dos países centrais como é o caso dos EUA. As referidas pressões encontram forte apoio do empresariado brasileiro, que adepto de algumas das políticas neoliberais, somou força para a implementação de tais políticas no país.

A vitória de Collor em 1989 representa um marco político importante, pois resulta na vitória da implantação do projeto neoliberal no Brasil. Nesse sentido, algumas medidas importantes para o ajuste da proposta de abrupta abertura da economia, através de uma drástica redução das alíquotas de importação e de um programa de privatização e desregulamentação da economia, afetam frontalmente os vários segmentos da indústria nacional. As indústrias em situação de atraso tecnológico, como é o caso, principalmente, da indústria têxtil, sofreram forte impacto frente ao acirramento da concorrência mundial.⁵¹

Os efeitos das políticas comerciais empreendidas pelo governo brasileiro entre 1991 e 1993, que se resumem na eliminação das restrições não tarifárias e implantação de um cronograma progressivo de redução das tarifas aduaneiras, começaram a se fazer sentir desde os fins de 1992. A redução inicialmente prevista da tarifa aduaneira foi antecipada em fevereiro de 1992, de modo que as alíquotas previstas para janeiro de 1993 entraram em vigor em outubro de 1992 e as alíquotas previstas para janeiro de 1994 vigoraram a partir de julho de 1993. O impacto do programa de redução tarifária sobre as importações, vem sendo significativo, especialmente após a última rodada de queda das tarifas em junho de 1993. Segundo a pesquisa de Coutinho & Ferraz⁵², apesar da relativa desaceleração da atividade econômica no segundo semestre de 1993, as importações demonstraram uma persistente tendência progressiva.

Para Amadeo, a partir da década de 80, há um aumento evidente do setor informal e, nos últimos três anos, houve uma transferência de

51 Mattoso, J.E. op.cit. e Faria, M.G. D. op.cit.

52 Coutinho, L. & Ferraz, J.C. "Dimensão sistêmica da competitividade" in *Estudo da Competitividade Industrial brasileira*, Campinas, Editora da UNICAMP, 1994.

trabalhadores do setor moderno industrial para o setor de serviços e comércio, que ocorre dada uma redução do tamanho do setor moderno e um **crescimento do setor tradicional**.⁵³ A partir de 89 o indicador do número de trabalhadores precários aumenta muito. A proporção dos trabalhadores sem carteira, por conta própria e desempregados, que era de 40% da força de trabalho, em 1992 chega a quase 50%, e, certamente, esse número deve ter aumento nos últimos anos.⁵⁴

Já a situação da indústria têxtil, no que diz respeito ao processo de terceirização e de precarização da força de trabalho, é um pouco diferente, por dois motivos: em primeiro lugar, por estarmos tratando de um setor tradicional com predominância de médias e pequenas empresas, com alto índice de atraso tecnológico e com deficiência competitiva internacional. Em segundo lugar, pelo fato de o fezonismo ser uma espécie de “terceirização antiga”.

Mas o maior impacto no setor ocorre quando, com a abertura comercial a partir de 1991, a redução drástica das alíquotas de importação traz para o mercado interno um forte concorrente: “os tecidos asiáticos”, que chegavam aos portos do país às toneladas por um preço que eliminava a competição com os tecidos nacionais e com uma qualidade que expressava tecnologia e produtividade com qualidade.

Vejamos como os países asiáticos ascendiam no mercado com investimentos no setor, como demonstra Herwig Strolz,⁵⁵ em sua pesquisa

53 Edward Amadeo. *Cadernos de Pesquisa Cebrap...* op.cit. pp.33/40. Os dados estatísticos demonstram que crescimento do setor informal dos trabalhadores sem carteira e por conta própria é evidente.

54 Idem, *ibidem*.

55 “O investidor que mais rapidamente cresceu no quadro global da Fiação foi a China, que recebeu de fabricantes de máquinas não chineses, 174% a mais de fusos equivalentes no período de 1979-88 em comparação com o período compreendido entre 76-85. Nesse período, Taiwan se sobressai em termos de investimentos no setor da fiação. Em comparação com o período de 10 anos compreendidos entre 76-85, o mais dinâmico investidor foi a Índia, que recebeu mais 113% de teares sem lançadeira. Ela se faz seguir da Coreia (92%), Indonésia (77%), Taiwan (55%), Espanha (45%), Turquia (40%), e Japão e Hong-Kong com 34% cada, em seguida vem a Itália, com um aumento de 26%, Portugal (25%) e Alemanha (23%). O Brasil, na área de tecelagem, como resultado de uma fabricação local inadequada de teares sem lançadeira e das dificuldades do país em importar maquinário estrangeiro, coloca-se entre os países com menor capacidade de competição no mercado internacional, já nesse período.

sobre os investidores mais dinâmicos no setor têxtil comparando os períodos de 1976-85 e 1985-89. Podemos observar que os países asiáticos já investiam mais que o Brasil em termos de maquinário, com exceção dos países desenvolvidos como a Itália e Alemanha, que sempre estiveram na liderança competitiva desse setor. Somam-se como fatores condicionantes da intensidade com que a crise afetara o setor têxtil neste período a “abertura econômica” inserida no contexto de um atraso tecnológico decorrente das condições mais estruturais geradas pela implantação de um “capitalismo subordinado” no Brasil⁵⁶.

Alguns dados fornecidos por Mandel, demonstram como a indústria têxtil é atingida pela recessão de 1974/75. A crise na indústria têxtil nessa época, foi particularmente grave na Europa Ocidental, no Japão e no Brasil.⁵⁷ Em termos numéricos, dados aproximados da ABIT (Associação Brasileira das Indústrias Têxteis) demonstram entre 1989 e 1995 uma estimativa de 30% de demissões do total da força de trabalho têxtil no país. Em comparação com a crise dos anos 70, a crise dos anos 90 no setor têxtil possui como agravante o desemprego em massa. Entre 1989 e 1995, o número de trabalhadores têxteis demitidos em Americana - S.P., chega a 36%, número muito superior a qualquer crise anterior ocorrida nesse pólo

Os únicos perdedores neste caso são o Brasil (-26%) e o Reino Unido (-19%). Dados extraídos da VI Conferência Nacional de Tecnologia Têxtil e de Confecção, Julho de 1991, SENAI/CETQT, Rio de Janeiro, *paper* de Herwig Strolz, “*A dinâmica dos investimentos na Indústria Têxtil Mundial*”.

56 “... no Brasil a industrialização principia a realizar-se efetivamente muito mais tarde, já num momento avançado da época das guerras imperialistas, e sem nunca, com isto, romper sua condição de país subordinado aos pólos hegemônicos da economia internacional. De sorte que o ‘verdadeiro capitalismo alemão é tardio’ enquanto o brasileiro é hipertardio”. (itálicos nossos) - Quando falamos em atraso técnico no setor têxtil, não podemos omitir o aspecto estrutural decorrente do processo de constituição tardio do capitalismo brasileiro que também condiciona os elementos conjunturais e as crises hoje presentes na indústria têxtil. Ver sobre isto Ricardo Antunes. *A rebeldia do trabalho*, São Paulo, Editora Ensaio, 1988, p.102.

57 Ver sobre isto Mandel, E. *A crise...* op.cit., em especial capítulo X. Sobre as considerações abaixo acerca da crise do Capital e da tendência da queda da taxa de lucro - ver Cap. XXV. No Brasil onde a produção global (tecidos e roupas em fibras naturais e sintéticas) havia aumentado de 750.000 toneladas para 1,1 milhão de toneladas entre 1970 e 74, com uma expansão das exportações de 390.000 toneladas em 1970 para 500.000 em 1974 -, as exportações haviam conhecido no primeiro trimestre de 1975 uma queda superior a 50% em relação ao primeiro trimestre de 1974. Cerca de 5% da mão-de-obra têxtil foi demitida e os investimentos reduzidos em dois terços.

têxtil. Mas, a crise no setor têxtil paulista parece ter início em 1986, quando o governo federal anunciou o início gradual da redução das alíquotas de imposto sobre as importações que incidiam sobre fios, tecidos e confecções estrangeiras. Essa abertura seria então acompanhada de uma política de investimento no parque industrial nacional a fim de que se estruturasse condições para a concorrência. Em 1988, as taxas caíram de 105% para 65%. No começo do governo Collor, 1990, passaram para 40%, chegando a 30% dois anos depois. Com Itamar Franco, as alíquotas foram reduzidas para 20% e no final do ano passado, para 18%.⁵⁸

Em 1994, as tecelagens brasileiras denunciam que o custo de fabricação do tecido coreano é de US\$ 2,09 o metro, sendo que o pano exportado para o Brasil é de US\$ 0,89. Neste período a alíquota para os tecidos importados era de 20%. Segundo a ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil), os tecidos sintéticos da Coréia avançam no mercado interno, tirando o mercado das indústrias brasileiras pelo mecanismo do *dumping*, uma concorrência “desleal”, conforme afirmam os empresários e sindicalistas do ramo.⁵⁹ A mobilização dos empresários contra o *dumping* dos países asiáticos, possibilitou a imposição de sobretaxas para os artigos importados. Em 1994, a sobretaxa de 34% para a importação de tecidos artificiais e sintéticos da Coréia, causou um grande prejuízo às indústrias coreanas.

As importações de tecidos chegaram a atingir 50% da produção nacional, e uma das primeiras conseqüências do processo acima descrito foi o desemprego: cerca de 15 mil trabalhadores desempregados nos últimos 4 anos, metade das indústrias do pólo fechadas (algumas já em fase de reabertura), outras falidas, e uma queda de até 50% nas vendas dos produtos. As importações em 1994, pela primeira vez, ficaram acima das exportações.⁶⁰

58 Jornal "O Liberal" de Americana - S.P. (06/07/1995).

59 Esse termo foi largamente utilizado pelos empresários e imprensa locais, na tentativa de enfrentamento e denúncia à produção de tecidos asiáticos.

60 As demissões dos trabalhadores com menos de um ano de trabalho na empresa, chegam ao número de 15.000 em 1995 e 1.400 nos meses de janeiro e fevereiro de 1996, somente nas

As medidas tomadas pelo governo Federal, após sucessivas pressões de empresários e técnicos (SENAI/SENAC/FATEC, etc.) do setor, culminaram com a elevação do imposto sobre a importação dos tecidos têxteis em 70%. Para o sindicato local,⁶¹ esse imposto teve apenas o efeito de manutenção da produção de tecidos, limitando assim a ação das empresas concorrentes (asiáticas). Asseguram os sindicalistas que os reflexos dessas medidas não foram ainda suficientemente sentidas, posto que os grandes importadores de tecidos ainda estão “desovando” seus estoques de importados no país.

Para a Câmara Setorial Têxtil e de Confecções Paulista, há necessidade de um equilíbrio no setor com a diminuição efetiva das importações que agora causam impacto no ramo da confecção. Parece que uma das exigências da Câmara Setorial ao governo é a de que as tarifas aduaneiras sejam aumentadas, evitando assim que os produtos importados paguem irrisórios impostos ao chegarem aos portos nacionais. Contudo, tais exigências ainda estão em fase de discussão.⁶²

Dados do jornal da Folha de São Paulo de 02/10/1993, apontam que no primeiro semestre de 1992, o país importou 3 mil toneladas de tecidos da Coreia do Sul por U\$\$ 20 milhões. No primeiro semestre de 93, foram 10,2 mil toneladas por U\$\$ 64 milhões.

Um dos fatores que certamente contribuíram para o agravamento da situação, certamente, foi o atraso do parque industrial têxtil nacional, ainda que haja exceções em alguns elos dessa cadeia produtiva, como é o caso das grandes empresas ligadas a grandes grupos que possuem altas somas de

ciudades de Americana e Santa Bárbara D'Oeste, num universo de 30.000 trabalhadores têxteis. Por outro lado, em 1990, o número de indústrias no pólo têxtil de Americana estava em torno de 1.375 e em 1995, esse número se reduz para aproximadamente 700 empresas, uma queda em torno de 50 a 60%. Dados estimados pelo Sindicato patronal da região, Sinditec (Sindicato das Indústrias de Tecelagem de Americana, Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste e Sumaré).

61 O Sindicato ao qual nos referimos é o Sinditec (Sindicato das Indústrias de Tecelagens de Americana, Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste e Sumaré), trata-se de um sindicato patronal ligado à Força Sindical e que não se diferencia substancialmente do sindicato dos trabalhadores têxteis de Americana, o Sinditêxtil que também está ligado à Força Sindical.

62 Pudemos acompanhar parte dessas discussões em reuniões com a Câmara Setorial Têxtil Paulista em Americana.

capitais para o investimento tecnológico. Mas as pequenas, médias e microempresas, que constituem a maioria do setor têxtil do país, são as que operam com o maquinário mais atrasado em relação ao restante do mundo.⁶³

Algumas considerações, no entanto, devem ser feitas sobre as causas desse “atraso tecnológico” no setor têxtil. A primeira delas é de origem estrutural e se relaciona ao próprio **padrão de acumulação subordinado** do capitalismo brasileiro, especialmente no setor de bens de consumo como o setor têxtil. Este fator ajuda a explicar o atraso do maquinário têxtil que é decorrente desta via tardia de constituição do capitalismo brasileiro que trouxe uma desproporcionalidade entre o setor produtor de bens de consumo duráveis e o setor produtor de bens de produção. Enquanto o primeiro expandiu-se através da penetração do capital externo, os bens de produção foram, em grande medida, adquiridos junto à indústria existente nos países centrais.⁶⁴ A segunda está relacionada ao tipo de artigo que é produzido nos teares mais antigos como os de lançadeira, com ou sem pinça, que são muito mais versáteis e, quando são *adaptados*, ou seja, quando neles são inseridos alguns acessórios, a produção de artigos mais finos ou quase “semi-artesanais” tem muito mais qualidade. Por se tratarem de artigos que não são fabricados em ritmo industrial, os teares mais antigos respondem com mais eficiência à especificidade desta produção. É o caso da produção de *lingerie*, que necessita ser fabricado em teares mais antigos.⁶⁵

63 O presidente do Sindicato das Indústrias Têxteis do Estado de São Paulo, Aref Farkol, afirmava em 1990 que a indústria têxtil nacional estava muito atrasada em relação à do exterior. Cerca de 90% dos teares brasileiros trabalham a velocidade de 120 batidas por minuto, enquanto, no resto do mundo, os teares têm velocidade de 400 a 1.000 batidas por minuto. Cf. “O Liberal” de 22/03/90.

64 “Inserida num quadro de *subordinação estrutural* cuja gênese remonta à organização do complexo produtivo da economia colonial e ao desabruchar, no início deste século, de uma indústria de bens de consumo não-duráveis, a nossa formação econômico-social tem encontrado uma gama de obstáculos e entraves que a tem impedido, até os dias recentes, de constituir e consolidar um processo de industrialização autônomo e auto-sustentado, tendo como núcleo básico o Departamento de bens de produção”- grifo nosso. Antunes, R. *A rebeldia*op.cit. pp.102/105.

65 No caso da *lingerie*, a produção exige uma batida de tear mais lenta, o tipo de fio é mais delicado e se arreventa com facilidade, assim, os teares mais antigos são os mais adequados

Já os teares modernos possuem o limite de aceitarem somente artigos industriais, portanto os teares a jato de água e a jato de ar operam com determinados tipos de fibras. Isto torna a produção das empresas que só trabalham com estes teares, muito “específica”.

Segundo a pesquisa desenvolvida por Solange Corder, algumas inovações tecnológicas no setor têxtil estão ocorrendo, ainda que gradualmente. Corder conclui que estas inovações resultam, para os trabalhadores, na **desqualificação** da função dos operadores e dos auxiliares têxteis. A desqualificação, que já caracteriza essas categorias desde os primórdios da mecanização dessa indústria, é reforçada com as inovações tecnológicas.⁶⁶ A função de um operador ou tecelão é apenas a de vigiar os novos equipamentos e zelar por eles. Esta maior responsabilidade para com as máquinas vem então acompanhada de uma perda significativa de participação junto ao processo produtivo. Assim, o processo de reestruturação produtiva no setor têxtil e, sobretudo, as inovações tecnológicas aplicadas ao processo produtivo, como já foi mostrado pela pesquisa de Corder, não exigem um trabalhador qualificado e instruído para o trabalho nas máquinas modernas, uma vez que ele não possui autonomia ou poder de decisão sobre o processo produtivo.

Já o contrário do que ocorre com os trabalhadores operacionais, acontece com os profissionais da manutenção, dos quais se exige uma maior qualificação em áreas como a eletrônica, microeletrônica e instrumentação. Em decorrência da maior eficiência dos equipamentos modernos, a exigência de manutenção das máquinas torna-se menor e isto faz com que as empresas prefiram subcontratar os trabalhadores de manutenção. A terceirização das operações de manutenção do maquinário têxtil elimina postos de trabalho internos à fábrica e, na maioria das vezes, precariza as

para esta produção. O artigo é praticamente produzido artesanalmente, em confecções que exigem muita destreza das costureiras e que acabam se caracterizando como uma forma de *trabalho domiciliar* no ramo da confecção.

⁶⁶ Corder, Solange M. in op.cit.

condições de trabalho dos trabalhadores subcontratados, através da perda da estabilidade de emprego e das conquistas trabalhistas.

A pesquisa também confirma a atual **tendência de intensificação do trabalho**, propiciada pela aplicação de novas técnicas e de inovações tecnológicas no processo produtivo. O uso das potencialidades tecnológicas intensificam o ritmo de trabalho do pessoal ligado diretamente aos equipamentos e indicam um gradual processo de modernização do parque industrial. As novas tecnologias, quando aplicadas ao setor têxtil, trazem embutidas formas objetivas de controle do processo produtivo, por meio da intensificação do trabalho e do aumento da responsabilidade do trabalhador para com a produção. Com isto, a supervisão do trabalho é reduzida.⁶⁷

Todavia, a aplicação das inovações tecnológicas no parque industrial têxtil de Americana coloca a seguinte dificuldade: a entrada de um supertear com capacidade de 1.100 batidas por minuto, silencioso e computadorizado é barrada pelo aumento do seu preço final, devido às taxações governamentais e a qualidade do fio nacional, considerado muito ruim para os padrões das grandes tecelagens internacionais. Aliás, essa problemática da matéria-prima vem sendo cada vez mais polemizada. Os teares modernos (a jato de ar, a jato de água e o tchecoslovaco, dentre outros) não conseguem bom êxito com a qualidade de fios que o Brasil oferece. É comum empresas mais modernas operarem seus teares mais novos com a velocidade reduzida, por causa da quebra constante dos fios da trama, algo que, no limite, diminui a produtividade, já que a máquina não opera com 100% de sua eficiência.⁶⁸

É característica do pólo têxtil de Americana, principalmente no ramo da tecelagem, a existência de um conjunto de empresas *tecnologicamente diferenciadas* e variadas que convivem juntas sem que isto represente maiores problemas, tanto ao longo da cadeia produtiva, quanto na disputa por mercados.

67 Idem, *ibidem*. p. 59

68 A informação sobre a má qualidade dos fios nacionais, foi levantada em entrevistas com fezonistas e empresários de grande porte.

2.2. A nova forma de organização do fezonismo - elementos para uma análise

O “modelo” de subcontratação com base no fezonismo na indústria têxtil, vem sofrendo mudanças. Estas estão relacionadas, é claro, com as transformações conjunturais e estruturais que refletem uma nova fase de “internacionalização” e um novo padrão de acumulação do capitalismo contemporâneo.

Tais mudanças, abarcam um conjunto de alterações técnicas e organizacionais nos processos de trabalho. Como não poderia ser diferente, no setor têxtil, o fezonismo, enquanto uma forma “tradicional” de terceirização, vem incorporando novos elementos em sua relação com as empresas subcontratantes. Mas a grande novidade presente no mundo do trabalho hoje parece residir na expansão de diversas formas de subcontratação para setores considerados de ponta, **e não mais de forma pontual e específica**, mas como uma forma característica de terceirização que se expande no processo de trabalho. O trabalho fabril estável decresce em detrimento do aumento do setor de serviços e das diversas formas de subcontratação, externas e internas à fábrica.⁶⁹ Essas formas de trabalho terceirizadas tornam-se práticas justificadas pelas empresas enquanto inseridas no processo de reestruturação produtiva, com vistas ao estabelecimento de novos padrões de competitividade internacional.

O trabalho domiciliar é hoje parte da estratégia de descentralização das empresas tais como o *putting out*, junto com outras formas de subcontratação, caracterizando-se como uma atividade essencialmente feminina. O fezonismo, como já foi visto, se origina de uma espécie de “trabalho domiciliar” ou “ateliê domiciliar”. Como o ponto de partida das empresas fezonistas modernas foi a “empresa domiciliar,” a passagem de um modelo para outro não elimina algumas características da antiga forma

69 Ruas, R. “Notas acerca das relações entre trabalho a domicílio, redes de subcontratação e as relações de competição” in Abreu, Alice R.P. & Sorj, Billa (orgs.) *Trabalho invisível - estudo sobre os trabalhadores a domicílio no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Rio Fundo, 1993.

de feçonismo em muitas empresas feçonistas nos dias de hoje. Assim, podemos dizer que *em alguns casos* as empresas feçonistas se transformaram em uma espécie de “ateliê moderno,” pois mantêm as bases do antigo sistema de feção.

Neste contexto de mudanças no processo de trabalho, o trabalho a domicílio adquire um novo conteúdo que se refere principalmente às suas potencialidades enquanto uma forma **alternativa** para o assalariamento em uma época de crise e de grandes inovações tecnológicas. Até a década de 80, o trabalho a domicílio aparecia como um “reservatório inexplorado de flexibilidade” na forma de organização produtiva. Mas durante a crise, o trabalho a domicílio garantiu a flexibilidade necessária para algumas unidades produtivas, dentre as quais as mais tecnificadas e verticalizadas.⁷⁰ O mesmo ocorre com o feçonismo que, hoje, não se constitui propriamente como uma forma de trabalho a domicílio, mas que se originou dele e se desenvolveu em uma forma de organização produtiva que vem adquirindo novos elementos a partir da crise. A instabilidade da relação entre fornecedor e cliente, a precariedade das relações de trabalho que são informais e a configuração legal ou não do estabelecimento, além da forte presença da família na produção, em alguns casos, *identificam algumas empresas a feção* com os elementos do trabalho domiciliar caracterizados por Ruas.⁷¹ Assim, o exemplo de uma empresa feçonista por nós visitada é

70 Idem, *ibidem*.

71 Idem, *ibidem*. Aqui o autor procura sistematizar algumas formas de trabalho a domicílio, a partir de sua pesquisa sobre o setor de calçados do Rio Grande do Sul: 1) o trabalho a domicílio distribuído, onde as relações de subcontratação aparecem essencialmente sob a forma de encomendas, que são distribuídas por seus representantes em várias residências mais ou menos próximas do espaço fabril. Ressalta-se que o trabalho a domicílio ocorre nos setores mais tradicionais onde impera uma matriz competitiva orientada para preços baixos, o que faz da baixa remuneração da mão-de-obra e, por extensão, do emprego desta forma de trabalho, fatores importantes de redução de custos. Essas relações são precárias, instáveis e subentendem uma extrema dependência da parte contratada em face da contratante. 2) o trabalho a domicílio em pequenos empreendimentos familiares – esta consiste em uma outra configuração de trabalho domiciliar, onde a parte contratada assume a forma de um empreendimento familiar, legalizado ou não, que, além de reunir no trabalho alguns membros da família, pode, em vários casos, subcontratar outros trabalhadores em caráter eventual (esta empresa denomina-se “ateliê”) 3) o desenvolvimento das empresas familiares: estas pequenas empresas familiares, mesmo que atuando sob a forma de trabalho a domicílio, determinam uma configuração produtiva mais desenvolvida, à medida em que incorporam elementos

muito ilustrativo no sentido de mostrar como alguns elementos do antigo façõnismo continuam subsistindo, ainda que como exceções, em algumas das empresas do pólo têxtil de Americana.⁷²

Do ponto de vista econômico, a continuidade do pequeno façõnista no mercado se explica pelo fato de fornecer uma força de trabalho a custo inferior ao da força de trabalho média empregada nas “indústrias por conta”.

Um dos fatores que explica a convivência da multiplicidade de tecelagens à fação que operam com grandes diferenças tecnológicas, e que influencia na existência de empresas que funcionam com teares considerados obsoletos, é o mercado de teares usados, cujas ofertas aumentam e diversificam-se à medida que o parque têxtil nacional fica mais antigo e à medida que é mais veloz a difusão de tecnologias em nível internacional. A moda e a instabilidade climática reforçam uma sazonalidade no consumo de vestuário da qual as pequenas e médias empresas que ainda operam com elementos do antigo sistema de fação não

outros como qualidade e prazos de atendimento mais rígidos, além do fator preço como estratégia concorrencial.

72 A título de ilustração do que estamos abordando cabe ressaltar que, em nossas visitas a algumas tecelagens façõnistas, encontramos uma pequena empresa façõnista operando com 18 teares *mecânicos* com a idade de 50 anos *sob os cuidados de uma família*, dois irmãos e os filhos. Mesmo com a crise gerada pelos tecidos importados, a produção não sofreu maiores problemas. Como se explicaria a existência dessa pequena tecelagem, dentre muitas outras com as mesmas características, frente ao processo de “modernização”? Em primeiro lugar, se esta empresa ainda funciona é porque tem clientes e, portanto, está inserida no mercado. Assim, ela não poderia ser chamada de “ineficiente” porque, de algum modo, garante a qualidade e produtividade de um determinado tipo de artigo mais específico. Um primeiro aspecto a ser considerado, nesse caso, é que o intermediário, dono dos fios e subcontratante da empresa, não deixou de entregar a matéria-prima para a fabricação do tecido. A comercialização de sua produção não foi diretamente afetada dada a sua especificidade: produção de tecidos para cortinas e estofamentos. Mas, a conjuntura de crise no setor provoca uma queda nos preços dos tecidos e, conseqüentemente, isso afeta indiretamente a produção do pequeno estabelecimento. O exemplo parece ser contraditório frente à necessidade colocada pelo próprio mercado, de qualidade e eficiência produtiva. O tipo de artigo produzido nesta empresa, não exige nenhum tipo especial de tear. Como não produz em escala industrial essa fação consegue se manter ativa no mercado com os teares mecânicos, com uma produção “semi-artesanal”. Algumas empresas à fação, como o exemplo acima citado, têm a probabilidade de continuidade no mercado, quanto mais providas sejam de acessórios e de máquinas versáteis que permitam atender a encomendas de tipos de panos variados.

podem aproveitar-se mantendo a capacidade ociosa em instalações próprias para responder aos momentos de pico.

Uma das novas formas que o feçonismo tende a assumir na atualidade é a **terceirização** propriamente dita. É o que podemos observar em visita a uma empresa feçonista que apresenta alto grau de inovação tecnológica. Trata-se de uma empresa com 18 teares a jato de ar, trazidos da Itália e reciclados no Brasil. Com apenas um tecelão e um contra-mestre (para a manutenção dos teares), a produção chega em torno de 90.000 metros de pano ao mês. Neste caso, os salários são fixos e os funcionários registrados. Sem dúvida, a qualidade desse tecido é muito superior à de qualquer outra empresa feçonista, o que lhe assegura contratos temporários (em média, de 3 meses) com empresas de grande porte como a Teka, por exemplo. Os teares usados são adquiridos por um preço 50% abaixo de seu valor real por empresas brasileiras de médio ou de pequeno portes com mais capacidade financeira. A média de 5 anos de uso das máquinas, para os padrões europeus, consideradas com alto grau de desgaste e portanto passíveis de substituição, tornam mais viável para o Brasil a compra de teares depreciados que aqui são reciclados.

Esse caso representa uma das formas viáveis de terceirização da produção interna das grandes empresas, representando uma forma de “enxugar” a produção através da “expulsão” e transferência para terceiros dos riscos que o mercado oferece. Existem também outras formas de terceirização, que ao longo do tempo vão tomando corpo neste processo. É o caso das “tecelagens sem teares” que procuram terceirizar todo o processo produtivo, restringindo-se à compra e venda, respectivamente, da matéria-prima e do tecido acabado.

A feção sempre foi tratada como uma espécie de *complemento* da produção das grandes e médias empresas. Este fato está relacionado especialmente com o modo pelo qual a indústria têxtil se apresenta, isto é, com uma estrutura vertical. Em momentos súbitos de demanda, as empresas subcontratantes recorrem à feção como uma forma de aumentar a

produtividade sem precisar investir em tecnologia ou produzir um estoque excedente de tecidos.

Mas, então, o que há de novo no feçonismo? Na verdade ele persiste como uma forma de “terceirização”, que aos poucos adquire os novos elementos que constituem esse processo enquanto uma estratégia de descentralização das atividades produtivas e “expulsão” do capital fixo de dentro das grandes e médias empresas. **Assim, a feção passa de uma forma de produção complementar para uma espécie de “unidade produtiva” da fábrica subcontratante.** É o que pudemos observar no exemplo da empresa feçonista que opera apenas como 18 teares modernos e que é unidade produtiva externa da tecelagem Teka S.A.

A parte principal da produção é transferida para estas pequenas e médias empresas, embora como já dissemos, este processo ainda seja lento no setor têxtil, já há fortes indícios de que caminhará no sentido da terceirização como forma de eliminar os custos produtivos de dentro das empresas. Daí a caracterização mais precisa da feção como um “ateliê moderno” que opera como micro ou pequena empresa, embora, em muitos casos, mantenha algumas características do trabalho domiciliar.

Surge também um outro novo elemento no mercado de “feção” caracterizado pelas “tecelagens sem teares”, que consistem em empresas denominadas tecelagens que, no entanto, não possuem sequer um tear. Estas empresas controlam os dois extremos da atividade produtiva, a compra de matéria-prima e a colocação no mercado do produto acabado, assim o processo industrial é feito por terceiros.

Esta espécie de empreendimento era, muitas vezes, executado pelos denominados “intermediários”. Na verdade, ocorre que esta atividade vem se tornando cada vez mais rentável, pois os riscos produtivos junto com os encargos sociais e a necessidade de investimento em capital fixo são expulsos da “empresa” que terceiriza toda a sua produção. Trata-se de uma outra forma de **terceirização, via feçonismo.**

O que antes era uma atividade quase que “individual,” pois ficava nas mãos de terceiros, agora assume uma forma legal de empresa que precisa operar nos padrões da concorrência internacional para se manter no mercado.

A inovação das “tecelagens sem teares” na relação com as empresas subcontratantes parece estar relacionada à maneira pela qual elas se inserem no processo de subcontratação. Para as “tecelagens sem teares”, os serviços prestados à feição não representam um complemento à sua produção interna, como ocorria anteriormente, mas sim sua própria produção, o que justificou a grande importância por elas dada a esta relação de produção.⁷³

Assim, a “tecelagem sem tear” consegue um padrão de qualidade do tecido da empresa subcontratada que permite uma nova forma de tratamento entre empresa subcontratante e terceirizada, pois as tecelagens sem teares começam a exigir dos feionistas maior qualidade no tecido e eficiência nos prazos da entrega dos tecidos. Em contrapartida, as empresas subcontratadas oferecem um melhor preço a suas respectivas produções. Este novo “modelo” de subcontratação também permitiu atenuar os conflitos anteriores entre empresas subcontratantes e feionistas. Isto porque as empresas subcontratantes passaram a dar maior importância aos serviços prestados a feição, estabelecendo uma espécie de “contrato de cooperação” entre ambas as partes.

Por outro lado, o incremento no preço da feição, introduzido por esta nova relação fez com que as empresas subcontratadas pudessem implementar novamente uma política de acumulação interna de capitais, implicando em investimentos, ainda que modestos, em novos maquinários, etc. Muitas vezes, a própria empresa subcontratante financia planos de investimentos de seus feionistas, dado que quanto mais moderno seu maquinário maior a competitividade da subcontratante no mercado.⁷⁴

73 Garcia, R. de C. op.cit. p. 11.

74 Idem, ibidem.

Esta nova forma de feçonismo coaduna muito mais com as condições de flexibilização do mercado, apresentando alto grau de dinamismo. A tendência atual no setor, parece apontar para um aumento das relações de subcontratação. Grandes tecelagens multinacionais e nacionais, além das indústrias de confecções de *griffes* famosas, têm optado pela subcontratação de terceiros para diversas fases da produção, desde o tecido até sua confecção final.

Assim, formas híbridas de trabalho no feçonismo são constantemente recriadas porque a tecnologia mais avançada em algumas fábricas convive com tecnologias mais arcaicas em algumas poucas empresas feçonistas. Como os artigos produzidos em teares mais antigos podem ser considerados uma espécie de produção quase “artesanal”, é ainda comum que em uma mesma empresa feçonista, teares mais antigos operem ao lado de teares mais modernos. Isto significa que, provavelmente, parte da produção da empresa destina-se a um artigo industrial e uma outra pequena parte destina-se a um artigo mais específico que exige um acabamento também específico.

É interessante observar que a oscilação sazonal de cores, texturas e padronagens dos tecidos que é imposta pela moda, não chega ao conhecimento dos pequenos e médios industriais têxteis autônomos, que dependem cada vez mais da satisfação das “preferências” do consumidor, para permanecerem no mercado. A interferência da oscilação permanente e rápida da moda nos “gostos” e “preferências” por determinados tipos de roupas faz com que os pequenos e médios industriais sejam obrigados a dirigir encomendas súbitas aos feçonistas.⁷⁵ Este fator continua a estar presente no novo feçonismo, porque as grandes e médias empresas não possuem interesse em divulgar as determinações da moda com antecedência devido a aspectos da concorrência entre as empresas. Faz parte da relação

75 Isso acontece porque estes pequenos industriais têxteis não dominam o mundo da moda que é trazida da Europa. Os modelos novos das estações presentes e futuras (antecipadas por desfiles e revistas) são trazidos da Europa por empresas mais estabelecidas e de grande porte, e mantidos em sigilo, não estando ao alcance dessa parcela de pequenos produtores.

no feçonismo que a empresa subcontratada seja dependente da subcontratante.

Ao que parecia, o feçonismo iria terminar, até porque os aumentos súbitos das demandas anteriormente satisfeitos pelos serviços a feção, passaram a ser atendidos de outras maneiras. Uma delas se deu através da manutenção de capacidade excedente dentro das próprias empresas autônomas subcontratantes. Assim, estas empresas se viram obrigadas a investir em maquinário para atingir uma capacidade ociosa planejada capaz de atender aos aumentos da demanda.

Algumas empresas feçonistas em condições mais precárias, como aquela por nós citada, resgatam aspectos do “ateliê domiciliar,” pois sua lógica opera a partir de elementos do antigo feçonismo, tais como a redução dos custos e riscos produtivos (dada a constante oscilação da demanda) transferidos para terceiros, a relação de desconfiança baseada na informalidade entre as empresas subcontratantes e subcontratadas, o predomínio do trabalho explorado, via aumento da jornada de trabalho e do trabalho sem registro em carteira e o pagamento por produção, além da forte presença da gestão familiar das empresas feçonistas.

Não é regra, mas é comum que a feção comece como uma espécie de “ateliê domiciliar,” à medida em que vai se estruturando e adquirindo condições para se legalizar torna-se uma pequena empresa. Mas, sua *base* ainda pode ser identificada com o antigo trabalho a domicílio. Mesmo sob a forma de uma pequena empresa, um pequeno estabelecimento que progride da forma familiar para uma empresa nos moldes da racionalidade moderna, ela recria os elementos de sua origem.

O novo feçonismo é então caracterizado como uma forma de “terceirização” que se adapta perfeitamente aos novos padrões de flexibilização do processo de trabalho. Isto porque a feção já era uma estrutura flexível pronta, só que utilizada de forma pontual e que agora se torna parte do processo produtivo como trabalho terceirizado; é o que

podemos ver no caso das “tecelagens sem tear” e das empresas feçonistas modernas que trabalham para grandes empresas.

2.3. Como se caracteriza o feçonista “moderno”

O feçonista “tradicional” é aquele que iniciou o trabalho de “fação” a fim de ampliar a sua fonte de renda, assim as relações de trabalho nas empresas feçonistas sempre foram marcadas pela ilegalidade e alto grau de exploração de seus subcontratados, mas ao mesmo tempo, são relações mais amistosas dado o grau aproximado de amizade e parentesco entre o “patrão” e seus empregados. Nesse contexto, podemos apreender o limite do feçonista que, com raras exceções, possui um preparo industrial, fator que explica a constante desconfiança e desunião entre os feçonistas. Esse clima de desconfiança pode ser exemplificado quando, no auge da crise de 90, ocasionada pelos tecidos importados, os sindicatos tentam um diálogo com os feçonistas da região de Americana, a fim de que fosse criada uma cooperativa entre os feçonistas mais prejudicados com a situação e, de imediato, tal proposta não teve adesão por conta do acirramento da concorrência entre os mesmos.⁷⁶

Em geral, os pequenos feçonistas e até mesmo os empresários de médio e grande porte conservam algumas das características da história e peculiaridade do feçonismo em Americana. Assim, o sentido do empreendedor com visão que se arrisca e não perde a oportunidade certa de investimento, está muito longe da classe empresarial têxtil de Americana.

É claro que, com as exigências do novo padrão de qualidade dos produtos, as tecelagens sofrem um novo surto de modernização de suas máquinas. No entanto, como pudemos verificar, este fato em nada modifica a essência da feção; apenas a recria com novos elementos que remetem ao

⁷⁶ Essa informação foi concedida em entrevista com o presidente do Sindicato dos Têxteis de Santa Bárbara d’Oeste.

contexto mais geral da terceirização, como uma das respostas possíveis à atual crise do capital.

Não exigindo grande capital para sua iniciação, uma vez que, tecnicamente, a partir do momento que adquire um tear já pode produzir tecidos, o grupo dos façonistas tornou-se bastante numeroso e sacrificado. Como verdadeiros escravos do pagamento das máquinas, os façonistas trabalham de 12 a 15 horas por dia, quando as crises e conseqüentes cortes de serviço não afetam sua indústria.

O façonista faz parte de um “agrupamento” heterogêneo etnicamente, mas também quanto à formação intelectual e vários outros aspectos que se refletem nos múltiplos tipos de indústrias existentes no pólo têxtil de Americana.

O assalariado tecelão torna-se um “façonista,” isto é, nas condições em que começa, originalmente um “assalariado de si mesmo”. E, ao adquirir todo o maquinário necessário, começa então a receber pedidos de serviços provenientes das indústrias de fora ou de comerciantes.

Mas a relação de subcontratação, através da terceirização, principalmente sob esta nova forma de “tecelagem sem tear”, ou mesmo da terceirização das grandes empresas, resgata a falácia ideológica da “liberdade e igualdade”. Os subcontratados façonistas colocam-se no mercado em pé de igualdade com a empresa subcontratante para vender sua própria mercadoria acabada, com mais “liberdade” para produzir. Oculta-se neste processo o fato de que a exploração da mais-valia absoluta está muito mais aguçada neste sistema através da intensificação e aumento da jornada de trabalho do façonista e que não existe relação de igualdade entre as subcontratantes e subcontratadas. Ao contrário o sistema é altamente hierárquico.

2.4. Fação e terceirização

Cabe agora verificarmos qual a lógica da terceirização no façonismo. As primeiras considerações mais próximas do façonismo no ramo da tecelagem, estão presentes no ramo da confecção, que também pertence ao setor têxtil.

A empresa façonista no ramo da confecção é também uma empresa subcontratada, prestadora de serviços. Tratam-se de empresas que produzem para grandes confecções como a Alpargatas e a Staroup, por exemplo, ou para *grifes* como a Zoomp, Fórum, Pakalolo, etc.⁷⁷ O façonismo no ramo de confecções também carece de dados precisos sobre a sua exata participação na produção da indústria de roupas, mas, oficiosamente sua participação é calculada em aproximadamente 25% do total da produção.

Uma fação é considerada uma empresa que presta serviços a confecções, ou seja, que cuida da produção sem os riscos da comercialização, mediante encomendas detalhadas. Por outro lado, quem subcontrata a fação, elimina os riscos maiores com os custos de produção: “...é como se fosse uma confecção com etiqueta de terceiros.”⁷⁸ Para Abreu que trata do trabalho externo, a domicílio, no setor de confecções:

“ A utilização em larga escala de serviços de terceiros ocorre, portanto, na etapa de montagem propriamente dita e para algumas tarefas relacionadas ao acabamento. Estas tarefas podem ser subcontratadas para diversos tipos de produtores. As empresas podem utilizar os serviços dos chamados facionistas, cuja diferenciação em relação a pequenas empresas capitalistas é muitas vezes difícil de definir. *O termo facionista no setor de confecção é geralmente utilizado para se referir a proprietários de oficinas especializadas em apenas algumas fases da produção, empregando para isso trabalho assalariado, mas que na maior parte das vezes está envolvido pessoalmente no processo produtivo.*”⁷⁹

77 Rodriguez, Cleide Sanchez - “O vigor das facções” in *Pequenas Empresas Grandes Negócios*, São Paulo, vol. 7, n. 76, pp. 48/49 - maio de 1995.

78 Ibidem. Cunha, Sônia . “A investida das facções”. vol.3, n. 28, pp. 36/8, maio de 1991.

79 Abreu, Alice, R. P. *O avesso da moda - trabalho a domicílio na indústria de confecção*, São Paulo, Editora Hucitec, 1986, p. 154. (itálicos nossos)

Segundo Sampaio e Mello,⁸⁰ a facção se define a partir de alguns elementos básicos:

1) Quando uma empresa (de qualquer porte) não tem como suprir seus pedidos, a facção é buscada como auxílio, sendo o mesmo por tempo determinado ou não; 2) No caso das empresas que trabalham diretamente com facção, ou seja, fazem somente o processo de criação até o corte, o processo de fabricação, inclusive o acabamento fica a cargo da facção, sendo este um critério variável de empresa para empresa; 3) Em alguns casos, a empresa necessita de uma facção devido ao tipo de peça que ela produz. Neste caso a facção pode se especializar na produção de alguns artigos do interesse da empresa que subcontrata.

Até aqui, todos esses elementos presentes no ramo da confecção estão presentes no fezonismo do ramo da tecelagem. Quanto ao funcionamento, a facção, tanto na confecção como na tecelagem, não deixa de ser uma microempresa, por vezes, até mista, caso muito comum na tecelagem.⁸¹ Uma outra característica da facção é a **irregularidade**. Significando que a maioria das empresas não têm registro, fato que acrescenta mais um elemento que aponta o assalariamento como forma de pagamento das empresas fezonistas.⁸² A relação de contrato na maioria dessas empresas é informal, os funcionários muitas vezes são contratados para prestarem serviços, e nisto reside a proximidade desta forma de trabalho com o trabalho externo, caracterizado pelas autoras. A forma de pagamento na facção é determinado pelas quantidades de peças confeccionadas semanalmente, quinzenalmente ou mensalmente, algo que varia de empresa para empresa.⁸³ O preço por peça é uma quantia estipulada pela fábrica ou pela facção, de acordo com o seu modelo e tamanho.

80 Sampaio, Eliane S ; Mello, Ana Maria M. - "Facção e costureira externa : estrutura e organização," SENAI/ CETIQT, Rio de Janeiro, 1988.

81 O Termo "mista" está relacionado à empresas de médio e pequeno portes que, ao mesmo tempo, prestam serviços e possuem uma produção própria (autônoma).

82 Abreu, A. R. de P. op.cit., capítulo 1.

83 Estas informações e as dos parágrafos seguintes estão baseadas no texto de Sampaio e Mello. op.cit., p.03

Além dos elementos colocados acima, a *fação* também se caracteriza por não possuir uma organização planejada na fabricação de seus produtos, não dispõe de costureiras para a substituição, caso haja necessidade. O aumento desmedido da jornada de trabalho, também está presente nessa forma de trabalho, além da carga elevada de trabalho, intensificando-a, como já foi visto. Observamos através destas informações que a *fação* no ramo de confecção se caracteriza mais por suas condições precárias de trabalho, tal como ocorre com as costureiras externas, analisadas por Abreu, e menos por uma relação formal de assalariamento. A forma de externalização das atividades produtivas com o objetivo de redução de custos, através da precarização das condições de trabalho e de emprego, é característica também do setor de calçados e, em alguns casos, muito parecida com o *façonismo* no ramo da tecelagem.⁸⁴

O contrato entre as empresas *façonistas* e as subcontratantes, muitas vezes, está baseado na informalidade, com base na **confiança** onde os critérios são: entrega da produção nos prazos estipulados, boa qualidade na produção e cumprimento dos acordos estabelecidos entre ambas as empresas envolvidas na produção. A proliferação de diversas formas de subcontratação nos remete também ao processo de terceirização ou “externalização da produção”, que assume várias formas: contrato domiciliar, contratos de empresas fornecedoras de componentes, contratos de serviços de terceiros (empresas e indivíduos) e também contratos de empresas cuja força de trabalho realiza serviços nas plantas das empresas contratantes.⁸⁵

Para Martins,⁸⁶ algumas das teses sobre a terceirização vem assumindo um caráter de “inevitabilidade” nas atuais discussões sobre a reestruturação produtiva, aspecto este que deve ser distanciado de nossas

84 Ruas, R. in Abreu, A. R. de P. & Sorj.B. op.cit.

85 Faria, M. G. D., op.cit.

86 Martins, H.de S. “Introdução” in *Terceirização - diversidade e negociação no mundo do trabalho*, São Paulo, Editora Hucitec/Cedi-Nets, 1994.

análises, embora ela esteja presente na mentalidade empresarial e de certa forma, na acadêmica.

Embora a terceirização, com vistas à redução de custos, esteja sempre relacionada com os setores tradicionais, como o têxtil e o de calçados, a pesquisa recente de Faria⁸⁷ observa o mesmo fenômeno em um setor de ponta, o petroquímico.

Segundo Gitahy,⁸⁸ que apresenta uma pesquisa realizada na região de Campinas, a terceirização envolve também uma relação inter-empresas, onde observou-se a transferência de tecnologias a empresas subcontratadas, assegurando assim uma maior “qualificação” de fornecedores. Contudo, a maioria das pesquisas realizadas recentemente em vários setores e regiões do Brasil distancia-se de seus resultados.

A terceirização, enquanto fator de flexibilização do mercado de trabalho, cria também a precarização e o desemprego em massa através da diminuição do número de empregados nas empresas de grande porte e da não absorção imediata por parte do mercado de trabalho de uma parcela considerável de trabalhadores. Uma parcela é então subcontratada, outra se submete a trabalhos temporários e outra ainda é excluída do mercado de trabalho.

No Brasil, os dados do Dieese de 1993 mostram que em 72,5% das empresas terceirizadas contempladas em pesquisa, **os benefícios sociais dos trabalhadores são menores que os vigente nas empresas clientes.**⁸⁹ É bom ressaltar que as conquistas salariais e sociais firmadas em acordo não atingem os trabalhadores terceirizados e a força de trabalho temporária, empreiteiras e contrato entre empresas para prestação de serviços se confundem no universo nebuloso da economia informal. A terceirização precariza as condições de trabalho, pois constitui-se como uma estratégia que visa “expulsar” da empresa subcontratante, junto com os riscos

87 Faria, M.da G. D. op.cit.

88 Gitahy, L. “Inovação tecnológica, relação inter-firmas e mercado de trabalho,” in *Perspectiva*, vol.8 n.1 Jan/Mar., 1994.

89 “O trabalhador frente a terceirização,” in *Pesquisa Dieese*, São Paulo, n.7.

produtivos, os encargos sociais relacionados às conquistas da classe trabalhadora, além de estar relacionada à necessidade de aceleração do tempo de rotação do capital.

A aceleração do tempo de rotação do capital é uma necessidade objetiva que se impõe a todos os capitalistas, enquanto necessidade objetiva ela tem comandado a trajetória de crescimento e expansão do capital, ao longo de suas diversas fases históricas. Após a Segunda Guerra Mundial, a economia conheceu um processo ímpar de concentração e centralização do capital, com a constituição de um pequeno punhado de grandes oligopólios dominando interna e internacionalmente o mercado. A crise do padrão de acumulação do capital, na década de 70, alcança todas as economias industrializadas fundadas em plantas industriais com enorme peso de capital fixo ainda em busca de valorização.⁹⁰ A aceleração do tempo de rotação de capital exige investimentos tecnológicos que desvalorizem o antigo capital fixo, mediante sua obsolescência frente às novas máquinas e aos equipamentos mais produtivos. Esse processo de renovação tecnológica do capital fixo, através da concentração e centralização do capital, não se fez através do agigantamento da base produtiva das empresas, mas mediante um processo de fusão financeira entre as empresas. Esta foi uma das formas encontradas pelas empresas para responder a crise do padrão de acumulação capitalista. Paralelo a isto, surge um processo de desconcentração e descentralização no âmbito da base produtiva das empresas, a terceirização.

Vê-se como a lógica interna do processo de terceirização reside no **“enxugamento” das empresas, eliminando uma estrutura produtiva carregada de capital fixo e assim acelerando o tempo de rotação do capital.**⁹¹

A “externalização” da produção de tecidos bem como a substituição de um modelo “familiar” por um modelo “moderno” das “tecelagens sem tear,” implica nesta necessidade de acelerar o tempo de rotação do capital.

90 Teixeira, F. S. *Terceirização: os terceiros...* op.cit. p. 12.

91 Idem, *ibidem*. p. 17.

A reorganização sob novas bases da feição é parte de uma estratégia de racionalização produtiva como resposta a crise da acumulação do capital. Enquanto forma recriada, a feição é uma terceirização que necessita de tecnologia para atender aos padrões internacionais de concorrência, visando flexibilizar ainda mais o processo de trabalho.

Ademais, a relação de subcontratação do tipo “tecelagem sem tear” e seus adjacentes sugere uma forma de relação puramente comercial. Os antigos empregados das empresas serão agora “patrões de si mesmos”, enquanto tal terão de dobrar suas atividades. É a concorrência de mercados entre os fornecedores que passa a assumir as funções de controle administrativo da força de trabalho.⁹²

Como conseqüência dessa “relação comercial”, a contratação de terceiros resulta na intensificação e prolongamento da jornada de trabalho dos feionistas, além de expressar uma forma de anulação das conquistas constitucionais referentes à regulamentação da jornada de trabalho. Quanto mais os feionistas trabalharem, mais poderão produzir e mais chances terão de crescer no mercado.

Todo este processo torna mais distante dos trabalhadores o sindicato, tornando-o fraco, já que a maioria dos tecelões estão fora das empresas.

Esta recriação de formas arcaicas de trabalho em todos os setores produtivos sugere uma nova forma de organização do trabalho e, por conseguinte, um nova forma de relação salarial. Podemos então associar este novo elemento do feionismo com a recriação de formas arcaicas de pagamento como é o caso do “salário por peça” e analisar como esse “novo” se repõe, ideologicamente, sob a forma de apologia do mundo da “igualdade e liberdade” encontrado na esfera da pequena produção.

92 Idem, *ibidem*. p. 18.

III- O NOVO FAÇONISMO E A DIALÉTICA DAS FORMAS PRETÉRITAS E FUTURAS DE SUBORDINAÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL

3.1. *O novo façonismo reorganizado*

Pretendemos neste item marcar as diferenças entre as fases da história do façonismo, o que denominamos de “velho” façonismo e a sua nova configuração como terceirização a partir de 1990, para que possamos entender analiticamente a fação como uma forma de trabalho subordinada ao capital e que recria constantemente condições pretéritas de exploração.

Vimos como no antigo façonismo a atividade produtiva se caracterizava por uma espécie de “capacidade de reserva” das grandes e médias empresas subcontratantes, uma função complementar que é possibilitada pela característica do processo de descontinuidade da produção na indústria têxtil. O façonismo já era, portanto, uma forma de descentralização produtiva que exercia uma função produtiva complementar e, assim, não teve o efeito de modernizar tecnologicamente as empresas façonistas, situação essa que perdurou até bem pouco tempo e que, segundo Garcia, teve o efeito de refreá-las.⁹³

Mas, se do ponto de vista tecnológico as empresas a fação possuíam uma clara desvantagem em relação às autônomas, do ponto de vista da organização do trabalho, a fação era uma forma viável de conseguir excedente produtivo para as empresas subcontrantes em períodos de alta demanda por tecidos.

A ilegalidade presente na maioria das tecelagens no “velho” façonismo e também o aumento da jornada e intensificação do trabalho nessas tecelagens torna esse tipo de relação muito vantajosa para a empresa subcontratante, pois permite um aumento na produtividade sem a necessidade de investimentos em capital fixo e força de trabalho.

⁹³ Garcia, Renato de C. op.cit.

Procuramos analisar as principais fases do fezonismo para desvendar quem é o fezonista nos dias de hoje. Para tanto necessitamos determinar melhor o conceito de “pequeno proprietário fezonista.”

1ª fase: O fezonista é ainda trabalhador assalariado de uma grande tecelagem. Arrenda ou aluga, aos poucos, alguns teares e a matéria-prima da fábrica cujo pagamento é feito através da produção exclusiva do fezonista para a tecelagem.

Nessa primeira fase existem dois elementos importantes a serem considerados: 1) o assalariamento do fezonista como tecelão da grande fábrica e 2) a forma de extração da mais-valia absoluta do fezonista. A grande tecelagem usa do arrendamento ou do aluguel dos seus teares para conseguir fazer com que o tecelão trabalhe mais tempo também nas suas horas de folga e com o auxílio de sua família, a fim de aumentar a produtividade através da extensão da jornada e intensificação do trabalho.

O fezonista *nasce* então como um “assalariado de si mesmo”, pois “explora a si mesmo” e a sua família com o único objetivo de obter, por meio do aumento de sua jornada de trabalho, uma melhoria na renda familiar.

Seria um equívoco de nossa parte analisar o fezonista na **sua fase gênese** como um pequeno proprietário, posto que ele: a) ainda não possui os meios de produção e b) ainda é um assalariado da grande tecelagem.

Trata-se portanto de uma fase transitória onde o fezonista ainda é um trabalhador e não possui condições objetivas e nem subjetivas para se tornar um verdadeiro capitalista. Como define Rodrigues,⁹⁴ ele se origina então como uma espécie de “**escravo do pagamento dos seus teares**”.

Como observa Marx, “... *o capitalista* tem que ser proprietário ou usufrutuário de meios de produção à escala social, numa quantidade de valor que tenha perdido toda a relação com a produção possível do indivíduo ou de sua família”.⁹⁵

⁹⁴ Rodrigues, J.A. op.cit.

⁹⁵ Marx, K. *Capítulo VI Inédito de o capital*, São Paulo, Editora Moraes, 1969, p.105

A produção do fezonista na primeira fase, destina-se exclusivamente à tecelagem que lhe propiciou os teares e a matéria-prima e possui o objetivo de aumentar a renda para a satisfação de suas necessidades individuais e de sua família; é portanto, uma extensão de seu próprio salário. Já, para o capitalista, a produção do fezonista é sinônimo de aumento da produtividade em períodos de demanda por tecido e também uma forma de extração da mais-valia absoluta, pelo aumento da jornada de trabalho e pela intensificação do trabalho. Podemos dizer que a primeira fase caracteriza-se por uma forma de exploração do trabalho pelo capital através da combinação da mais valia absoluta e relativa.

2ª fase: O fezonista deixa de ser assalariado para operar com seus próprios teares em sua residência e com a ajuda de sua família.

Mas ainda nessa fase não podemos associar diretamente o fezonista como “pequeno capitalista” posto que, seu padrão de acumulação ainda é muito pequeno e não existe a possibilidade de investimentos em capital fixo e nem a contratação de outros empregados.

O fezonista nessa fase continua a depender totalmente da matéria-prima e das condições oferecidas pelas grandes e médias empresas subcontratantes e isto implica em que os elementos da primeira fase ainda estejam fortemente presentes nessa segunda fase do fezonismo. Trata-se de uma forma transitória de trabalho subordinado ao capital formal fundada na mais-valia absoluta,⁹⁶ posto que ainda aqui estão presentes os elementos da intensificação e do aumento extensivo e intensivo da jornada de trabalho.

Nas duas primeiras fases do fezonismo, o fezonista não pode ser considerado um capitalista, posto que **“... só uma vez alcançado certo mínimo de capital, deixa o capitalista de ser ele próprio um operário e**

⁹⁶ “Denomino subsunção formal do trabalho no capital a forma que se funda na mais-valia absoluta, pois que só se diferencia formalmente dos modos de produção anteriores sobre cuja base surge (ou é introduzida) diretamente, seja porque o produtor atua como empregador de si mesmo, seja porque o produtor direto tem que fornecer sobretrabalho a outrem. O que muda é a coação que se exerce, isto é, o método pelo qual o sobretrabalho é extorquido”. *Idem*, *ibidem*. p. 94.

começa a ocupar-se unicamente com a direção do processo de trabalho e a comercialização das mercadorias produzidas.”⁹⁷

Nas duas primeiras fases do feçonismo as condições para que o feçonista se converta em um verdadeiro capitalista estão sendo criadas. Por isso, quando os autores que estudaram o feçonismo se referem ao feçonista como um “trabalhador de si mesmo”, não estão considerando sua nova configuração dentro do atual processo de organização e produção exigido pelo capitalismo. Somente a distinção do “velho” e do “novo” feçonismo é que permite chegar à conclusão de que, no atual feçonismo, o feçonista se consititui como um real “pequeno capitalista”.

Ainda assim, quando Marx trata das formas transitórias de subsunção do trabalho ao capital, reitera que: “...quanto menos se libertar a produção capitalista da subordinação formal, tanto menos se desenvolverá também aquela relação, pois que pressupõe pequenos capitalistas cuja formação e atividades pouco diferem da dos próprios operários.”⁹⁸

É muito importante considerar estas nuances históricas do processo de desenvolvimento do feçonismo para que possamos entender como o feçonismo “recria” suas velhas formas sob novas bases produtivas e de organização do processo de trabalho.

Como vimos anteriormente, o antigo feçonista, nas suas origens é assalariado e feçonista. Não pertence propriamente a nenhuma das três grandes classes dominantes no modo de produção capitalista. Também na segunda fase, o feçonista ainda se utiliza de sua própria força de trabalho e de sua família na produção, assim, divide-se em duas pessoas, como possuidor dos meios de produção é capitalista e como trabalhador é assalariado de si mesmo. O antigo feçonista se aproxima da classe dos camponeses e artesãos, contudo sua produção ocorre no interior do próprio modo capitalista de produção.

97 Idem, *ibidem*, p.96

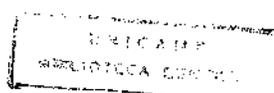
98 Idem, *ibidem*, p.95

Uma outra forma de analisar quem é o feitorista, ou seja, mais precisamente, definir o caráter de classe do “antigo feitorista” consiste em utilizarmos as categorias de Marx quando este fala das três grandes classes que são: a dos capitalistas, a dos trabalhadores assalariados e a dos proprietários de terra. São estas classes que determinam o modo capitalista de produção. Mas, ao lado dessas grandes classes que determinam o modo de produção capitalista, existem outras; Marx fala do (1) lumpemproletariado, (2) dos camponeses e artesãos (produtores de mercadorias), (3) funcionários públicos e empregados domésticos e (4) profissionais liberais, médicos, artistas independentes, etc.

Se partirmos da idéia de que o antigo feitorista não se aproxima de nenhuma das grandes três classes apontadas por Marx, como determinantes no modo de produção capitalista, resta-nos averiguar se existe a possibilidade de que o feitorista se aproxime das outras quatro, empreendimento que, deixamos claro desde já, é bastante pretencioso e que não objetiva concluir a questão.

Podemos descartar desde já a classe dos profissionais liberais, a dos funcionários públicos e também a do lumpemproletariado, restando apenas a dos camponeses e artesãos. Mas, o que nos leva a aproximar o feitorista da classe dos camponeses e artesãos é o fato de que se trata de uma classe de produtores de mercadorias que suportam relações de trabalho que não podem ser configuradas, de forma absoluta, como relações capitalistas de produção, no sentido de que eles não são vendedores de força de trabalho para o capital. Aliás, na **primeira fase**, observamos uma *dupla identidade no feitorista: ele é vendedor de força de trabalho, enquanto é assalariado da grande tecelagem e produtor de mercadorias enquanto feitorista*. Na **segunda fase**, *é um produtor de mercadorias que não emprega outros empregados, utilizando a força de trabalho de sua própria família*.

Marx nos diz algo a respeito dessa categoria de trabalhador, no caso, camponeses e artesãos que não empregam trabalhadores e por isso não produzem na qualidade de capitalista, propriamente:



“ E como sempre ocorre com os camponeses (...), são eles produtores de mercadorias, e lhes compro as mercadorias; aí nada se altera, por exemplo, com a circunstância de o artesão fornecê-las por encomenda, e de o camponês produzir sua oferta na medida dos meios de que dispõe. Nesta relação confrontam-me como vendedores de mercadorias e não de trabalho, e tal relação portanto, nada tem a ver com troca de capital por trabalho, nem com a diferença entre trabalho produtivo e improdutivo, a qual deriva meramente da alternativa de o trabalho se trocar por dinheiro como dinheiro ou por dinheiro como capital. Por isso, não pertencem à categoria do trabalhador produtivo nem à do improdutivo, embora sejam eles produtores de mercadorias. Mas sua produção não está subsumida ao modo de produção capitalista.”⁹⁹

Mas, o que esta colocação tem a ver com os “antigos façonistas”? Em primeiro lugar, Marx trata os artesãos e camponeses como produtores de mercadorias. Os antigos façonistas também o são. Marx também considera esta categoria de trabalhador como não pertencente a categoria de trabalhador produtivo nem improdutivo, pois a relação que os camponeses e artesãos têm com os compradores de seus produtos é uma relação em que trocam o resultado de seu trabalho por dinheiro enquanto dinheiro. Vale dizer: os compradores de seus produtos não se confrontam com eles na condição de capitalista e, sim, na mera condição de consumidores. Compram os seus produtos não para se enriquecer, mas para consumi-los.

Ainda com relação aos antigos façonistas, parece que guardam o mesmo tipo de relação com os compradores de mercadorias, como pudemos ver em suas origens históricas. Os antigos façonistas adquirem sua produção para consumi-la, como forma de aumentar a sua renda familiar. Trata-se portanto, de uma relação em que o dinheiro não é gasto simplesmente como dinheiro. Logo, diferentemente dos camponeses e artesãos, os antigos façonistas são uma categoria social que guarda uma relação muito estreita com o processo de valorização do capital.

Porém, surge aqui uma questão: como qualificar os antigos façonistas em relação às classes fundamentais do sistema capitalista? Os façonistas devem ser considerados como capitalistas, trabalhadores assalariados ou como

⁹⁹ Marx, K. *Teorias da mais-valia*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1980, Vol.I. p. 401.

uma classe social específica? Vejamos a última frase da citação de Marx onde ele diz que a produção do camponês e do artesão **não** está subsumida ao modo de produção capitalista.

Por que Marx diria isto? Porque se trata de um tipo de relação de produção pertencente a modos de produção pré-capitalista e, diante disto, cabe perguntar se os antigos fezonistas pertenceram a modos de produção pré-capitalistas ou se nasceram com o modo capitalista de produção. Os dados históricos demonstram que o fezonismo nasce com o modo de produção capitalista e se desenvolve com ele.

Então, os antigos fezonistas não podem ser considerados externos ao modo de produção capitalista. Então: são eles assalariados ou pequenos capitalistas? Deixemos que Marx nos auxilie mais uma vez:

“é possível que esses produtores (artesãos e camponeses) que trabalham com **meios de produção próprios** reproduzam sua própria força de trabalho e, além disso, criem **mais-valia**, permitindo-lhes sua suposição se apropriarem do próprio trabalho excedente ou de parte dele (...). E aí encontramos uma peculiaridade, características de uma sociedade onde predomina um modo de produção definido, embora não lhe sejam ainda subordinadas todas as relações de produção.”¹⁰⁰

Esta citação pode nos apresentar uma saída. E esta está na relação entre as relações dominantes de produção e as subordinadas a elas. Para esclarecer melhor isto, citamos outro autor que se expressa sobre isso da seguinte maneira:

“na medida em que as trocas entre os membros dessa classe (artesãos e camponeses) e as classes do modo de produção se fazem segundo as leis do modo de produção e que sob muitos outros aspectos elas sofrem o impacto do sistema, a exterioridade dessas classes é contraditória.”¹⁰¹

¹⁰⁰ Idem, *ibidem*, p. 401, grifos nossos.

¹⁰¹ Fausto, Ruy. *Marx, Lógica e política*, Vol. II, São Paulo, Ediora Brasiliense, 1987, p.244, nota 63.

Com isto o autor quer dizer que os artesãos e camponeses estão de alguma forma subordinados às leis de produção de mercadorias. Portanto, não podem ser considerados como pertencentes, **em termos absolutos**, às formas pretéritas de produção não-capitalistas. Eles são **interiores** ao sistema, na medida em que têm que se comportar como produtores de mercadorias. **Nas suas origens, os fezonistas também não poderiam ser considerados exteriores ao sistema capitalista**, até porque constituíam uma categoria de trabalhadores que trabalhavam ora para si, como fezonistas, e ora para uma empresa que comprava sua produção acabada ou semi-elaborada.

Se já nas suas origens históricas os trabalhadores fezonistas pertenciam à interioridade do sistema capitalista, isto é, foram produzidos pelo próprio modo de produção capitalista, como podemos apreendê-los na segunda fase do desenvolvimento do fezonismo, quando já possuem os meios de produção, mas trabalham na produção juntamente com suas famílias?

E assim, esclarece novamente Marx, nos dando uma chave para a análise da segunda fase do fezonismo e também do atual fezonismo.

“o camponês ou o artesão independente é dividido em duas pessoas (...). Como possuidor dos meios de produção é capitalista, como trabalhador é assalariado de si mesmo. Como capitalista paga o salário de si mesmo e extrai o lucro de seu capital, isto é, explora a si mesmo como assalariado e se paga, com a mais-valia, o tributo que o trabalho deve ao capital.”¹⁰²

A característica de classe do antigo fezonista traz em si uma contradição que se expressa no fato de sua dupla identidade. Na primeira fase, o antigo fezonista é assalariado da grande fábrica e, ao mesmo tempo, fezonista, como produtor de mercadorias semi-elaboradas. Na segunda fase, o antigo fezonista se constitui como um produtor de mercadorias, “assalariado de si mesmo,” que utiliza de sua força de trabalho na produção e explora a força de trabalho de sua família, sem que com isto pertença ainda à classe dos pequenos proprietários capitalistas, se aproximando portanto à classe dos

102 Marx, K. op.cit. p. 402.

artesãos e camponeses, que convivem junto das principais classes do modo de produção capitalista.

Resta-nos agora entender como se desenvolve o “novo” feçonismo e como estas considerações de classe se adequam às novas formas de sua organização.

3ª fase: A terceira fase do feçonismo consiste no processo pelo qual a feção torna-se propriamente uma pequena empresa. O feçonista trabalha em um barracão separado de sua residência com a ajuda de alguns empregados.

Somente com a cristalização dessa fase do feçonismo, que ocorre por volta dos anos 60, por conta do “milagre econômico”, com o desenvolvimento do pólo têxtil de Americana, é que o feçonista se transforma em um “pequeno capitalista” ou melhor, um “pequeno proprietário” de seus meios de produção. Nessa fase o feçonista já não utiliza da força de trabalho de sua família, mas sim, de outros empregados a quem passa a explorar.

Surge outra questão. Se na sua origem histórica os trabalhadores feçonistas pertenciam à interioridade do sistema capitalista, isto é, foram produzidos pelo modo de produção capitalista, como podemos apreendê-los na fase contemporânea de desenvolvimento deste modo de produção? E aí surge outra indagação: o feçonista é um “pequeno proprietário” ou um “assalariado de si mesmo”?

A resposta não é simples e exige identificar nas três fases alguns elementos comuns, sendo eles: a) o feçonista nas três fases trabalha na produção, b) depende da matéria-prima das empresas subcontratantes, ou seja, não possui estrutura suficiente e nem capital de giro para se autonomizar c) a forma de pagamento no feçonismo é por “por peça”, isto é, por “metro” de tecido produzido.

Assim sendo, o feçonista *sempre é dependente de alguma outra empresa*; por isso não é autônomo. Muitas empresas feçonistas, ao adquirirem maior estrutura, quando há capacidade empreendedora por parte

dos fezonistas, se tornem autônomas. Contudo, ao se autonomizarem, as mesmas logo recorrem ao serviço de outras empresas fezonistas.

Desse modo, ainda que o atual fezonista seja um “pequeno capitalista”, suas condições de acumulação ainda são pequenas e a relação de dependência que se estabelece entre empresa subcontratante e empresa subcontratada se destaca na relação. É possível dizer que: “nas pequenas empresas o **patrão é muitas vezes seu próprio trabalhador.**”¹⁰³

Então, dizer que o fezonista se divide em duas pessoas, como observa Marx em relação aos camponeses e artesãos¹⁰⁴ de sua época, parece ser contraditório, pois afirma serem eles ao mesmo tempo, capitalistas e assalariados de si mesmos:

“A destinação econômico-social dos meios de produção na produção capitalista (...) se entrelaça tanto com a existência material desses meios de produção, como tais e, segundo o modo de ver da sociedade burguesa, é dela tão inseparável, que aquela destinação (destinação categórica) é também aplicada onde a relação diretamente a contradiz. Os meios de produção só se tornam capital, ao ficarem independentes, como força autônoma em face do trabalho. No caso referido, o produtor - o trabalhador - é possuidor, proprietário dos meios de produção. Esses meios não são capital, nem o produtor perante eles é assalariado. Não obstante são considerados capital, o próprio trabalhador se hipoteca e, desse modo, como capitalista emprega a si mesmo como assalariado.”¹⁰⁵

Logo em seguida Marx nos fornece outras pistas:

“É pois lei que o desenvolvimento econômico reparta essas funções por pessoas diferentes; e o artesão ou camponês, que produz com seus próprios meios de produção, ou se transformará pouco a pouco num pequeno capitalista, que também explora trabalho alheio, ou perderá seus meios de produção (de início, isso pode ocorrer, embora permaneça proprietário nominal, como num sistema de hipotecas) e se converterá em trabalhador assalariado. Esta é a tendência na forma de sociedade onde predomina o modo de produção capitalista.”¹⁰⁶

103 Idem, *ibidem*, p. 401

104 Idem, *ibidem*, pp. 401/402

105 Idem, *ibidem*, p. 402

106 Idem, *ibidem*, pp. 402/403.

Com relação aos fezonistas, tal contradição não se resolveu porque estes não desapareceram, ao contrário do que previa Marx quando analisa o caso do artesão e do camponês. A relação de dependência do fezonista e da utilização de seu trabalho próprio na produção continuam a caracterizar o fezonismo, diferenciando-o do trabalho autônomo no ramo da tecelagem. Os fezonistas continuam pois a existir como classe que não pode ser diretamente confundida com as classes fundamentais do sistema capitalista. Todavia, se o fezonista não pode ser pensado como integrante de uma das três grandes classes do sistema capitalista, só pode ser relacionado a uma espécie de trabalho que suporta relações sociais contraditórias: **como possuidor dos meios de produção é capitalista, como trabalhador é assalariado de si mesmo.**

As relações que suportam essas “classes”, na qual se inserem os fezonistas, não são, enquanto tais, relações aparentes no sistema. A verdade das relações que os suportam é a de serem relações de produção simples, embora negadas pelo sistema. Mas se essas classes são negadas pelo capital, as relações que se constituem a partir delas são mais frágeis do que as do núcleo da produção, e o seu sentido depende das relações dominantes, as desse núcleo, ou seja, depende do modo de produção capitalista e de suas classes principais.¹⁰⁷

O fezonismo pode ser pensado como parte das relações de subordinação de produção, que tem nas classes “externas” sua forma acabada. Por isso a feção sobrevive, e com ela são recriadas outras formas de trabalho arcaicas como o trabalho a domicílio, dentre outras formas “externas”, porém, interiores ao próprio sistema capitalista, sob o seu domínio.

Para Marx essas relações criadas pelas classes menores, mais frágeis, tenderiam ao desaparecimento. Esta idéia se relaciona às condições de desenvolvimento do capitalismo de sua época onde o capital se acumulava

¹⁰⁷ Fausto, R. op.cit., p.238/239.

progressivamente por um processo que se caracterizava também pela centralização, isto é, pela eliminação progressiva dos pequenos capitais.

O que podemos observar nos dias de hoje é que o novo padrão de acumulação do capital necessita de formas descentralizadas da organização da produção, nas quais se recriam formas de proliferação dos pequenos capitais, de trabalhadores que são vendedores de mercadorias.

A aparência negada, traduzida na contradição interna do sistema capitalista, de tais formas “externas” de trabalho é no entanto, reforçada com a nova fase de desenvolvimento do padrão de acumulação flexível do capitalismo. Ou seja, a aparência dessas “classes” exteriores se coloca sob a forma de igualdade, liberdade e propriedade no modo de produção capitalista.

As “classes” que não são centrais no modo de produção capitalista, são grupos que pertencem à interioridade do sistema, mas que, por ultrapassar certos limites, ou melhor, por apresentar certas ambigüidades, se situam fora das classes fundamentais. Aqui surge a necessidade de se rever até que ponto as relações não-capitalistas são suprimidas, ou então, recriadas em relações capitalistas.

Trata-se de uma contradição do real e, como tal, deve ser tratada dessa forma. Assim, podemos perceber que as relações pretéritas do façonismo são repostas pelo capital; não são anuladas. *E são repostas como uma das formas engendradas pelo capital para superar a crise de acumulação através da redução dos custos fixos.*

Fica ainda uma outra questão. O caso do “pequeno proprietário” façonista que recorre ao trabalho de outros trabalhadores. Neste caso ele pode ser considerado como uma pessoa dividida em duas, como analisamos no “antigo façonismo”? Ou seja, ele pode ser pensado como capitalista e assalariado de si mesmo?

O que deve ser relevante nesta análise consiste no fato de que o trabalho do façonista se confunde com os dos outros trabalhadores, mesmo na condição de um “pequeno proprietário” que opera com maquinários

modernos recorrendo à força de trabalho de outros trabalhadores, a sua própria força de trabalho torna-se fundamental na produção a ponto de o volume da força de trabalho depender também de sua própria força de trabalho. Assim sendo, não há dúvidas: ele é um capitalista que administra seu próprio negócio.

Outro aspecto também deve ser considerado. Sua condição de capitalista, de explorador de trabalho alheio, depende de seu envolvimento direto com a produção. A propriedade de seus meios de produção não lhe permite exercer a função de capitalista enquanto tal, e não permite porque, enquanto produtor que fornece mercadorias acabadas ou semi-elaboradas para uma empresa qualquer, não é ele que determina o que produzir, como produzir e em que quantidade produzir. Diferente do capitalista que toma tais decisões autonomamente, isto é, sua capacidade de decisão é determinada unicamente pelo poder coercitivo da concorrência, o façonista não pode agir da mesma forma: por ele decide a empresa compradora de suas mercadorias. Por isso, ele é um explorador do trabalho alheio na condição de mediador do capital, que pode deixar a encargo de um grupo de trabalhadores a tarefa de explorar outros trabalhadores.

Esses elementos tomam o “pequeno proprietário” façonista diferenciado de toda a classe burguesa têxtil, pois, na maioria das vezes suas condições se aproximam muito mais das dos tecelões internos de uma grande ou média empresa. Assim, o fato de que o façonista não consiga acumular grandes somas de capital para investir na sua própria empresa, torna-o limitado. Seu lucro é dependente de sua prestação de serviços que não possui nenhum tipo de garantia.

A grande diferença entre o “velho” e o “novo” façonismo parece residir na sua forma de subordinação ao capital que hoje ocorre através da reorganização do façonismo pela estratégia de terceirização, forma essa encontrada pelas grandes e médias empresas para acelerar o tempo de rotação do capital e de transferir os riscos produtivos para as pequenas

“células produtivas” façonistas. Assim, a análise das formas transitórias de subsunção do trabalho pelo capital nos auxiliam no entendimento da recriação de algumas de suas formas pretéritas sob as novas bases tecnológicas têxteis.

Podemos dizer que o novo façionismo é a realização perfeita da flexibilização da organização da produção, exigência esta do novo padrão de acumulação do capital.

Então a grande novidade do façionismo consiste essencialmente em duas tendências principais: **1) a utilização da fação não mais como forma de complementação da reserva produtiva das grandes e médias empresas e sim como uma forma de utilização contínua e necessária do façionismo como terceirização da produção e, 2) o façionismo aparece agora reorganizado sob novas bases produtivas e tecnológicas como “células produtivas” modernas que permitem aliviar as grandes empresas do excesso de capital fixo, diminuindo assim a força de trabalho através da adoção de alta tecnologia e ao mesmo tempo, recriando fora dela um conjunto de pequenas unidades produtivas, pequenas empresas - e também algumas células familiares, como no início do façionismo - , agora todas elas subordinadas ao grande capital.**

Essas novas tendências, contudo, convivem com algumas formas ainda arcaicas do façionismo que, contraditoriamente, se colocam no mesmo mercado, como já foi explicado. Isto só é possível dada a diversificação de artigos produzidos por pequenas empresas que trabalham com maquinários obsoletos. São formas que ainda são viáveis para o capital pois são fontes de aumento da mais-valia absoluta.

3.2. Reinventando o “ateliê domiciliar”

Podemos citar um exemplo onde a lógica da terceirização assume o significado de “acelerar o tempo de rotação do capital” em um país desenvolvido. A região de Prato, na Itália, possui as mesmas características do pólo têxtil de Americana, isto é, trata-se de uma região onde predominam as pequenas e médias empresas têxteis. Mas, essas empresas, em especial as tecelagens, possuem cada uma no máximo 4 teares de última geração e ficam nos fundos das residências dos tecelões. É interessante também salientar que nelas predomina o trabalho familiar.¹⁰⁸ Ao que parece, tal fenômeno acontece em muitas outras regiões têxteis da Itália e possivelmente de outros países da Europa, como uma tendência no setor.

A terceirização no setor têxtil dá-se então pela reorganização da feição, que difere de sua antiga forma por se caracterizar, nos dias de hoje, como uma espécie de transferência dos custos produtivos e tecnológicos das grandes e médias empresas, para terceiros. Esta transferência aparece como uma nova ideologização da pequena produção.

108 Em entrevista recente com o dono de uma média tecelagem autônoma que utiliza da feição como forma de pagamento dos teares a jatos de ar que adquiriu em fevereiro de 97, obtivemos a informação de que, ao visitar a Itália no mês de abril do mesmo ano, a fim de adquirir manutenção e tecnologia para sua produção com os novos teares, espantou-se ao ver na região centro-norte, mais especificamente, na cidade de Prato, uma enorme quantidade de pequenas tecelagens operando nos fundos das residências dos tecelões. Estas pequenas empresas caseiras contam com a força de trabalho do feionista e de seus familiares e com a mais alta tecnologia produtiva operando com teares de última geração. Essas tecelagens trabalham para grandes empresas ou para *marketing* e *griffes* famosas.

3.3 O “salário por peça”

O salário por peça mede o trabalho dispendido pelo trabalhador relativo ao número de peças que produziu. Já no salário por tempo o trabalho se mede pela sua duração direta, no salário por peça pelo *quantum* de produtos em que o trabalho se condensa durante determinado período de tempo.¹⁰⁹

O salário por peça é então uma forma metamorfoseada do salário por tempo, do mesmo modo que o salário por tempo é a forma metamorfoseada do valor ou do preço da força de trabalho. Marx alerta para o fato de que, no capitalismo, as duas formas de salário (por peça e por tempo) coexistem lado a lado. No salário por peça, no âmbito da circulação, o proprietário dos meios de produção se coloca então frente ao produtor do trabalho já *objetivado* e não *potenciado*.

As características do salário por peça se resumem em três pontos: 1) a qualidade do trabalho é aqui controlada mediante o próprio produto, que tem de possuir qualidade média, se o preço por peça deve ser pago integralmente, tornando-se a fonte mais fecunda de descontos salariais e fraudes capitalistas, 2) o salário por peça proporciona ao capitalista uma medida inteiramente determinada para a **intensidade** do trabalho e, 3) o tempo de trabalho corporificado num *quantum* de mercadorias previamente determinado e fixado pela experiência, vale como tempo de trabalho socialmente necessário e é pago como tal.

Uma importante colocação de Marx sobre a idéia de intensificação e do controle da qualidade do produto executado pelo próprio trabalhador, no salário por peça, traz à tona uma pista:

¹⁰⁹ Marx, K, *O capital*, Livro I Vol. II, São Paulo, Editora Abril Cultural, 1988.

"Como qualidade e intensidade do trabalho são controladas aqui pela própria forma do salário, esta torna grande parte da supervisão do trabalho supérflua. Ela constitui, por isso, a base tanto do moderno trabalho domiciliar anteriormente descrito como de um sistema hierarquicamente organizado de exploração e opressão."¹¹⁰

Consideramos que algumas das experiências da acumulação flexível, como é o caso da "Terceira Itália" e da Suécia (Volvo de Udevalla), trouxeram consequências significativas para a classe trabalhadora, algumas das quais, se manifestando como formas recriadas de exploração através do "salário por peça". Mas o *toyotismo* ou *modelo japonês*, que maior impacto tem causado, tanto pela revolução técnica que operou na indústria japonesa, quanto pela potencialidade de propagação de alguns dos *pontos básicos do toyotismo* têm demonstrado uma expansão que atinge hoje uma escala mundial.

Os traços constitutivos básicos do *toyotismo* podem ser assim resumidos: ao contrário do fordismo, a produção sob o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido, e não o contrário, como se procede na produção *em série e de massa* do fordismo. Desse modo, a produção sustenta-se na *existência do estoque mínimo*. O melhor aproveitamento possível do tempo de produção é garantido pelo *just in time*. O *kanban*, placas que são utilizadas para a reposição das peças, é fundamental, à medida que se inverte o processo: é do final, após a venda, que se inicia a reposição de estoques, e o *kanban* é a senha utilizada que alude à necessidade de reposição das peças/produtos. O trabalho passa a ser realizado em equipe, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo.¹¹¹ Todo o processo de horizontalização no *toyotismo*, acarreta também a expansão dos métodos e procedimentos produtivos para toda a rede de seus fornecedores. Deste modo, *kanban*, *just in time*,

¹¹⁰ Idem, *ibidem*. p. 135

¹¹¹ Antunes, R. *Adeus ao Trabalho* op.cit., p. 26

flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ (controle de qualidade total), eliminação do desperdício, “gerência participativa,” sindicalismo de empresa, entre tantos outros elementos, propagam-se intensamente.

O controle de qualidade feito pelo próprio trabalhador, agregado ao aumento da produtividade em equipe, à maior autonomia no trabalho, e o aumento do salário relacionado com o aumento da produtividade, isto é, de acordo com o aumento do número de peças produzidas em equipe, traduzem em poucas linhas uma similaridade muito grande entre esta forma de organização com as formas pretéritas de organização do trabalho.¹¹²

Uma das consequências do sistema *toyotista* para a classe trabalhadora é a **intensificação da exploração do trabalho**, quer pelo fato de que os operários atuam simultaneamente com várias máquinas diversificadas, quer através do sistema de luzes (verde = funcionamento normal; laranja = intensidade máxima, e vermelha = há problemas, deve-se reter a produção) que possibilitam ao capital intensificar - sem estrangular - o ritmo produtivo do trabalho.¹¹³ Um outro ponto essencial para o toyotismo é que para a efetiva flexibilização do aparato produtivo é necessária a flexibilização dos trabalhadores. Direitos flexíveis, de modo a dispor desta força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor. Mas além da intensificação do trabalho no *toyotismo*, podemos citar o aspecto do “envolvimento” do trabalhador na produção que se difere do despotismo fordista. Contudo, a lógica *toyotista* mais *consensual e participativa*, revela-se em verdade mais *manipulatória*. No *toyotismo* o estranhamento do trabalhador frente ao trabalho é mais aprofundado porque este “envolvimento cooptado” possibilita ao capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho.

112 Se considerarmos alguns métodos produtivos como o japonês, a partir dos seguintes elementos: desespecialização do trabalhador/ multifuncionalidade, produção sintonizada com a demanda, sendo para isto necessárias algumas técnicas como o *just in time*, *Kan-ban* (redução para o estoque mínimo), fica muito evidente que o trabalhador submetido a essa forma de organização deverá intensificar seu trabalho e submeter-se à flexibilização de sua jornada de trabalho. Hirata, Helena (org.) *Sobre o modelo japonês*, São Paulo, Editora Edusp, 1993.

113 Gounet, Thomas, “Penser à L’envers Le Capitalisme,” Dossier Toyotisme, *Estudes Marxistes*, Bélgica, n. 14, maio de 1992.

A integração toyotista faz o trabalhador *pensar e agir* para o capital, para a produtividade, sob a **aparência** da eliminação efetiva do fosso existente entre elaboração e execução no processo de trabalho. Esta aparência da “democratização das relações de produção,” inverte-se em seu contrário quando, no âmbito produtivo, verificamos que a concepção efetiva dos produtos, a decisão do **que e de como** produzir não pertence aos trabalhadores. O resultado do processo de trabalho corporificado no produto permanece *alheio e estranho* ao produtor.¹¹⁴

Assim, a “substituição” do fordismo pelo taylorismo não deve ser entendido como um *novo modo de organização societária*, livre das mazelas do sistema produtor de mercadorias. Neste caso, mesmo a tão referida diminuição entre *elaboração e execução*, entre *concepção e produção*, que constantemente se atribui ao toyotismo, só é possível porque agora se realiza no universo estrito do sistema produtor de mercadorias, do *processo de criação e valorização do capital*.¹¹⁵ Ao desmistificarmos a aparência colocada pelo *toyotismo*, podemos relacionar muitos de seus aspectos como a intensificação do trabalho e a suposta “autonomia” produtiva do “salário por peça” no modo de produção capitalista flexível.

Marx trata da **qualidade e intensificação do trabalho controladas pela forma do salário**, como uma forma de incentivo para a auto-supervisão e aumento dos salários na era pré-capitalista e na era do moderno trabalho domiciliar da grande indústria enquanto um modelo hierarquicamente organizado de exploração e opressão. Este modelo se estende, através de novos métodos, à contemporaneidade do capitalismo, tanto nos limites da fábrica “mínima” como fora dela, por meio das relações de subcontratações.

“O salário por peça é a forma de salário mais adequada ao modo de produção capitalista,” diz Marx. Embora não seja novo, pois adquiriu uma maior aplicação no período da manufatura, ele serviu de alavanca, no

114 Antunes, R. op.cit. p. 34

115 Idem, ibidem, p.33

período tempestuoso e de crescimento da grande indústria (entre 1797-1815), ao prolongamento do tempo de trabalho e rebaixamento dos salários.

A lógica do “salário por peça” está presente não somente nas indústrias que implantam técnicas do “modelo japonês” ou do “toyotismo”, forçadas a isso pelas mudanças nos padrões de competitividade e qualidade, mas também na extensa rede de serviços e de subcontratações. Podemos então deduzir que, tanto dentro como fora da indústria, existe algo desta lógica em comum que se baseia na relação salarial individualizada e mensurada pela produtividade (pelo número de peças produzidas). Assim, essa lógica se coloca concretamente nas relações de produção do padrão de acumulação flexível, a partir da venda do **trabalho objetivado**.¹¹⁶

Agora, cabe analisar até que ponto a lógica do “salário por peça” está presente nas relações de subcontratação, isto é, no fezonismo do pólo têxtil de Americana.

Marx entende a forma de pagamento “por peça” como uma forma “metamorfoseada” do salário por tempo, um meio de intensificar mais o trabalho e também dar vazão ao aumento da jornada de trabalho. O trabalhador, se quer ganhar mais, tem que trabalhar mais. Por isso, tais formas de trabalho convivem juntas, representando formas mistificadas do pagamento da força de trabalho. É comum observarmos nas pequenas e médias empresas fezonistas a presença de trabalhadores com e sem registro em carteira, sendo pagos pela metragem de pano que produzem por mês ou semana, etc. Como é de interesse do fezonista produzir o máximo de tecido, o trabalho é então intensificado pelo próprio trabalhador. Do mesmo modo, é interesse do trabalhador estender a sua jornada de trabalho, pois com isso sobe o seu salário diário ou semanal.

Ocorre que, à medida em que o fezonista vai se tornando um “pequeno proprietário”, por adquirir os meios de produção e também adquirir força de trabalho não mais familiar, a forma de exploração passa agora a ser diferente: é o fezonista que explora força de trabalho alheia além

¹¹⁶ Teixeira, F. J. S. *Pensando com Marx* op.cit.

de continuar utilizando sua própria força de trabalho na produção. Neste sentido, a exploração dá-se entre os próprios tecelões com a diferença de que um torna-se “patrão” e os outros permanecem como empregados. Contudo, se formos a fundo na análise, veremos que a exploração da mais-valia relativa e absoluta continuam, porque continuam presentes a intensificação e o aumento da jornada de trabalho tanto do fezonista como dos seus empregados.

O novo fezonismo, por incrível que pareça, aprofunda e torna ainda mais obscuro esse tipo combinado de exploração.

Nas condições mais propícias para uma produção com qualidade, portanto com maquinário moderno, o novo fezonismo abarca dois casos, o primeiro onde o “pequeno empresário” fezonista subcontrata alguma força de trabalho, lembrando que ainda assim continua utilizando sua própria força de trabalho na produção, ao lado de outras atividades mais específicas de um empresário, e o segundo onde o fezonista trabalhe com sua família (caso este que remete à situação da Itália, como exposto anteriormente).

Identificamos então no novo fezonismo uma combinação dessas duas formas de extração da mais-valia, principalmente, quando uma parte dos trabalhadores são registrados com jornada de trabalho limitada, mas também quando outra parte dos trabalhadores trabalha sem registro, na ilegalidade, ou ainda quando parte da produção da indústria é transferida para as “células produtivas fezonistas”, como é o caso das tecelagens sem tear, que recriam a utilização da força de trabalho familiar.

Podemos então perceber como esta lógica de pagamento mistificada impera não somente no fezonismo, porque à medida em que as redes de subcontratações crescem, através das diferentes formas de trabalhos domiciliares ou temporários, a forma de pagamento por produção ou “por peça”, é recriada, a partir de novas formas e de novos parâmetros produtivos. Assim, torna-se muito apropriada a reflexão de Harvey sobre a particularidade da combinação entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa:

“No final, com efeito, o que conta é o modo particular de combinação e de alimentação mútua das estratégias absoluta e relativa. Curiosamente, o desenvolvimento de novas tecnologias gerou excedentes de força de trabalho que tornaram as estratégias absolutas de extração de mais-valia mais viável mesmo nos países capitalistas avançados. (...) em condições de Acumulação Flexível, parece que sistemas de trabalho alternativos podem existir lado a lado, no mesmo espaço, de uma maneira que permita que os empreendedores capitalistas escolham à vontade entre eles.”¹¹⁷

Toda essa reflexão procura mostrar como o modo de produção capitalista, em sua especificidade, se utiliza da combinação da mais-valia absoluta e relativa, recriando para tanto, formas de trabalho flexíveis como é o caso do trabalho domiciliar, uma das tendências também do atual façonismo.

A convivência dessas duas formas de extração da mais-valia pode estar presente tanto na mesma empresa, momento ápice desta contradição que indica a recriação das características do "salário por peça", como no conjunto da rede de empresas envolvidas nas relações de subcontratações, como é o caso das relações entre médias (mistas ou autônomas) e grandes empresas com as façonistas (à “fação” e mistas). A presença de trabalhadores *com* e *sem* registro é verificável empiricamente.

As empresas façonistas menores, em condições mais precárias, dizem não ter condições para pagar os direitos de um trabalhador registrado. Por outro lado, a pressão do sindicato não permite a informalidade total nas relações e isto explica o porquê da presença de trabalhadores *com* e *sem* registro em uma mesma empresa. Essa relação salarial individualiza as relações de trabalho e serve como uma forma de intensificar e aumentar a jornada de trabalho do tecelão, quando for preciso, assim, esse trabalhador é sempre “pago por fora” quando a produção é aumentada.

O salário por peça permite então intensificar e estender a jornada de trabalho, algo muito comum no façonismo, principalmente devido à maneira informal com que os contratos de trabalho são estabelecidos individualmente, incentivados pela relação de “confiança”, que deve haver

¹¹⁷ Harvey, D. op.cit.

entre as empresas subcontratantes e subcontratadas, mesmo no novo façonismo.

A criação de excedentes de força de trabalho que trabalham sob o regime da mais-valia absoluta é uma estratégia produtiva combinada à extração da mais-valia relativa. A flexibilização do trabalho permite tanto diminuir quanto aumentar a jornada de trabalho e neste sentido ela pode aos poucos se “des-regulamentar.” A individualização das relações salariais sem a presença do sindicato combativo, demonstra como a lógica do “salário por peça”, abrange toda a estratégia de produção flexível, não mais como um excedente de força de trabalho, mas tendendo cada vez mais a se tornar um regime de trabalho.

Observamos então que o novo façonismo não passa de uma forma reorganizada do velho façonismo, sob novas bases produtivas e tecnológicas, obviamente, e que se adequa perfeitamente ao novo padrão de acumulação flexível de capital. Ao mesmo tempo, o novo façonismo repõe algumas características do “salário por peça,” tais como a intensificação e extensão da jornada de trabalho tanto para os trabalhadores subcontratados dos façonistas como para os próprios façonistas que tendem, como já vimos, a continuar a utilizar de sua própria força de trabalho na produção.

Vimos também como a introdução de novas tecnologias não contradiz a prática organizacional descentralizada com base no trabalho domiciliar. A exemplo da Itália, um país desenvolvido e com condições tecnológicas superiores às do Brasil. O façonismo no pólo têxtil de Americana pode assumir tais características, resguardadas as suas diferenças e particularidades.

Se constatada tal tendência do novo façonismo como produção familiar, podemos afirmar que ele se utiliza de formas arcaicas de trabalho através da intensificação e exploração da mais-valia absoluta dos próprios façonistas e de seus familiares. Todavia, ainda que se considere a recriação do trabalho familiar no façonismo apenas como uma das tendências

possíveis de sua reorganização, podemos aplicar o mesmo raciocínio da recriação do salário por peça com relação ao conjunto de pequenos estabelecimentos fezonistas que ainda predominam no pólo têxtil de Americana. Importa notar que as relações salariais presentes no fezonismo, enquanto formas recriadas do “salário por peça,” são formas de extração da mais valia absoluta e relativa.

3.4. As relações salariais mistificadas no Capitalismo e as formas de subordinações do trabalho na era da “Acumulação Flexível”

Garcia,¹¹⁸ fez um estudo acerca de dois distritos industriais no Brasil, com características idênticas, o têxtil e o de calçados, na tentativa de verificar se esses setores possuem realmente características de distritos industriais, a fim de que fosse averiguado se as produções nesses setores estavam baseadas em ganhos ou não de eficiência coletiva, uma vez que a concentração geográfica e setorial favorece a manutenção de relações de cooperação entre os agentes econômicos. Para tanto escolhe Americana como exemplo de cidade com aglomeração industrial. Ao mesmo tempo, o autor trabalha com as características contraditórias, já apontadas por nós nos itens anteriores, do setor tais como: o seu atraso tecnológico, além da relação bastante predatória entre fornecedor e cliente na subcontratação.

Esse tipo de *descentralização vertical*, uma das características observadas pelo autor, através da presença de um extenso número de produtores especializados na etapa do processo produtivo em que atua, favorece um tipo de comparação com o caso da Terceira Itália. A região de Americana seria, segundo o autor, marcada por uma espécie de **subcontratação capacitada e não especializada**.¹¹⁹ A subcontratação de capacidade está relacionada ao esgotamento da capacidade produtiva das empresas maiores frente às variações da demanda. A intensiva utilização

¹¹⁸ Garcia, Renato de Castro. *Aglomerações setoriais ou distritos industriais: um estudo das indústrias têxtil e de calçados no Brasil*, Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia da UNICAMP, 1996.

¹¹⁹ Idem, *ibidem*.

das relações à feição não é decorrente de trabalho entre os diversos produtores especializados, como no caso dos distritos industriais italianos. Em Americana, essas relações de subcontratação baseadas na feição distanciam-se de um distrito industrial, dada a ausência de cooperação entre as partes envolvidas na relação.

As empresas feionistas preferem prestar serviços para as firmas que oferecem maiores garantias com relação à continuidade da relação, abdicando de um rendimento maior e perdendo a capacidade de investimento via acumulação interna de lucros, deixando de investir em atividades essenciais dentro do processo produtivo, com o intuito de reduzir os custos de produção. Um dos efeitos *imediatos* da crise no setor têxtil foi a não utilização do feionismo. Contudo, como um ciclo, a imediatidade desta situação é revertida pela elevação da demanda da produção, durante a qual essas grandes tecelagens novamente recorrem à produção à feição.¹²⁰

Já abordamos acima como a lógica do “salário por peça” se adequa à feição à medida em que intensifica o trabalho e também aumenta a forma de extração da mais-valia absoluta, combinada com estratégias de extração de mais-valia relativa. E vimos também como esta lógica se expande nas formas subcontratadas de relações de trabalho e também de trabalho a domicílio. O feionismo em si é “híbrido”, pois agrega várias formas ocultadas e combinadas de exploração do trabalho pelo capital. Então, esta relação nos remete ao novo padrão de acumulação capitalista que se utiliza desse mesmo hibridismo, criando novas formas de subordinação do trabalho (subcontratações e terceirização) para continuar gerindo lucro.

Outra questão muito instigante nesse universo diz respeito a uma forma intermediária de capital comercial que não se enquadra totalmente no capitalismo contemporâneo, ou melhor, que já foi ultrapassado por ele, mas que sobrevive como uma forma “excedente” de trabalho que transita em alguns pontos por elementos pretéritos.

¹²⁰ Idem, *ibidem*, p. 77

As encomendas a feçonistas nem sempre são formuladas por industriais de tecelagens estabelecidos; são também feitas por comerciantes atacadistas e varejistas de tecidos. Rodrigues¹²¹ assinalou inclusive a presença de corretores em Americana, cujo único trabalho era o de fazer a mediação entre tecelagens ou comerciantes de São Paulo e feçonistas locais. São, portanto, várias as categorias de agentes que se incumbem da colocação em concorrência dos fabricantes à feção, e no caso de tratar-se de um intermediário que não seja o dono de fios, o preço combinado para a transformação deve ainda ser suficientemente módico para remunerar o lucro da corretagem. A presença dos comerciantes em Americana, geralmente vindos da capital, foi fundamental para a expansão do setor têxtil na região, porque, como as empresas feçonistas não possuíam o montante de capital de giro necessário para a manutenção da atividade produtiva, abria-se uma grande oportunidade para os comerciantes. Estes conseguiam obter (a preços muito baixos) e sem os riscos que envolvem a produção têxtil, os artigos de tecidos que lhes conviessem, de acordo com a demanda do mercado consumidor daquele momento, graças a possibilidade dos serviços à feção.¹²²

Outro dado muito interessante que surge a partir deste processo é o fato de que, a princípio, a prestação de serviços era executada por empresas familiares. Assim, os comerciantes conseguiam significativas reduções nos preços do tecido, tanto pela especialização produtiva quanto pela exploração da família. O papel do comerciante, neste contexto, segundo Garcia,¹²³ diz respeito a uma espécie de agente que respondia pela coordenação dos recursos produtivos dentro dessa aglomeração setorial, exercendo um papel semelhante ao exercido pelos *impannatori* nos distritos industriais italianos. Esses comerciantes eram, na verdade, os agentes responsáveis pela realização da produção têxtil na cidade, transferindo as

121 Rodrigues, J.A. op.cit.

122 Idem, ibidem.

123 Garcia, Renato de C. op.cit., p. 70

habilidades verificadas na região para o mercado consumidor. Por outro lado, essa atividade era pouco cooperativa e os comerciantes se apropriavam de quase toda a margem da comercialização.

O comerciante acumula capital em forma de dinheiro, comprando e vendendo mercadorias, muitas vezes comprando também a matéria-prima e repassando-a às tecelagens façonistas. Do mesmo modo, as chamadas “tecelagens sem tear,” também são agentes que apenas comercializam os tecidos, subcontratando toda a produção. Neste caso ainda, a fação perde o seu caráter de “excedente complementar da produção,” e passa a ser decorrente de um processo de divisão do trabalho entre os produtores locais, especializados naquela etapa do processo de produção. Essas empresas, muitas vezes são clandestinas e atuam como agentes que coordenam toda a produção, isto é, transferindo as habilidades dos produtores locais para o mercado, algo muito difícil de ser feito por uma empresa façonista sem estrutura.

De certa forma, as próprias “tecelagens sem tear” no pólo têxtil de Americana e as tecelagens domiciliares da região de Prato na Itália, são uma recriação da forma de façonismo que tem como uma das partes os agentes comerciantes descritos acima, porque significa que uma empresa ou um indivíduo apenas fornece a matéria-prima para as fações e comercializa a produção final. Para quem subcontrata e para quem é subcontratado a relação assume uma aparência “puramente comercial,” mesmo que, no âmbito da produção, verifiquemos um alto grau de exploração e uma rede de trabalhadores subcontratados e de façonistas que trabalham com suas famílias. Isso significa que a exploração assume então um caráter mais oculto.

Em verdade a “tecelagem sem tear” terceiriza toda a produção e acabamento do tecido, transferindo para os “novos” façonistas também todos os riscos produtivos e os encargos sociais da força de trabalho que utilizaria na produção. Assim, o tecido fica mais barato e mantém um

determinado padrão de qualidade, tornando ainda mais vantajosa a relação para o capitalista.

Torna-se então ainda mais vantajoso para o capital que as pequenas tecelagens voltem a funcionar nas residências dos tecelões, pois a tecnologia permite que com apenas 4 teares modernos, o fezonista consiga produzir em quantidade e qualidade os seus tecidos.

Se o fezonista opera os teares em sua residência com sua família, fica muito mais oculta a relação de exploração, pois o fezonista é dono dos meios de produção, mas depende de sua força de trabalho e de sua família, além de depender da matéria-prima e da maior estrutura de outra empresa para colocar seu produto no mercado. Esse fezonista vende o seu trabalho objetivado, ou seja, o seu tecido. A relação, no âmbito da aparência, é comercial, e na essência, ao analisarmos a produção, vemos como ocorre a exploração do trabalho familiar e da auto-exploração do fezonista por meio da intensificação e extensão da jornada de trabalho de ambos, família e fezonista. Desde as origens do fezonismo as crianças aprendiam a trabalhar com os teares para que pudessem um dia trabalhar na sua própria feção. Ainda hoje é comum, tanto nas empresas fezonistas como em algumas autônomas, a exploração de menores que trabalham sem registro em carteira. Não é novidade, pois, que o trabalho de menores e das mulheres estejam presentes no fezonismo atual, pois esta forma de exploração foi crucial para o seu desenvolvimento.¹²⁴

¹²⁴ A “oposição sindical têxtil” local, em 1987, flagrou muitas vezes o abuso no trabalho de menores de 18 anos nas tecelagens. Adolescentes em torno de 13 e 14 anos foram vistos saindo de tecelagens, algumas das quais, fezonistas, depois da meia-noite. Foi constatado pela oposição têxtil que a maioria dos menores que trabalham nas empresas fezonistas e em muitas autônomas, não possuem registro em carteira. Já, o trabalho da mulher é utilizado especialmente nos trabalhos que exigem mais atenção tais como: sala de panos (onde cada metro de tecido produzido é avaliado pela sua qualidade); espuladeiras (trabalho onde as espulas dos teares mais antigos são preenchidas com fios); e muitas vezes como tecelãs (neste caso alguns teares mais especiais, que fabricam *lingerie*, exigem mais delicadeza e atenção no seu manuseamento, por isso dá-se preferência ao trabalho das mulheres sem nenhum acréscimo em termos de salário. Constata-se também abusos nas hora - extras das mulheres, discriminação no ato da contratação como, pressão para que não engravidem durante o período de contrato e tratamento indiferenciado, muitas vezes, em relação as gestantes.

O meio para o capital continuar explorando a força de trabalho na tecelagem dá-se, atualmente, através da descentralização produtiva. Analisemos, ao lado da tendência de “produção familiar,” o pequeno estabelecimento moderno - atualmente a forma mais comum que o novo fezonismo assume - enquanto uma “evolução” de sua forma originária como “célula familiar,” onde o fezonista subcontrata alguns empregados. Existem dois ângulos a serem considerados nessa questão.

O primeiro consiste no fato de que o fezonista possui outros empregados, mas o pagamento de seus salários vinculado à produção por metro de tecido, ou “por peça”, coloca esses mesmos trabalhadores em condições de uma relativa “igualdade” com o fezonista porque, ao receberem pela quantidade de metro de tecido produzido, tornam-se vendedores de “trabalho objetivado” e não mais potencializado. Essa prática de contrato “por peça” a um preço pelo qual o próprio trabalhador principal (no caso, o fezonista) se encarrega da contratação e pagamento de seus trabalhadores auxiliares, indica que no fezonismo a recriação da **“exploração dos trabalhadores pelo capital se realiza aqui mediada pela exploração do trabalhador pelo trabalhador.”**¹²⁵ O fezonista precisa de alguém que produza x metros de tecido por y e o tecelão recebe essa quantidade produzida. Assim sendo, a relação salarial individualizada passa pelo esforço do próprio tecelão em obter seu salário ao produzir a quantidade estabelecida, mas se o tecelão produzir mais, receberá mais. A relação de compra e venda da força de trabalho, nesse caso, passa pela articulação no mercado onde, na condição de vendedor de seu trabalho objetivado, o tecelão sente-se um parceiro do próprio fezonista, mais livre para trabalhar e igual a ele, pois o fezonista também é um trabalhador de si mesmo, trabalha na produção.

O segundo ângulo da relação a ser considerado é o fezonista em relação à empresa ou indivíduo subcontratante. Dependente da matéria-prima e da estrutura de outra empresa, geralmente maior, o fezonista torna-

¹²⁵ Marx, K. *O Capital*op.cit. Vol. II 136, grifos nossos.

se a parte mais frágil da relação, mas a venda de seu tecido é o cerne do negócio. Assim a relação de compra e venda passa também pela quantidade de sua produção de tecidos. Pelo fato de utilizar de sua força de trabalho em sua própria produção, fica de algum modo caracterizada também a “auto-exploração,” ainda que seja dono dos meios de produção.

Para a empresa subcontratante continuar externamente sua produção, antes interna, de forma muito mais vantajosa economicamente, implica na recriação do fezonismo, o que torna o fezonista uma espécie de “trabalhador” que dispõe das condições objetivas, isto é, sua própria força de trabalho, e dos meios de produção, para atender à empresa subcontratante como prestador de serviços.

As pequenas empresas fezonistas, cujos funcionários, na grande maioria das vezes, são “contratados” ilegalmente (aspecto este que não podemos precisar devido ao seu caráter informal), nos revela pois, no âmbito da produção, a realidade de exploração de um trabalhador por outro. Nas pequenas empresas, os fezonistas subcontratam outros trabalhadores. Estes, por sua vez, trabalham sob o regime *extenso e intenso* de trabalho, sendo pagos pela metragem de tecido que produzem no mês ou na semana. Com o aumento da demanda, surgem os arrendatários de tear.

O arrendatário pode então trabalhar para a empresa que lhe arrenda o tear e também para outras empresas fezonistas que encomendem o tecido, ou ainda para algum indivíduo comerciante de tecido. Neste último caso, a empresa de indivíduo que somente compra e vende o tecido é denominada de “tecelagem sem tear.”

O mais interessante é que esse arrendatário pode trabalhar “por conta,” sentir-se autônomo, mas, objetivamente, estar atrelado aos pequenos proprietários de feções para quem ele efetivamente trabalha. Na verdade, ele pode ser considerado *um trabalhador duplamente explorado, porque produz primeiro para o seu arrendatário e o seu subcontratante e depois para si mesmo, como autônomo. Ele explora a si mesmo e é explorado por outros.* Este “autônomo” se sente cada vez mais livre para se “auto-

explorar” e explorar a sua família. Ao subcontratar a manutenção do tear, ele passa a explorar outro trabalhador, e assim por diante.

Quando uma microempresa de caráter familiar subcontrata outros funcionários, em um regime quase domiciliar de trabalho, não por se tratar de uma empresa que funcione em casa, mas por suas condições muito precárias de instalações e de trabalho, podemos dizer que o dono da feição se caracteriza muito mais como um **“trabalhador de si mesmo.”** O seu “lucro” acaba muitas vezes sendo o suficiente para manter os seus teares em funcionamento. Suas condições objetivas e concretas de vida não diferem muito das condições em que se encontra um tecelão de uma grande fábrica. Mas isto não impede que, subjetivamente, este trabalhador possa sentir-se um “verdadeiro empresário.” Nesse sentido, coloca Marx que:

“... a maior liberdade que o salário por peça oferece à individualidade tende a desenvolver, por um lado, a individualidade, e com ela o sentimento de liberdade, a independência e auto-controle dos trabalhadores, por outro lado, a concorrência entre eles e de uns contra os outros.”¹²⁶

O feionista é o vendedor de sua força de trabalho **objetivada** que se transforma em um comerciante direto de sua produção. Notamos bem, um produtor de tecidos que vende o seu trabalho objetivado utilizando da própria força de trabalho na produção. Trata-se de uma forma intermediária de trabalho que assume várias dimensões nesta complexa relação.

O feionista por vezes pode estar totalmente vinculado ao comerciante. Este último, portanto, estabelece um domínio direto sobre o feionista.¹²⁷ Na atividade do feionismo, o comerciante pode até ser aquele

¹²⁶ Idem, *ibidem*, p. 136.

¹²⁷ Em entrevista com os proprietários de algumas pequenas empresas feionistas, cujas condições de trabalho eram muito precárias, pudemos observar a presença de uma empresa feionista que trabalha em condições especiais, dada as condições precárias de seus teares, frente ao atual conjunto das empresas têxteis de Americana. Trata-se de uma pequena empresa com cerca de 18 teares mecânicos, onde trabalhavam 5 pessoas (3 mulheres, as donas dos teares, e 2 homens) e produzia tecidos diretamente para um comerciante. Este comerciante lhes fornecia toda a matéria-prima, isto é, os rolos com os fios prontos, e determinava o prazo para a entrega, o preço do metro do tecido e também as condições exigidas para a qualidade do tecido. Depois de comprar o tecido, o comerciante vendia toda a mercadoria para seus clientes específicos (confeccões e lojas) em São Paulo. Normalmente os comerciantes não são

que embolsa a maior parte da mais-valia dos trabalhadores que trabalham sob o regime da feição. Dada a desigualdade desta relação, não poderíamos deixar de observar que esta forma intermediária de trabalho é uma forma de exploração do trabalho pelo capital. Mas o feionista, na condição de comerciante de seu trabalho objetivado (do tecido que produz), **sente-se então o patrão de si mesmo, “livre” para estabelecer e organizar seu processo de produção e sua jornada de trabalho, sente-se um “comerciante” e parceiro de seus antigos empregadores.**

Essa “reinvenção” do salário por peça, compensa a redução do trabalho vivo, algo muito visível nas grandes tecelagens com teares mais modernos, lançando mão de um contingente enorme de trabalhadores subcontratados e domiciliares, **que se subordinam às fábricas através do vínculo “comercial”, no âmbito da circulação, da compra e venda de suas próprias mercadorias, ou melhor, de seu próprio trabalho objetivado.**

A “recriação do salário peça,” reproduz a relação de exploração dos trabalhadores pelo capital, que se realiza agora, de muitas maneiras combinadas, inclusive, mediada pela exploração do trabalhador pelo trabalhador, através do prolongamento das redes de subcontratações. O processo de exploração é então potencializado sob uma nova forma de estruturação do trabalho que então se apresenta como um verdadeiro reino de igualdade, liberdade e propriedade.

IV- O NOVO FAÇONISMO, A RE-POSIÇÃO DAS DETERMINAÇÕES ESSENCIAIS DAS LEIS DO MERCADO FUNDADAS NA LIBERDADE, IGUALDADE E PROPRIEDADE E SUA INVERSÃO

*“... é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham. Liberdade! Pois o comprador e vendedor de uma mercadoria, por exemplo a força de trabalho, são determinados apenas por sua livre-vontade. Contratam como pessoas livres, juridicamente iguais. O contrato é o resultado final, no qual suas vontades se dão uma expressão jurídica em comum. Igualdade! pois eles se relacionam uns com os outros apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade! Pois cada um dispõe sobre o seu. Bentham! Pois cada um dos dois cuida de si mesmo. O único poder que os junta e os leva a um relacionamento é o proveito próprio, a vantagem particular, os seus interesses privados.”*¹²⁸

Como vimos no capítulo anterior, o façonismo, enquanto uma forma reorganizada de terceirização, possui muitas das características do salário por peça, por encerrar em si uma forma potencializada da produção de mais-valia. A particularidade dessa forma de pagamento transforma-a em uma das mais adequadas ao modo de produção capitalista. Além do mais, vimos como a autonomização e a individualização das relações de trabalho, nas empresas, prolonga-se também nas formas de contratação da força de trabalho de toda espécie de terceirização. São estas formas de contratação de força de trabalho terceirizadas, temporárias, a domicílio que transformam os seus proprietários em verdadeiros comerciantes, na medida em que a venda da sua capacidade de trabalho passa a ser mediada pela venda do resultado de seu trabalho. Essas novas formas de trabalhos externos, entre as quais se inclui o façonismo, que representa uma forma antiga de terceirização da qual o capital nunca abriu mão, potencializam a exploração da mais-valia.

Mas a grande questão que permeia este capítulo encerra um outro enfoque, no qual da potencialização do processo de exploração, as novas

128 Marx, K., *O Capital* op.cit., Liv. I, Vol. I, p.141.

formas de estruturação do trabalho se revelam como um verdadeiro **reino de liberdade, propriedade e igualdade**. O trabalhador se sente mais livre porque agora não está mais preso a um sistema hierarquicamente organizado de exploração e opressão, como ocorria antes no interior das grandes fábricas. Trata-se de um indivíduo que trabalha em seu próprio local de produção, sem ninguém para vigiá-lo ou dar ordens. É também o “patrão” de si mesmo, dono de seu próprio negócio e igualmente livre porque é ele quem organiza o processo de trabalho e estabelece, por iniciativa própria, a duração da jornada de trabalho. Na condição de vendedor de seu “trabalho objetivado” sente-se um comerciante, parceiro de seus antigos empregadores. Como parte desta nova lógica do capital, o novo façonismo, enquanto terceirização da produção, repõe, sob novas bases as leis da igualdade, liberdade e propriedade.

Contudo, tais leis estiveram presentes no façonismo como motivação propulsora da própria proliferação das indústrias têxteis do pólo têxtil de Americana desde as suas origens. Agora, elas se repõem como parte da nova estratégia de organização produtiva, racionalizando ainda mais todo processo interno de trabalho, contando com isso com os trabalhadores externos e uma forma de organização da produção que também ocorre às margens das fábricas. A reposição de tais leis significa, no âmbito da aparência do modo de produção capitalista, a ideologização de uma realidade que, na essência, se converte em seu contrário, sua negação.

4.1. Elementos fundantes das leis da Igualdade, Liberdade e Propriedade

Para desvendarmos como o novo façonismo se repõe sob as leis da “igualdade, liberdade e propriedade”, é preciso observar os motivos que impulsionaram a proliferação do façonismo em suas origens, e estes são também de cunho ideológico. É através da análise dos motivos ideológicos e subjetivos dos façonistas que podemos desvendar o “mundo encantado”

da pequena produção e de suas relações contraditórias que constituem a própria negação desta aparência. Antes, porém, percorreremos o sentido teórico da reposição das leis da circulação simples de mercadorias. Convém deixar claro que não estamos aqui tratando de uma suposta reposição da reprodução simples de mercadorias, que é diferente de reposição das leis da circulação simples de mercadorias. Para que não haja nenhuma confusão entre a *reposição das leis da circulação simples de mercadorias* e a própria reprodução simples, faremos uma breve digressão teórica sobre o sentido que define as leis da circulação simples de mercadorias em Marx:

Propriedade, Liberdade e Igualdade-

“Originalmente, o direito de propriedade apareceu-nos fundado sobre o próprio trabalho.

*Essa suposição é válida quando, no mercado, se defrontam somente possuidores de mercadorias com direitos iguais, e o modo de apropriação de mercadoria alheia porém é apenas a alienação da própria mercadoria e esta pode ser produzida apenas mediante o trabalho.”*¹²⁹

Marx se refere a “lei da apropriação” tal como ela se apresenta na circulação simples. Na circulação mercantil simples, os que intercambiam se enfrentam primeiramente como pessoas que, baseando-se em um convênio voluntário de troca, podem adquirir a posse de suas mútuas mercadorias, reconhecendo-se mutuamente como proprietários privados.¹³⁰

A “lei da apropriação” na circulação simples significa que o processo de apropriação de mercadorias aparece emergindo imediatamente do trabalho de seu possuidor, e o trabalho como o modo original da apropriação, como título jurídico da propriedade.¹³¹ Neste sentido, surge a idéia da propriedade como resultado do trabalho próprio ou como suposto básico da sociedade burguesa.

Da “lei da apropriação pelo trabalho próprio,” que caracteriza a economia mercantil simples, deduz-se a vigência na circulação de um reino

129 Idem, *ibidem*, Liv. I Vol. II. p. 168.

130 Rosdoslky, R. “A lei de apropriação da economia mercantil simples,” in *Genesis y estructura de el Capital de Marx*, México-D.F., Editora Siglo Veintiuno, 1989, p. 211.

131 Idem, *ibidem*, p.210.

de “liberdade e igualdade burguesas”, fundamentadas nesta lei, bem como o princípio de reciprocidade e de harmonia preestabelecida entre os proprietários de mercadorias.¹³²

O direito de propriedade, na circulação, aparece originalmente fundado sobre o próprio trabalho, já que no mercado se defrontam apenas possuidores de mercadorias, supõe-se, com direitos iguais. Ao lado do capitalista, a propriedade aparece agora como o direito de se apropriar do trabalho alheio não-pago ou de seu produto, e para o trabalhador como impossibilidade de apropriar-se de seu próprio produto.

É a ilusão criada pela esfera da circulação de mercadorias que transfigura a realidade como se ela representasse um aglomerado de indivíduos proprietários de mercadorias e, portanto, sem o registro de nenhuma memória de como cada um obteve suas mercadorias, **a não ser a impressão de que todos trabalharam para se tornarem proprietários.**

O único elemento coercitivo na troca revela-se na necessidade que os indivíduos possuem de trocar suas mercadorias. Desta maneira, a circulação das mercadorias expressa a realização da **liberdade e da independência** dos proprietário mercantis.

As mercadorias que os indivíduos intercambiam são equivalentes enquanto valores de troca. Tanto os sujeitos da troca como seus objetos aparecem aqui submetidos à lei da **igualdade**. E, finalmente a lei da igualdade e da liberdade se somam, na troca, à reciprocidade, na medida da satisfação dos interesses de cada um.

A circulação simples expressa a igualdade porque todos os indivíduos aparecem como proprietários de mercadorias e, enquanto tal, são livres para comprar e vender suas mercadorias entre si, sem nenhuma coerção externa, a não ser a lei que dita o interesse próprio de cada um.¹³³

Segundo Marx, a harmonia entre igualdade e liberdade que das condições reais de intercâmbio de mercadorias nada mais reflete do que

132 Idem, *ibidem*, p. 212.

133 Teixeira, F. J. S. *Pensando com Marx* op.cit. p. 38.

uma forma de escamoteamento apologético das contradições da ordem econômica capitalista. Portanto, ficar preso às relações econômicas simples, as quais consideradas isoladamente são abstrações puras, implica em ficar atado às aparências ou à superfície da sociedade burguesa, a partir da qual, na essência, emergem processos mais profundos e inteiramente diversos, negadores desta harmonia. Longe de expressarem qualquer aspecto característico eterno da natureza humana, estas idéias são reflexos do processo de troca capitalista que constitui sua base real¹³⁴.

Segundo Rosdolsky, na exposição de Marx existe ainda a conclusão metodológica de que "... o processo da circulação, tal como aparece na 'superfície da sociedade', não conhece outro modo de apropriação que a 'apropriação do produto do trabalho por meio do trabalho' e, do produto do trabalho alheio por meio do trabalho próprio, baseada na igualdade, liberdade e reciprocidade dos produtores, então as contradições que surgem durante o desenvolvimento da produção mercantil são iguais a esta lei da apropriação originária pelo trabalho, que haverá de derivá-las do desenvolvimento do valor de troca mesmo."¹³⁵

Este mundo está relacionado à sua negação, a liberdade transformada em não-liberdade, a igualdade em não-igualdade e a propriedade em não-propriedade. Para dar conta desta inversão, Marx tem de penetrar na essência do sistema, onde vai por a nu o segredo da produção de mais-valia e assim desmistificar a aparência daquele sistema.

A produção e a apropriação da mais-valia pelo capitalista não anulam as leis da troca de equivalentes¹³⁶ e isto porque, na sociedade capitalista,

134 "...como idéias puras, são expressões idealizadas dos diversos momentos deste processo; seu desenvolvimento em relações jurídicas, políticas e sociais, não é mais que sua reprodução elevando-as a outras potências", Idem, *ibidem*, p.217 e Marx, K. *op.cit.* p.906.

135 Rosdolsky, R. *op.cit.* p. 218.

136 "Enquanto em cada ato de troca - considerado isoladamente - ,são mantidas as leis de intercâmbio, o modo de apropriação pode experimentar um revolucionamento total sem que seja afetado, de forma alguma, o direito de propriedade adequado à produção de mercadorias. Esse direito vigora tanto no início, quando o produto pertence ao produtor e apenas mediante seu próprio trabalho, como também no período capitalista, em que a riqueza social em proporção sempre crescente torna-se propriedade daqueles que estão em condições de apropriar-se sempre de novo do trabalho não-pago de outros." Marx, K. *op.cit.* Vol.II, p.169.

compras e vendas são efetuadas entre **indivíduos isolados**; enquanto ato isolado cada ação de compra e venda deve ser considerada por si mesma, fora de qualquer conexão com o ato de intercâmbio que a precedeu e com o que se segue. São independentes um do outro, comprador e vendedor de mercadorias.¹³⁷

Esta ideologia possui aqui um sentido de inversão, e reportando-nos à nossa realidade, as relações de produção demonstram uma não-liberdade e uma não-igualdade entre subcontratados e subcontratantes, indivíduos e empresas, trabalhadores de si mesmos e capitalistas.

Esta relação de intercâmbio entre capitalista e trabalhador torna-se mera aparência que pertence ao processo de circulação, mera forma que, alheia ao seu conteúdo, a mistifica. Esclarece Teixeira que “a contínua compra e venda da força de trabalho é a forma. O conteúdo é que o capitalista sempre troque parte do trabalho alheio objetivado, do qual se apropria incessantemente sem equivalente, por um *quantum* maior de trabalho vivo alheio.”¹³⁸

A forma capitalista de produção não anula pois as leis originais da produção de mercadorias: fundadas no princípio da equivalência dos valores permutados ao mesmo tempo, capitalistas e trabalhadores não se defrontam no mercado de compra e venda da força de trabalho como classes sociais, mas sim, **como vendedores e compradores de mercadorias**, por isso a troca se realiza em conformidade com as leis da produção de mercadorias. E também é a partir destas leis e de seu desenvolvimento que se origina o modo de produção capitalista.

Portanto, a aparência do sistema não pode ser considerada como algo irreal, mas como a *parte visível* da essência que concretiza-se e assume a forma de um mundo específico, o do capital.

O real sentido desta colocação teórica está em desmistificar essa dimensão da aparência das leis da produção de mercadorias, procurando encontrar suas contradições e inversões que se aprofundam, ainda mais, na

137 Rosdolsky, R. op.cit. pp. 39-44.

138 Idem, *ibidem*, p.43.

atual configuração do capitalismo e do trabalho abstrato. A organização flexível da produção que utiliza uma imensa rede de trabalhadores externos e de subcontratações que vai desde o trabalho domiciliar até a terceirização, contando para isso com uma forma de pagamento do trabalho que remete ao “salário por peça,” torna mais oculto o “segredo” da mais-valia, pois pressupõe que **todo e qualquer indivíduo obteve a sua propriedade por meio de seu próprio trabalho, não havendo aqui como apropriar-se do trabalho alheio.**

Os “subcontratados” de todas as espécies e setores produtivos, enquanto fonte produtora “externa” dos processos produtivos de valor e mais-valia constituem-se, por sua vez, nos fornecedores de **“trabalho materializado,” porque agora a compra e venda da força de trabalho estão veladas pela compra e venda de mercadorias semi-elaboradas.**¹³⁹

Então, a diversidade que assume as formas de subcontratações, especialmente no ramo da tecelagem através dos façonistas, nada mais reflete do que esta realidade de venda do trabalho objetivado, a venda direta dos tecidos aos subcontratantes (indivíduo ou empresa).

O salário desses trabalhadores, é portanto determinado por sua capacidade de produção por unidade de tempo.¹⁴⁰ E quanto ao trabalho necessário, observa-se que este deve ser despendido em cada unidade de mercadoria ou venda de serviço. A empresa compradora fixa esse tempo e faz dele a *base de pagamento* de seus fornecedores, estes últimos arcando com todos os riscos que possam causar prejuízo à empresa subcontratante.¹⁴¹

Essa nova forma de “estruturação do trabalho abstrato”¹⁴² se apresenta então como um verdadeiro reino de “liberdade, igualdade e propriedade” para o capital. O trabalhador se sente mais livre por não estar submetido a uma forma de trabalho hierarquicamente organizada de

139 Idem, *ibidem*, pp.64-65.

140 Idem, *ibidem*, p. 31.

141 Idem, *ibidem*, p. 32.

142 Teixeira, F.J.S. *op.cit.*

exploração e opressão. Ele se sente o “patrão de si mesmo,” é o que acontece com a consciência dos façonistas que se sentem comerciantes de tecidos e parceiros dos empresários, seus antigos empregadores.¹⁴³

A forma de organização descentralizada da produção também abre espaço para o surgimento de parasitas que se interpõem entre o capitalista e o trabalhador através do sub-arrendamento do trabalho. Trata-se da exploração do trabalhador pelo trabalhador, algo também já observado nas relações de subcontratação no ramo da tecelagem, inclusive com a forma intermediária do comerciante que lucra apenas no âmbito da circulação com a compra e venda dos tecidos, algo que remete a formas de capitais transitórias como o capital comercial.¹⁴⁴

Além das formas de subcontratações mais recentes, ressaltamos algumas particularidades do setor têxtil que, dado o caráter mais estrutural do padrão de acumulação subordinado do capitalismo brasileiro, é atrasado tecnologicamente e está em crise. Esta conjuntura propicia a recriação de outras formas intermediárias e flexíveis de trabalho, tais como aquelas que se relacionam com o capital comercial, que inclusive tendem a crescer como forma alternativa de trabalho "autônomo" para o grande número de trabalhadores desempregados do setor.

A reposição sob novas bases das leis da circulação simples de mercadoria significa que capitalistas e trabalhadores são transformados em vendedores e compradores de mercadorias e esta esfera da liberdade e igualdade reforça-se, então, como uma ideologia que inverte e transfigura a essência das relações de produção, isto é, a extração da mais-valia.

O trabalhador não se confronta mais com o capitalista como um mero vendedor de sua força de trabalho; não mais entra no mercado de mãos vazias, mas entra no mercado com um mercadoria que foi produzida antes de ingressar na esfera da circulação e por conta disto se apagam todas as diferenças entre os parceiros da troca, que passam a se reconhecer apenas como comerciantes. Trabalhador e capitalista encontram-se agora na esfera

143 Idem, *ibidem*

144 Idem, *ibidem*, p.68

da circulação, no mercado e confrontam-se como simples comerciantes, e não mais na condição de representantes de interesses antagônicos.¹⁴⁵

Essa inversão da realidade, contempla a ilusão de uma sociedade de “produtores independentes,” vendedores de “trabalho materializado”, **já que o contrato da venda da força de trabalho está metamorfoseado num contrato “por peça” ou por fornecimento das mercadorias.**

A individualização das negociações salariais dentro das fábricas e a “autonomização” de ex-trabalhadores fabris que são lançados nas redes de relações de subcontratação nos diversos setores produtivos e suas particularidades, resgatam assim a lei do “intercâmbio de equivalentes,” enquanto a aparência de indivíduos que, na esfera da circulação, trocam mercadorias, trabalho objetivado (produto) por dinheiro.

Os ideários de liberdade e igualdade, pressupostos para a perpetuação da lei da “troca de equivalentes” no mercado, tem sua expressão máxima nas políticas neoliberais. Tais ideários passam a ser “interiorizados” por esta gama de trabalhadores “produtores independentes” que fundamentam seu trabalho no esforço pessoal e conseqüentemente aprofundam o individualismo das relações sociais de produção.

4.2. O velho fezonismo e as bases de sua fundamentação ideológica

A ilusão criada pela esfera da “circulação de mercadorias” faz com que a realidade pareça constituída por um aglomerado de indivíduos proprietários de mercadorias e, portanto, sem o registro de nenhuma memória de como cada um obteve suas mercadorias, a não ser a impressão de que **todos trabalharam para se tornarem proprietários.** As leis da circulação simples mostram então as relações de produção entre as **classes,** como se elas fossem relações entre **indivíduos** que, enquanto proprietários de mercadorias, se confrontam como pessoas preocupadas unicamente em trocar suas respectivas mercadorias para consumi-las.

145 Idem, *ibidem*, p. 33

É nesta esfera que a desigualdade estrutural do sistema capitalista aparece como igualdade. E assim tem que ser pois, enquanto todos são considerados como proprietários de mercadorias, ninguém está disposto a abrir mão do que possui, se em troca não receber algo de valor igual.

A mentalidade patriarcal dos antigos fezonistas reflete o "dogma" de uma disciplina com base no trabalho próprio que permite a auto-exploração dos mesmos, sob a aparência de uma liberdade e independência no trabalho. Em suas origens o fezonismo conta com um elemento "ideológico-motivador" presente em toda a sua evolução. Este consiste na possibilidade do fezonista adquirir uma "relativa" melhoria em sua condição de vida através da feção, contando para isso, principalmente, com o seu "esforço pessoal" e capacidade de trabalho.

Vamos nos reportar à primeira fase do fezonismo, quando o tecelão de uma grande empresa busca, através da feção, uma forma para aumentar sua renda familiar. Para tanto opera alguns poucos teares em sua residência nas horas de folga, depois do trabalho. Os teares vão sendo aos poucos adquiridos pelo fezonista com o **próprio trabalho**. Aos poucos, a posse dos teares vai diferenciando o fezonista do restante dos trabalhadores. Em uma primeira fase o fezonista ainda é assalariado da grande empresa, o que caracteriza uma dupla forma exploração: a primeira como assalariado e a segunda como fezonista. Ao ser subcontratado "externamente" para a mesma empresa na qual é assalariado, o fezonista é obrigado a aumentar a sua produtividade, intensificando e extendendo a sua jornada de trabalho. O antigo fezonista é então um "produtor de mercadorias" que vende tanto a sua força de trabalho como assalariado quanto a sua própria mercadoria semi-elaborada, ao se constituir como um tecelão fezonista.

O fezonismo nasce como uma forma explorada de trabalho, embora pareça uma forma de trabalho "independente" e alternativo frente ao despotismo e controle presentes na grande tecelagem. A questão da aparência de independência e liberdade do fezonista nas suas origens já foi

observada por outros autores. Rodrigues,¹⁴⁶ em sua pesquisa, considera o façonista como proprietário de uma empresa têxtil que presta serviços a terceiros dada a sua insuficiência de capital de giro. Pode ser considerado portanto como assalariado com nome de industrial, pois **depende** do trabalho que lhe é oferecido por grandes indústrias ou comerciantes de grandes centros.

A segunda fase do “antigo façonismo” revela o façonista como um “pequeno proprietário, pois já adquiriu *efetivamente* os seus teares, mas, por insuficiência de capital de giro, tem que trabalhar em sua própria residência com a ajuda de sua família. Assim o antigo façonista é considerado alguém que, através do seu trabalho e esforço próprio, conseguiu se livrar da grande fábrica. Como “produtor independente” de mercadorias, o façonista fundamenta a sua propriedade e os seus bens adquiridos no “trabalho próprio”, seu “esforço pessoal.”

O façonista em sua gênese, emerge como um trabalhador que “venceu na vida” pois tornou-se “patrão”, livre das condições hostis de trabalho apresentadas pela grande tecelagem. O trabalho exercido na residência do façonista em horários estipulados pelo mesmo, camufla sob a aparência de uma maior “liberdade de trabalho,” os contínuos abusos de aumento da jornada de trabalho: na madrugada, aos domingos e feriados se preciso for. Tudo para que o façonista consiga entregar seus tecidos no prazo determinado pela empresa compradora. Ademais, o preço do metro de tecido é também determinado pela empresa subcontratante, revelando também neste aspecto um fator de exploração.

Através de seu próprio trabalho o façonista torna-se “proprietário”. Diferencia-se dos outros trabalhadores por conta disso, exceto por continuar trabalhando extensiva e intensivamente com sua família na produção, configurando uma nova forma de exploração muito mais sutil, através da própria subcontratação. A exploração desses pequenos proprietários que são também “trabalhadores de si mesmos”, dota o capital de condições para

146 Rodrigues, J. A. op. cit. pp. 26-29.

umentar a massa de mais-valia absoluta e relativa via emprego simultâneo, num mesmo espaço e tempo, de várias jornadas de trabalho.

Quase todas as empresas estabelecidas hoje em Americana e região são oriundas da feição. Este fato confirma algumas das falas dos feionistas que apontaram um elemento motivador peculiar: *o sonho de todo trabalhador tecelão tornar-se "patrão", algo que no pólo têxtil de Americana torna-se sinônimo de "feionista."*¹⁴⁷

Podemos dizer que as bases desta ideologia sedimentam uma prática que culmina no extremo individualismo dos feionistas e podemos encontrar aqui suas raízes no próprio pensamento Liberal. Segundo Locke, a propriedade possui uma determinação natural porque ela é um produto resultante de uma outra propriedade natural do homem: **o seu trabalho pessoal**.¹⁴⁸ Esta determinação natural da propriedade pressupõe uma sociedade de *indivíduos que buscam a propriedade limitados apenas pela extensão do seu trabalho pessoal*.

No antigo feionismo, os ideários de "liberdade, independência e igualdade" presentes no feionismo, alimentam condições ideológicas e subjetivas de um certo *status* do ser "pequeno proprietário" feionista. Quando as condições objetivas da produção apresentam a sua auto-exploração e a exploração de seus familiares.

Então, subjacente à lei da propriedade com base no trabalho próprio, surge a prerrogativa da liberdade e da igualdade. Estas leis, que são pressupostos para o ato da troca entre os indivíduos no mercado, fazem-se "interiorizar" nos atos dos próprios feionistas. A "liberdade" e a "igualdade" que o feionista possui no mercado, enquanto produtor de mercadorias, ao trocar seu produto semi-elaborado como um igual ao seu comprador, tornam-se prerrogativas necessárias para que a troca possa se efetuar. Por outro lado, livrar-se das condições despóticas da fábrica para

147 Na maioria das entrevistas que fizemos com diversos feionistas este elemento ideológico estava implicitamente presente.

148 Esta colocação toma como referência a obra de Locke, John. *Segundo Tratado sobre o governo*, São Paulo, Editora Abril Cultural, 1978, p.45.

tornar-se um “proprietário,” tendo que contar para isto principalmente com a sua capacidade individual, torna tais aparências ainda mais atraentes para os pioneiros do façonismo.

4.3. O façonismo como terceirização e a ilusão de uma sociedade de produtores independentes

4.3.1. As determinações do mercado e as bases normativas dos ideários neoliberais que sedimentam o individualismo no façonismo

Mas de que maneira o novo façonismo aprofunda as leis da igualdade, liberdade e propriedade?

Podemos dizer que isto acontece quando nos deparamos com os elementos ideológicos-motivadores do novo façonismo que se repõem, desde suas as origens, sob a aparência da Igualdade, Liberdade e Propriedade dos façonistas enquanto “pequenos proprietários” ou “produtores independentes”. E ao mesmo tempo, a reposição destas leis que fundamentam ideologicamente o façonismo implica na sua negação, pois converte-se em seu contrário direto, em uma não-liberdade, não-igualdade e não-propriedade.

O caráter “mundializado” da concorrência afeta todas as empresas, independente dos mercados em que operem. Realmente, com a liberalização do comércio, as empresas que exploram mercados domésticos vêm-se ameaçadas pela concorrência externa, o que as obriga a reestruturarem seus processos de trabalho e, assim, a entrarem na onda dos programas de qualidade total, produção enxuta ou de reengenharia. Tais empresas, por conta disso, passam a exigir reformas nos aparelhos de Estado, principalmente no que diz respeito à *flexibilização da relações de trabalho: redução de encargos sociais, liberdade de contratação, etc.*

Entende-se assim que a reestruturação produtiva e o neoliberalismo são produtos da lógica dessa nova fase do capital. Enquanto processo de “reestruturação do capital” a “mundialização” das relações de produção

repõe, juntamente com a ideologia da troca de equivalentes enquanto base da igualdade e liberdade dos proprietários de mercadorias, as principais determinações do Liberalismo.

A determinação de tais leis, na esfera aparente da circulação, apresenta a sociedade capitalista, aos olhos de qualquer observador comum, como um grande bazar onde os indivíduos se reportam uns aos outros como proprietários de mercadorias que vão ao mercado para vender seus produtos.

O mercado emerge assim, como o elemento constituidor das relações entre os indivíduos, pois cada um só é considerado pelo outro na medida em que se apresenta como meio para a satisfação de suas necessidades. Na medida em que tem alguma coisa para permutar com os demais indivíduos ¹⁴⁹.

Se os indivíduos são considerados na condição de proprietários de mercadorias, esta qualidade primeira transforma todos os membros da sociedade em pessoas livres e iguais. A troca exige a igualdade entre os possuidores de mercadorias e igualmente ela requer que todos eles sejam considerados pessoas livres.

Essa exigência transforma o **princípio da equivalência** no fundamento que legitima a própria existência da sociedade produtora de mercadorias e é este princípio que dá ao indivíduo certa segurança de que ele encontrará, no mercado, um equivalente, em valor, para o que produziu ¹⁵⁰.

Aqui se delineiam as determinidades mais gerais que configuram a aparência imediata da sociedade produtora de mercadorias. Esta é uma forma de sociabilidade onde o *indivíduo* só é reconhecido na medida em

149 Marx, K. op.cit.,cap. IV.

150 “Não existe absolutamente nenhuma diferença entre eles, enquanto determinação formal, que é também a determinação econômica, a determinação na qual esses indivíduos se determinam na relação do intercâmbio, [que] é o indicador de sua função social ou de sua relação social mútua. Cada sujeito é um comerciante, isto é, tem com o outro a mesma relação social que este tem com ele. Considerado pois como sujeito do intercâmbio, sua relação é pois de igualdade.” Karl Marx, *Elementos Fundamentales para la crítica de la economía política*, Buenos Aires, Editora Siglo Veintiuno, 1972, Vol.I, p.179

que ele é, de alguma forma, um produtor de mercadorias, um proprietário de coisas que tenham valor de troca. Segue-se daí que a troca é o fundamento da sociabilidade. A igualdade e a liberdade reduzem os produtores de mercadorias a uma forma abstrata, meramente mercantil.

Essa **coisificação das relações sociais** é a base sobre a qual se edificam as concepções de igualdade, liberdade e propriedade. É o próprio mercado a base desses valores e, por conta disso, tais valores não se apresentam como sendo manifestações das potências naturais do homem, mas, sim, como produtores de circunstâncias histórico-sociais que transformaram essas qualidades, naturalmente humanas, em valores que só valem e se legitimam na medida em que têm por base o intercâmbio de mercadorias.

Mas é preciso demonstrar a inversão destas relações desmistificando as concepções ideologizantes da liberdade, igualdade e propriedade, enquanto valores postos pelo mundo fenomenal da troca de mercadorias. Essa conversão da liberdade, da igualdade e da propriedade, na essência, transforma-se em seus contrários diretos.

O façõnismo, tal como se apresenta nos dias de hoje, constitui-se por um conjunto de pequenas tecelagens prestadoras de serviços, que apresentam consideráveis diferenças tecnológicas. Este conjunto de tecelagens contempla desde as pequenas empresas com teares mais modernos, de última geração, passando por aquelas pequenas empresas que possuem uma “modernização” mediana de seus maquinários até os casos mais específicos, como excessões, onde as fações operam com teares mecânicos em condições mais precárias.

Apresentamos o caso das chamadas “tecelagens sem tear,” onde indivíduos ou empresas, em geral, de grande porte, subcontratam as tecelagens façonistas, à medida em que a demanda necessita de determinados tipos de tecidos. Isso significa que a demanda tem se tornado mais flexível exigindo uma produção mais diversificada, dando cada vez mais lugar às encomendas de tecidos nas empresas façonistas. A fação passa

assim de uma forma de produção “complementar” da grande empresa para tornar-se sua “célula” produtiva.

O fezonismo atua como uma forma de terceirização, na qual as “tecelagens sem tear,” no caso, as empresas subcontratantes, os serviços prestados à feção representam **a sua própria produção, “externalizada”**. Nisto reside a diferença básica entre o antigo fezonismo e o novo fezonismo.

O fezonismo é uma forma de subcontratação que possui, no Brasil, algumas particularidades estruturais, como a de estar relacionado a um padrão de acumulação capitalista subordinado que não permitiu avanços tecnológicos consideráveis no ramo da tecelagem. O interessante caso na Itália, da região de Prato, de proliferação de formas de trabalho externo “a domicílio”, no ramo da tecelagem, revela também uma certa *tendência* mundial apropriada pelos avanços tecnológicos do capital. Com tais avanços o controle e a exploração por parte do grande capital, aqui representados pelas grandes corporações e *griffes* de roupas famosas, podem ser exercidos à distância, nas próprias residências dos tecelões que podem produzir em quantidade e qualidade com apenas alguns poucos teares de última geração.

Há uma tendência, nos países desenvolvidos, no ramo da tecelagem, e este é também o caso do Brasil, em utilizar formas de trabalho como o fezonismo, para acelerar o tempo de rotação do capital. Isto faz com que o fezonismo seja “re-organizado” a partir de bases produtivas flexíveis que já existiam.

A diminuição dos excessos de capital fixo das grandes estruturas produtivas por meio da descentralização produtiva, via redes de subcontratação, coloca um novo elemento de motivação ideológica. Como os antigos trabalhadores tornam-se “pequenos proprietários” responsáveis pela produção, surge aqui um fator de incentivo ideológico para o trabalhador, fundamentado na “liberdade e autonomia” do trabalho.

Assim, as inovações por que passaram os processos de produção não dispensaram o trabalho vivo como fonte produtora de valor e de mais-valia, apesar de um certo domínio das ciências sobre os mesmos.

Os antigos empregados tornam-se “patrões de si mesmos”, e enquanto tais têm de desdobrar suas atividades, de modo a cumprirem as exigências de qualidade e produtividade requeridas por sua compradora.

No lugar das funções de controle administrativo de força de trabalho, surge a concorrência de mercado entre os fornecedores. Os antigos modelos produtivos com base no taylorismo/fordismo são interiorizados por essa gama de trabalhadores externos que se tornam “patrões”. Por isso, o desenvolvimento da ciência, no atual capitalismo, **não redundou na criação de um tempo livre de trabalho, como possibilidade concreta para o pleno desenvolvimento das capacidades intelectuais e espirituais dos indivíduos**, ao contrário, tem significado uma maior intensificação e extensão da jornada de trabalho desses “vendedores de trabalho materializado.”

A história do fezonismo é apenas um exemplo que nos mostra como esta lógica não é novidade no processo de desenvolvimento do capitalismo.

Desde as origens do fezonismo, observamos que o antigo empregado tecelão tende, ao logo do desenvolvimento da feção, a tornar-se “autônomo”. Na atual configuração do fezonismo como terceirização, a feção, como parte da lógica que utiliza da descentralização produtiva para aumentar o tempo de rotação do capital, coloca-se ideologicamente, isto é, no nível da aparência, como reposição das leis de igualdade, propriedade e liberdade, elementos pertencentes à gênese do capitalismo.

O caráter dependente do trabalho à feção configura-se quando se assinala a **relação ilusória de igualdade** entre as partes presumidas na idéia de contrato - o contrato de prestação de serviços. A colocação de que é ilusória a igualdade entre as partes no contrato de prestação de serviços, evidencia a particularidade do fezonismo como uma forma de organização de trabalho que é **dependente dos grandes monopólios de capital**.

Todavia, só conseguimos descobrir tal dependência e a conversão da lei da igualdade, sob a qual se ergue e fundamenta ideologicamente o fezonismo, quando deixamos o mundo das aparências de tais leis, para adentrarmos na essência da produção do fezonismo, somente aí podemos encontrar a inversão de tais leis em seu contrário.

A relação de contrato entre este fezonista e o seu subcontratante (empresa ou indivíduo) restringe-se a uma relação de venda de seu trabalho objetivado, a venda do tecido semi-acabado, e não enquanto força de trabalho potencializada.

A caracterização do contrato dos tecelões de qualquer tecelagem que possui como critério a produtividade, o salário "por peça", isto é, por metro de tecido, é estendida ao "tecelão" externo à fábrica pelo fezonismo. Tanto interna quanto externamente ocorre uma individualização das relações salariais que têm como base o pagamento do salário a partir da produtividade e da capacidade pessoal de cada tecelão em produzir mais e melhor, isto acaba repondo o dogma da propriedade que é conquistado pelo esforço próprio.

Neste contexto, torna-se difícil uma unidade entre os tecelões fabris, pois estão fragmentados e individualizados pela concorrência interna imposta por essa forma de contrato de trabalho. E, assim entre os fezonistas a concorrência é ainda mais acirrada e tem o caráter de luta pela sobrevivência, algo que impõe com mais força a ideologia da liberdade e independência que resulta num extremo individualismo entre eles.

Os interesses das grandes empresas são sempre os que possuem voz ativa, ficando assim muito evidente uma subordinação dos fezonistas às empresas ou comerciantes que os mantêm. É nesta esfera que podemos observar a negação da igualdade que resulta nas profundas e acirradas diferenças entre os próprios fezonistas e entre estes e as empresas subcontratantes.

Desde que se difundiu, o fezonismo, a relação entre os fezonistas e seus clientes vêm se pautando pelo poder do fornecedor de fios de fixar o

preço a ser pago pela produção encomendada. Assim, o capitalista fornecedor de fios retém as condições de deprimir constantemente as possibilidades de acumulação das unidades que lhes prestam serviços.

As diferenças entre os próprios fezonistas, indicam que esse regime de trabalho permite uma margem pequena de acumulação. Muito embora essa acumulação se dê a taxas bem inferiores à média do setor da indústria em geral, ela parece suficiente para que uma parte dos fezonistas alcance um patamar de consumo familiar necessário à reprodução de sua condição social, em tempos normais. Em tempos de crise, existe uma tendência onde essa parcela diminui ainda mais, pois os fezonistas mais estruturados tendem a se “proletarizar”.

Essa dependência do fezonista caracteriza-se por ele não possuir nenhum poder de decisão sobre sua produção, como faria um capitalista autônomo. O fato de não possuir recursos financeiros, compromete a suposta liberdade e igualdade do fezonista desde as suas origens.

A necessidade de dispender sua força de trabalho na produção, sendo esta necessária para o montante geral do volume da produção, aproxima o fezonista dos tecelões assalariados. **Esta contradição do próprio real, confere ao fezonista uma dupla identidade: como capitalista, por possuir os meios de produção e como “assalariado de si mesmo”, por depender totalmente do dispêndio de sua própria força de trabalho na produção.**

No caso de uma empresa de pequeno porte e com maquinário mais moderno, a relação de **dependência** do fezonista não muda em relação às fezonistas que trabalham com maquinários mais obsoletos. O “lucro” e o “salário” do fezonista moderno continuam dependendo da quantidade de tecido que ele produzir em “tanto tempo,” determinado por quem o subcontrata. Mas esse tipo de fezonismo, como já observamos, ainda é exceção em Americana. A relação de dependência do fezonista para com o seu subcontratante inicia a partir do adiantamento da matéria-prima e da

encomenda de seus serviços, sem os quais o seu “lucro” desaparece, até culminar em sua falência.

Voltemos a uma questão fundamental. O novo fezonismo impõe a necessidade de teares modernos, não importando se este fezonista vai utilizar da força de trabalho de sua família em sua própria residência ou se vai assalariar outros trabalhadores em sua “pequena empresa”. É importante destacar que este fezonista vai ter sempre de dispender sua própria força de trabalho na produção.

Sem o seu esforço pessoal, tanto de gerenciamento quanto de trabalho na produção, a sua “empresa” não tem como se manter no mercado. Ademais, deve ser considerado que a sua produção é sempre determinada pela sua suncontratante. O fezonista não possui autonomia de produzir e depende da matéria-prima oferecida pela subcontratante além das condições técnicas que são determinadas junto com o preço do produto.

Então onde está a liberdade? Qual independência? Talvez a do grande capital aqui representada pelas grandes tecelagens que continuam a produzir valor sem se preocupar com os riscos produtivos oriundos da inconstâncias da demanda no mercado.

Os “novos” fezonistas estão muito mais submetidos às leis e determinações do mercado porque o modo de produção capitalista se utiliza delas para “ideologizar”- escamotear as diversas formas de exploração que agora são com eles terceirizadas.

Estariamos falando de uma sociedade de fezonistas ou de produtores independentes? Fica difícil detectar aqui a liberdade, a não ser aquela que é aparente e cuja prerrogativa máxima do individualismo se faz calar ainda mais fundo entre os fezonistas.

Todos estão submetidos aos imperativos do mercado e se entregam cada vez mais ao anonimato de uma sociedade de consumo, embora, um consumo mais diversificado. Parafraseando Adam Smith,¹⁵¹ trata-se de uma

151 O homem “... terá maior probabilidade de obter o que quer, se conseguir interessar a seu favor a auto-estima dos outros, mostrando-lhes que é vantajoso para eles fazer-lhe ou dar-lhe aquilo de que ele precisa. É isso o que faz toda pessoa que propõe um negócio a outra. Dê-me

sociedade que vai em direção a uma forma de produção, cuja descentralização produtiva através da proliferação de um conjunto de produtores independentes, mais parece um conjunto de *comerciantes frenéticos* que sabem que sua sobrevivência dependerá do que têm para oferecer. Só assim poderão ganhar seu dinheiro para poder viver.

A “mundialização do capital” e o seu novo padrão flexível de acumulação repercutem na produção alterando a forma de contrato de compra e venda da força de trabalho. Este se faz sob os imperativos das leis do mercado, onde o que conta para os “vendedores” e “compradores” de trabalho objetivado é a **competência pessoal**, o trabalho com base no esforço próprio e individual.

Com a transformação da lei da apropriação pelo trabalho próprio em um direito de se apropriar do trabalho alheio não-pago, o contrato, outra instituição tão cara à concepção liberal, converte-se por esta razão em uma mera aparência que é alheia ao seu próprio conteúdo e apenas o mistifica. Com efeito, na relação contratual de compra e venda da força de trabalho, uma das partes contratantes (o trabalhador) aparece, nessa relação, como vendedor e comprador de sua própria mercadoria: a força de trabalho. Assim, desvanesce o princípio segundo o qual o contrato é uma transferência recíproca de direitos entre os contratantes, na medida em que só o trabalhador transfere para o capitalista o direito de este explorar o uso de sua força de trabalho.

Em consequência disso, a liberdade e a igualdade dos contratantes não passaram de uma ficção jurídica.

Ocorre que, no caso do façomismo, com a desregulamentação dos contratos de trabalho, através de outras formas de contratos como o “por peça”, a individualização nas relações de trabalho aparentam uma sociedade

aquilo que eu quero, e você terá isto aqui, que você quer (...) Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm por seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima...” Smith, Adam, *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*, São Paulo, Nova Cultural, 1985, p.50.

onde não existe mais assalariados e capitalistas, mas sim “compradores e vendedores” de mercadorias semi-abacadas.

Uma sociedade formada então por “produtores independentes de mercadorias metamorfoseiam as relações de exploração entre façonistas e seus subcontratantes. O “salário por peça” acaba repondo sob outras bases as leis da igualdade e liberdade, que são aprofundadas pela idéia de que o façonista é proprietário porque “trabalhou”.

As grandes tecelagens ou as “tecelagens sem tear” subcontratam os façonistas, agora com a intenção de torná-los seus produtores diretos, parte “externa” de seu empreendimento. Estes façonistas, por sua vez, são considerados os “parceiros” de seus compradores.

A compra e a venda da força de trabalho, - antes desmistificada por Marx como sendo uma forma de escamotear a exploração da mais-valia do trabalhador que, pelo contrato, acabava transferindo para o capitalista o direito de explorar a sua força de trabalho, - **ocorre por vias indiretas, metamorfoseadas no contrato de fornecimento de mercadorias.**

Este é o contexto no qual se coloca o novo façonismo, cuja forma de contrato de trabalho também se dá unicamente sob as leis do mercado, através da compra dos tecidos semi-acabados por suas subcontratantes. Para que o façonista se mantenha no mercado importa a sua competência própria para gerenciar seus negócios, a utilização intensa e extensa de sua própria força de trabalho, de outros trabalhadores e, muitas vezes, de seus familiares na produção e o seu poder de concorrência através da capacidade de se adaptar às oscilações da demanda e da oferta.

Haveria no mundo maior liberdade para o capital? Uma “sociedade de produtores independentes” na qual a aparência da exploração está ocultada pelas leis do mercado com base na liberdade, igualdade e propriedade?

Quer dizer que o motivo ideológico inicial do antigo façonista, isto é, a possibilidade de se diferenciar dos outros trabalhadores pela posse dos meios de produção tornando-se assim um “patrão de si mesmo”, é reforçado

através das novas estratégias de descentralização produtiva que visam acelerar o tempo de rotação do capital por meio da expulsão do capital fixo de dentro das grandes tecelagens e da terceirização.

O fezonismo enquanto parte desta estratégia, como terceirização ou “célula produtiva” das empresas subcontratantes, aprofunda ainda mais a lei da apropriação pelo esforço próprio. As responsabilidades de gerenciamento da produção e do próprio trabalho produtivo que sempre fizeram parte das atividades do fezonista, tornam-se hoje muito mais intensas. Essas estratégias das empresas que contam com o novo fezonismo fazem recair sobre o fezonista todos os riscos produtivos oriundos das oscilações da demanda, além das responsabilidades com a entrega dos tecidos nos prazos estipulados pela empresa compradora com a qualidade exigida pelos padrões de concorrência do mercado.

Hoje a preocupação com a pontualidade na entrega dos tecidos e a qualidade dos mesmos torna o trabalho do fezonista muito mais intenso, porque antes esta preocupação inexistia. Assim o esforço pessoal de cada fezonista na produção é maior, pois suas responsabilidades são também maiores.

Se estamos tratando de “produtores independentes” que se encontram no mercado para permutarem suas mercadorias, supomos uma igualdade entre o fezonista e a sua empresa compradora. **Contudo esta aparência de igualdade entre fezonistas e empresas compradoras, converte-se em seu contrário quando nos deparamos com as condições reais e objetivas de ambos “parceiros” no mercado. O fezonista sempre depende de sua empresa compradora, ele não decide sobre sua produção, apenas possui os meios de produção, enquanto prestadora de serviços, para transformar matéria-prima em tecido.**

Esta característica de dependência do fezonismo em relação ao capital dá-se por outras vias que não são as de um assalariamento ou contrato de trabalho, mas sim pelas leis do próprio mercado, via compra e venda de trabalho objetivado. O pagamento “por peça” ou por metro de

tecido, com base no esforço individual de cada feçonista é quem determina a relação salarial. O mesmo acontece quando o feçonista que contrata outros trabalhadores.

A igualdade entre o feçonista e sua compradora passa a inexistir no âmbito da produção, quando saímos da esfera da circulação, pois as condições do feçonista são sempre inferiores e desiguais frente à sua compradora. O feçonista necessita das condições oferecidas pela sua subcontratante para produzir.

O mesmo podemos dizer em relação à suposta liberdade do mercado. A dependência do feçonista em relação à sua compradora impõe uma outra forma de subsunção do trabalho ao capital. Não poderia haver liberdade entre dois “comerciantes” que se colocam em condições de desigualdade na troca de seus produtos. A própria desigualdade entre feçonista e empresa compradora contempla formas de exploração, e onde há exploração não pode haver liberdade.

Ocorre que, com a reposição desta aparência, a mais-valia não pode ser detectada facilmente, a não ser quando saímos da esfera da circulação onde as negociações, inclusive salariais, são feitas, para adentrarmos na essência do sistema, no mundo da produção. A partir daí entendemos que o feçonista é dependente, produz mais-valia, apesar de muitas vezes empregar outros trabalhadores, e sempre está em desvantagem frente ao seu comprador, pois não dispõe sequer da matéria-prima para produzir e não tem autonomia para produzir como quiser.

Mas os feçonistas se sentem livres e independentes. Carregam um *status* de patrão, quando muitas vezes suas condições são muito parecidas com as dos seus próprios empregados. Em que consiste esta liberdade? Este sentimento que alimenta o feçonista desde suas origens parece ser a possibilidade de se diferenciar dos trabalhadores. Esta referência puramente ideológica acaba por traduzir-se na prática em uma extrema individualização do feçonista. Disto resulta a dificuldade em se organizarem como fração da “classe” capitalista.

4.3.2. O fezonismo e a relação com o sindicato

O fezonismo se desenvolve neste ambiente de extrema individualização das relações de produção por conta do acirramento da concorrência entre os fezonistas no mercado. Do aprofundamento deste individualismo a partir das novas estratégias de reorganização do fezonismo, surgem as dificuldades de organização entre os próprios fezonistas e conseqüentemente de relacionamento entre os fezonistas e o sindicato local.

Os poucos fezonistas sindicalizados se filiam ao sindicato patronal,¹⁵² com o qual não conseguem manter nenhuma relação de participação significativa. Segundo o depoimento de um fezonista foi expressa a seguinte opinião sobre o sindicato:

“Apesar das dificuldades é bom ser fezonista, pois não temos que nos preocupar com as responsabilidades maiores de uma empresa autônoma”. Nós não possuímos nenhuma relação com o sindicato e nem ele nos procura porque os fezonistas são muito individualistas, cada um está preocupado consigo mesmo e não se importa com os outros. A concorrência entre nós é muito forte”.

Como as negociações salariais sempre foram individualizadas, isto é, mesmo dentro de uma grande tecelagem, o individualismo na produção passa a se refletir no conjunto das relações sociais em geral.

O fezonismo já nasce neste universo no qual a forma de pagamento sempre foi “por peça”, ou por metro de tecido. Assim, não haveria outra forma de conseguir ganhar mais a não ser trabalhando mais, e, quanto mais

152 O sindicato patronal de Americana (SINDITEC) abrange desde a fiação até as tecelagens. Trata-se de um sindicato identificado atualmente com o Força Sindical, cuja preocupação primeira está sempre relacionada aos interesses das grandes empresas. Por isso, os fezonistas não possuem nenhum tipo de relacionamento com o sindicato, nem o sindicato se interessa pelos fezonistas. Podemos dizer que dentro da classe patronal estes são considerados uma subclasse, pois estão, na maioria das vezes muito próximos, em suas condições materiais, dos trabalhadores tecelões das grandes empresas. Os fezonistas não representam nenhum interesse maior para o sindicato, já que dispõem de pequenas somas de capital.

o fezonista conseguia acumular em bens, mais significava o êxito por seu próprio esforço.

O novo fezonismo é uma forma de perpetuar o contrato com base no pagamento por produção, estendendo-a até os seus “produtores diretos” que atuam através da feção. As empresas compradoras se ocupam ainda mais de individualizar as relações de produção algo que facilita a imposição dos preços à produção do fezonista.

O trabalho pelo esforço próprio e a individualização das relações salariais marcam portanto a história da indústria no pólo têxtil de Americana.

A individualização das relações salariais, dentro da empresa, no caso do tecelão, e fora dela, no caso da subcontratação do fezonista, abre espaço para novas relações de compra e venda da força de trabalho, nas quais os sindicatos, se não estão ausentes, tornam-se supérfluos num mundo de “produtores independentes”, dominados pelo **sentimento de liberdade, independência e auto-controle.**

A grande tecelagem externaliza sua produção através do fezonismo e com ele estende a individualização de suas relações salariais internas ao seu “produtor independente”. Então este, como “tecelão externo” da grande tecelagem, dá continuidade a esta individualização.

Disto decorre a extrema dificuldade de “entrosamento” ou organização entre os próprios fezonistas. Como “classe” sentem-se mais próximos dos “patrões”. Entretanto, nunca apoiaram efetivamente o sindicato, pois não possuem uma real identidade com os grandes capitalistas.

O fezonista não se enquadra nem aos padrões de organização da classe empresarial nem aos da classe trabalhadora, preferindo ficar “neutro”. Isto por certo expressa a ambigüidade de sua própria identidade: o fato de ser dono dos meios de produção e gerenciar sua produção e, ao mesmo tempo, de sua produção depender também de sua força de trabalho, como se fosse um trabalhador, “assalariado de si mesmo”. Esta

ambigüidade como já dissemos, é parte da própria realidade. Importa a nós apenas colocá-la em evidência.

A ambigüidade relatada acaba aprofundando, com o novo façonismo, a aparência ideológica já presente nas origens do façonismo das leis da propriedade, igualdade e liberdade. Desta aparência se origina o extremo individualismo dos façonistas bem como a dificuldade de se organizarem até mesmo para defenderem seus próprios interesses.¹⁵³

Este individualismo nunca foi tão bem vindo como agora, pois acaba sendo o berço sob o qual repousa as atuais políticas neoliberais no setor têxtil.¹⁵⁴ Com efeito, a aparência de igualdade, liberdade e propriedade no façonismo continua a manifestar-se no “novo” façonismo como elemento motivador-ideológico que torna o extremo individualismo e a concorrência entre os próprios façonistas quase que uma lei de sobrevivência no mercado.

É possível haver uma relação direta entre a ambigüidade da identidade de classe do façonista e o seu extremo individualismo, que culmina em sua não participação efetiva, enquanto classe organizada, nos momentos decisivos que dizem respeito as políticas engendradas pelo sindicato têxtil local.

O novo façonismo reorganizado a partir dos seus antigos elementos, inclusive como forma de individualização das relações salariais, não regulamentadas, acabam recolocando a aparência ideológica do sistema, apesar de na sua essência, como já vimos, significar o seu contrário direto.

153 Foram-nos relatadas, em uma das reuniões com a Câmara Têxtil Setorial Paulista, as diversas tentativas feitas pelo sindicato local para que fosse formada uma cooperativa entre os façonistas. Estas idéias não chegaram a sair do papel, pois a resistência a elas sempre foi uma constante por parte dos façonistas.

154 Podemos citar, a partir de 1991 até 1995, várias atitudes de empresas que, iniciando o processo de “reestruturação produtiva”, expressaram grandes afinidades com as políticas neoliberais. Uma delas consiste no fato de que várias das grandes empresas do pólo têxtil de Americana forçaram *demissões em massa* a fim de poder pressionar o governo para que aumentassem as alíquotas sobre as importações, que na época faziam uma concorrência frontal com o mercado interno de tecidos.

Por outro lado, o trabalho a feição ou “independente” passa a ser também uma das respostas que parte da classe trabalhadora encontra como alternativa para a crise gerada pelo desemprego em massa, fruto das próprias políticas neoliberais.

Por conta disto os feionistas acabam se tornando os parceiros ideais para reforçar a ideologia do neoliberalismo. Isto acontece dada a própria fragilidade de sua condição social, que se sustenta na sua ambígua identidade de classe e na aparência de uma liberdade e independência que escamoteia a exploração e contribui para que o extremo individualismo e a fragmentação entre os feionistas se tornem ainda mais vigorosos.

As leis da igualdade, liberdade e propriedade acabam aparentando uma determinação sobre a própria realidade. A aparência de tais leis se recoloca no feionismo concretamente enquanto representa uma “sociedade de produtores de mercadorias” que se encontram como indivíduos no mercado para comprarem e venderem suas mercadorias semi-acabadas. Nesta aparência não há exploração, mas a igualdade de condições e a liberdade de ambos os lados da troca.

O feionismo é um fenômeno produtivo cuja forma de manifestação esconde o verdadeiro caráter de exploração do trabalho dos feionistas. Isto acontece porque os feionistas se constituem como “proprietários independentes,” produtores de mercadorias que vendem suas mercadorias livremente e em condições iguais às de seu comprador. Contudo, esta aparência se inverte em uma não-liberdade e não-igualdade, quando atentamos para os fatores que tornam os feionistas dependentes de suas subcontratantes.

Estes aspectos agregados ao processo de individualização das relações de produção com a forma de contrato “por peça” alimentam uma forma de exploração que ocorre fora das vias legais de regulamentação das relações salariais. A intensificação e extensão da jornada de trabalho, muitas vezes envolvendo relações familiares, são algumas das formas de

exploração presentes no fezonismo que, na aparência da sociedade, e sob o invólucro da pequena produção, emerge como liberdade, independência e não-exploração, quando a sua essência revela-se o oposto disto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O “novo” façõnismo está intimamente associado ao desenvolvimento do novo padrão de acumulação flexível do modo de produção capitalista. Uma das respostas possíveis, dadas pelas grandes e médias empresas ou indivíduos empreendedores para superar a crise do esgotamento do padrão taylorista/fordista de acumulação, tem sido descentralizar as atividades produtivas através da terceirização, do trabalho domiciliar, etc.

O façõnismo, que já era uma forma antiga de terceirização, hoje reorganizado a partir de suas bases originais, é uma forma de tentar superar esta crise através da expulsão do capital fixo de dentro das empresas, com vistas a acelerar o tempo de rotação do capital e o faz investindo em novas tecnologias e assim desvalorizando o antigo capital fixo mediante sua obsolescência frente às novas máquinas e aos equipamentos mais produtivos. Isto significa, em última análise, que as grandes empresas ou grupos de *marketing e griffes*, ou seja, o grande capital, encontraram uma forma de centralizar o capital, descentralizando a produção. Estas empresas transferem para as prestadoras de serviços partes de sua produção interna.

Mas, junto com os riscos produtivos, as grandes corporações expulsam também todos os encargos sociais que foram regulamentados através das conquistas trabalhistas. Uma dessas conquistas regulamentadas é o salário que, substituído pelo “salário por peça” como meio de individualizar as relações de produção, implica em uma nova forma de contrato de trabalho regido agora exclusivamente pelas leis do mercado.

O modo de produção capitalista utiliza-se das transformações tecnológicas e organizacionais da produção, que recriam formas arcaicas de trabalhos “externos”, como é o caso do façõnismo, para exigirem relações de trabalho cada vez mais individualizadas. Isto fortalece no sistema uma aparência de igualdade e liberdade entre as partes, no contrato de trabalho que antes era confrontada pela politização e regulamentação estatal de suas leis.

Essa nova forma de produzir com base nas várias formas de contrato de trabalho “por peça”, a domicílio, temporário, etc., repõe o dogma da propriedade fundada no trabalho próprio, num contexto radicalmente distinto do capitalismo clássico.

Ocorre que a reposição das determinações do mercado e da circulação simples, que reforçam a ideologia da troca de equivalentes como guardiã veladora da igualdade e liberdade dos produtores de mercadorias, torna ainda mais extremo o individualismo presente nas relações de produção: é o que acontece com o fezonismo.

A persistência do fezonismo está relacionada a esta nova estratégia produtiva. Podemos dizer que o ramo da tecelagem encontra na feção uma forma flexível de trabalho que já estava pronta, pois pode contar com as condições ideológicas dadas pela tradição da relação salarial individualizada da tecelagem para o seu bom funcionamento.

O “salário por peça” já fazia parte de suas origens, quando o tecelão da grande fábrica era pago por “metro de tecido”. Com o fezonismo, há uma extensão dessas condições de pagamento fundadas nas relações individuais de produção, para os “produtores diretos” das grandes tecelagens.

Estamos falando também dos elementos ideológicos que motivaram o tecelão a se tornar fezonista. A possibilidade de tornar-se “proprietário”, ou seja “patrão”, “livre” do despotismo de uma fábrica e na condição de “igual” ao seu comprador. Todos estes fatores, obviamente, circunscrevem a esfera da circulação, ou seja, do mercado.

Estas leis, que já regiam, de certo modo, o contrato do “salário por peça” do fezonista, são agora aprofundadas com a nova estratégia de produção flexível do capitalismo.

As grandes tecelagens contam, sem dúvida, com um terreno propício no pólo têxtil de Americana para proliferarem diversos conjuntos de “pequenos negócios” diversificados que respondam mais eficazmente atuais exigências do mercado.

Ao mesmo tempo, as políticas neoliberais encontram nesse setor um campo muito promissor para que a implantação das desregulações salariais e das conquistas trabalhistas dos poucos trabalhadores fabris que restam nas grandes tecelagens caminhe a passos largos.

E, como não poderíamos deixar de nos remeter novamente às contradições presentes nesta realidade, podemos dizer que o “novo” façonismo *pode* ter duas tendências fundamentais no pólo têxtil de Americana. Uma é aquela já apontada como sendo a tecelagem sem tear, que é uma forma de subcontratação de empresas ou indivíduos que se restringem apenas à comercialização dos tecidos produzidos por meio de uma fação que possua maquinários modernos e, portanto, que se constitua como uma “pequena tecelagem”, independentemente do façonista possuir ou não assalariados. A outra é aquela forma de fação que já está em vigor na Itália com o “trabalho familiar”, que utiliza da força do trabalho de familiares do façonista.

Em ambos os casos, a utilização da força de trabalho do façonista para o êxito produtivo é fundamental. **Este fato confere ao façonista uma dupla identidade: como “capitalista”, porque possui os meios de produção e gerencia seu próprio negócio, e como “assalariado de si mesmo,” pois o seu trabalho se confunde com os dos outros trabalhadores.** Mesmo que este façonista contrate outros trabalhadores, ainda assim, a exploração do trabalho alheio depende diretamente de sua própria força de trabalho.

A própria contradição presente na identidade do façonista já torna evidente um determinado grau de obscuridade na relação entre façonista e empresa subcontratante. Esta obscuridade toma a forma aparente e enganosa de uma liberdade e igualdade entre ambas as partes da relação.

Mas esta contradição torna evidente um determinado nível de exploração do façonista. E esta exploração que se coloca de uma outra forma que não por meio do assalariamento regulamentado só pode ser

detectada quando entendemos que o fezonismo é uma forma de trabalho subordinada ao capital.

A propriedade dos meios de produção não permite ao fezonista exercer a função de capitalista enquanto tal e não permite porque enquanto produtor que fornece mercadorias acabadas ou semi-elaboradas para uma empresa ou indivíduo qualquer, não é ele que tem determinação sobre a sua produção. Diferentemente do capitalista que toma tais decisões autonomamente, quando sua capacidade de decisão está condicionada unicamente pelo poder coercitivo da concorrência.

A relação de subordinação se manifesta pela via da caracterização do próprio tipo de relação estabelecida entre as empresas e os fezonistas. O controle por parte da empresa do fornecimento da matéria-prima, da quantidade e da qualidade do trabalho e, principalmente, do preço “por metro” torna inexistente qualquer tipo de autonomia ou independência do fezonista em relação à sua produção.

O “salário por peça” no caso do fezonista, “por metro” de tecido pressiona o produtor no sentido de trabalhar mais intensa e continuamente, resultando também na grande dispersão nas rendas auferidas pelos diversos fezonistas. Uma renda superior só será alcançada através do desgaste da própria força de trabalho pelo prolongamento excessivo das horas trabalhadas.

Portanto, enquanto na aparência mais do que nunca o “novo” fezonismo emerge como uma forma de trabalho livre, autônomo e independente, ao aprofundarmos a análise, encontramos fortes indícios de auto-exploração, quando não, de exploração dos próprios familiares dos fezonistas.

Podemos apontar outro fator que implica na subordinação do trabalho do fezonista ao capital. Este está associado ao monopólio de certas fases da produção, tal como a produção de matéria-prima e da comercialização do produto final; problema este que está associado à dominação de uma classe sobre as demais uma vez que, os estratos

dominantes, representando o grande capital, criam e reproduzem critérios, gostos e padrões de consumo próprios que se transformam em capital social e cultural de difícil apropriação por este estrato “inferior” dos fezonistas.

O fezonismo é uma forma mais sofisticada de subordinação do trabalho ao capital e, portanto, não gera nenhum tipo de independência ou liberdade, a não ser para o grande capital que é quem se utiliza dessa forma de trabalho para reduzir seus custos e obter o máximo de vantagem nos preços ao comprar do fezonista os tecidos, sempre impondo a ele todas as condições da produção.

Enquanto terceirização o novo fezonismo é também uma forma de aumentar a exploração pela via da mais-valia relativa e mais-valia absoluta com a extensão e intensificação da jornada de trabalho do fezonista.

É a relação individualizada do “salário por peça”, resgatada no atual fezonismo, que torna esta exploração ainda mais viável. Desta individualização surge o dogma da propriedade com base no “esforço próprio. Disto resulta uma maior responsabilidade do fezonista na produção, para que as novas exigências do mercado sejam atendidas. Com isto o fezonista tem de trabalhar dobrado e arcar com todos os riscos de sua produção, para dar conta dos novos padrões de concorrência vigentes no mercado.

Dessa forma, a utilização da força de trabalho do fezonista na produção cria a ilusão de que o seu próprio trabalho tenha criado as condições para que possa adquirir mais bens. Seu esforço pessoal é levado ao máximo, assim como o seu individualismo.

Para as leis do mercado, vencerá aquele fezonista que tiver mais capacidade de produzir e de trabalhar a partir de suas condições e atributos pessoais. Esta ilusão fica evidente quando verificamos que muitos dos fezonistas entrevistados nunca conseguiram nenhum êxito total em suas condições financeiras, como é comum acontecer com os capitalistas autônomos ou donos de grandes empresas. Sua condição de subordinação financeira emerge assim que se percebem as condições reais de sua

produção que, quando muito, conta apenas com novos teares, sem que isto signifique algum tipo de acumulação em grande escala ou na mesma escala que os outros capitalistas independentes.

Os fezonistas aparentam ser livres e iguais, quando na verdade constituem-se em uma espécie ambígua de “fragmento de classe” que comporta relações contraditórias de produção.

Se a grandeza da duração do contrato pode servir como critério para distinguir trabalhador assalariado de dependente, então o fato de o possuidor dos meios de produção utilizar sua força de trabalho na produção é fundamental para distinguir a forma de contrato que é “por peça” das outras formas regulamentadas de trabalho.

Estamos abordando um processo de produção que tem como base produtiva não mais os assalariados diretos internos das empresas, mas sim um exército de “produtores independentes” de mercadorias que, apesar de aprofundarem uma aparência de liberdade e igualdade nas relações de produção, estão subordinados ao controle do capital.

O *status* de ser “proprietário” tem levado o fezonista, durante quase um século, a sustentar uma forma de produção até pouco tempo, considerada “arcaica” e condenada ao desaparecimento. Para aqueles que sugerem que as transformações tecnológicas determinam as relações sociais e assim se autonomizam em um movimento único que levará ao total desaparecimento das várias formas de trabalhos que estão à margem da produção capitalista, o pequeno capital, ficam as contradições e desafios postos pelo exemplo da persistência do fezonismo.

E para os que acreditam que a exploração na sociedade dos “produtores independentes”, “paraíso do capital”, foi abolida junto com a sociedade de classes, fica a contradição expressa na dupla identidade do fezonista: é ao mesmo tempo capitalista e “assalariado de si mesmo”, algo que prefigura a necessidade de se pensar as relações de dominação entre as classes, de outro modo.

Enquanto “vendedores de trabalho objetivado”, o façonistas sugerem uma forma escamoteada de exploração. A realidade coloca o paradoxo de um novo agrupamento de trabalhadores que são “externos” à produção e que possuem identidades de classes difusas mas que ainda sofrem a exploração do modo de produção capitalista, só que sob vias mais sutis. O entendimento e a crítica da aparência do modo de produção capitalista são portanto, desafios teóricos que este trabalho procurou, particularmente, enfrentar no estudo da feição no pólo têxtil de Americana.

PERIÓDICOS

JORNAIS -

"O liberal" - Americana-S.P. 06/ 07/1995 - 19/05/1995 -21/11/1993 -
06/07/1995 - 08/10/1995 - 22/07/1995 - 22/07/1995 - 27/08/1995 -
05/08/1995 -04/08/1995 - 15/12/1994 - 02 e 03/09/1995 -

" Folha de S. Paulo"- S.P. 22/07/1993 - 02/ 10/ 1993 - 01/12/1990
- 08/12/1991- 06/01/1992 - 29/01/1994

" Correio Popular" - Campinas-S.P. 29/11/1994 -22/06/1995 -
25/10/1995

REVISTAS-

PERSPECTIVA, vol 8 n.1 Jan/mar., 1994 GITAHY,L. *"Inovação
tecnológica, subcontratação e mercado de trabalho.*

VEJA - 12/01/1994

CRÍTICA MARXISTA, vol II, Brasiliense, 1995

EXAME, maio de 1991.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, A. R. de P. "Trabalho a domicílio nas sociedades contemporâneas - uma revisão da literatura recente" in ABREU, Alice. R. P. & SORJ, Billa (orgs.), *Trabalho invisível - estudo sobre os trabalhadores a domicílio no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Rio Fundo, 1993.
- _____ *O avesso da moda - trabalho a domicílio na Indústria de confecção*, São Paulo, Editora Hucitec, 1986.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?*, Campinas, Editora Cortez, 1995.
- _____ *A Rebelião do trabalho*, São Paulo, Editora Ensaio, 1988.
- ARAÚJO, Mário de & Castro, E. M.M. *Manual de Engenharia Têxtil*, vol I, Lisboa, Fundação Caloute Gulbentrian, 1984.
- BIHR, Alain. *Du Grand soir à l'alternative (Le mouvement Ouvrier Européen en Crise)*, Paris, Les éditions Ouvrières, 1991.
- Cadernos de pesquisa* n.1, Cebrap, Julho de 1994.
- COUTINHO, Luciano & FERRAZ, J.C. *Estudo da Competitividade na Industrial Brasileira*, Campinas, Editora daUNICAMP, 1994.

- CORDER, S.M. "*Indústria Têxtil: Inovações tecnológicas e impactos sobre as qualificações dos trabalhadores*", dissertação de mestrado, Campinas, Instituto de Geociências/UNICAMP, 1994.
- CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo Avesso*, São Paulo, Ediora Revan, 1995.
- CUNHA, Sônia. "A investida das facções" in *Pequenas Empresas Grandes Negócios*, São Paulo, v. 7, maio de 1995.
- DIEESE. "O trabalhador frente a terceirização" in *Pesquisa Dieese*, São Paulo, n. 7
- DURAND, J.C. "Façonismo: Produção familiar em tecelagem" in *Revista de Administração de Empresas*, vol.25(1), jan/mar. , 1985.
- FARIA, Maria da Graça Druck. "*Terceirização (des)fordizando a fábrica - um estudo do complexo petroquímico da Bahia*", tese de doutoramento, Campinas, IFCH/ UNICAMP, 1995.
- FAUSTO, Ruy. *Marx :Lógica e Política*, tomo II, São Paulo, Editora Brasiliense,1987.

FERREIRA, Cândido G. "O fordismo, sua crise e o caso brasileiro" in *Cadernos CESIT*, n.13, Campinas, Instituto de Economia/UNICAMP, 1995.

GARCIA, Renato de Castro. "*O regime de subcontratação na Indústria Têxtil e sua modernização*," monografiada graduação, Araraquara, Departamento de Economia/ UNESP 1991.

_____ "*Aglomerações setoriais ou distritos industriais: um estudo da indústria têxtil e de calçados do Brasil*" , tese de mestrado, Campinas, Departamento de Economia/ UNICAMP, 1996.

GOUNET, Thomas. "Penser à L 'envers.... Le Capitalisme", *Dossier Toyotisme, Etudes Marxistes*, Bélgica, n. 14, maio 1992.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*, São Paulo, Edições Loyola, 1992.

HIRATA, H. (org.), *Sobre o modelo japonês*, São Paulo, Editora Edusp, 1993.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização*, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1992.

LEITE, Márcia. “ Modernização tecnológica e relações industriais no Brasil: quadro atual” in Gitahy, Leda (org.), *Reestructuración productiva, trabajo y educación en America Latina*, Campinas, Instituto de Geo-Ciências/UNICAMP, 1994.

LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o governo*, São Paulo, Editora Abril Cultural, 1978.

LOJKINE, Jean. *A Revolução Informacional*, São Paulo, Editora Cortez, 1995.

MANDEL, Ernest. "Marx, a crise atual e o futuro do trabalho", mimeo.

_____ *A crise do Capital*, São Paulo, Editora Ensaio, 1990.

_____ “A crise atual e o futuro do trabalho humano” in *Quatriéme Internationale*, n. 20, mimeo.

MARTINS, Heloísa de Souza. *Terceirização - diversidade e negociação no mundo do trabalho*, São Paulo, Editora Hucitec/ Cedi -Nets, 1994.

MATTOSO, J.L. “Notas sobre a terceira Revolução Industrial, crise e trabalho no Brasil” in *Cadernos Cesit* n.2, Campinas Instituto Economia da UNICAMP, 1995.

MARX, Karl. *O Capital*, São Paulo, Editora Abril Cultural, 1988,
vol. I, II, III e V.

_____ *Elementos fundamentales para la crítica de la economía
Política (Borrador)*, Argentina, Editora Siglo Veintiuno, 1971
tomo I.

_____ *Teorias da mais-valia*, Rio de Janeiro, Editora Civilização
Brasileira, 1980, vol I.

_____ *Capítulo VI inédito de O capital*, São Paulo, Editora
Moraes, 1986.

MESZÁROS, István. *Crítica Marxista*, vol. II, Editora Brasiliense,
1995.

MURRAY, Fergus. "Descentralização da Produção - Declínio do
Trabalhador Coletivo de Massa?" *Capital & Class*, London, Spring,
1983, mimeo.

PAGNANI, Éolo. *A subcontratação na pequena e média empresa*,
Campinas, Editora da UNICAMP, 1989.

PEREIRA, Vera M. C. *O coração da fábrica*, São Paulo, Editora Campus, 1979.

RIBEIRO, L. G. *"Introdução à tecnologia Têxtil"*, Rio de Janeiro, SENAI/CETIQT, 1981.

RODRIGUES, Cleide Sanchez. "O vigor das facções" in *Pequenas Empresas Grandes Negócios*, vol. 7, São Paulo, 1995.

RODRIGUES, J. A. "Façonismo, um sistema de trabalho da indústria têxtil - o exemplo de Americana", in *Geografia das Indústrias*, n. 6, São Paulo, USP/ Instituto de Geografia, 1978.

ROSDOLSKY, Roman. *Genesis y estructura de El Capital de Marx*, México-D.F., Editora Siglo Veintiuno, 1989.

RUAS, R. "Notas acerca das relações entre trabalho a domicílio, redes de subcontratação e as condições de competição" in ABREU e SORJ. *Trabalho invisível - estudo sobre os trabalhadores a domicílio no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Rio Fundo, 1993.

SAMPAIO, Eliane S. & MELLO, A.M.M. *Facção, costureira externa: estrutura e organização*, Rio de Janeiro, SENAI/CETIQT, 1988.

SENAI/CETIQT. *Estudo para a automação, modernização, desenvolvimento tecnológico e ampliação da indústria têxtil brasileira até o ano 2.000*, Rio de Janeiro, 1986.

_____ “A dinâmica dos investimentos na Indústria têxtil Mundial” in Strolz, Herwig, *VI Conferência Nacional de Tecelagem Têxtil e de confecção*, Rio de Janeiro, Julho de 1991.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigações sobre sua natureza e suas causas*, São Paulo, Editora Nova Cultural, 1985.

TEIXEIRA, Francisco Soares. *Pensando com Marx*, São Paulo, Editora Ensaio, 1995.

_____ *Terceirização: os terceiros serão os últimos*, Fortaleza, SINE/CE, 1993.

_____ *Economia e Filosofia no Pensamento Político Moderno*, Campinas, Editora Pontes, 1995.

TEIXEIRA, F.J.S. & OLIVEIRA, M. de A. *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*, São Paulo, Editora Cortez, 1996.